



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 24

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 21 de junho de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 16 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Pesar pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande.](#)

Após a leitura do voto pela Sra. Presidente, o mesmo foi aprovado por unanimidade, tendo a câmara de seguida feito um minuto de silêncio;

- [Voto de Congratulação pelos 525 Anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos 525 Anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.](#)

Após a apresentação pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Saudação pela realização do I Encontro Nacional de Estudantes Açorianos.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*);

- [Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Saudação pela comemoração dos 100 anos da Cruz Vermelha Portuguesa de Angra do Heroísmo.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Saudação à Delegação de Angra do Heroísmo da Cruz Vermelha Portuguesa pela passagem do seu centenário.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*);

- [Voto de Congratulação pelo título de Campeão Nacional de Karaté alcançado por Pedro Xavier.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao karateca Pedro Xavier pelo título de Campeão Nacional de Juvenis na temporada 2016/2017.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*);

- [Voto de Congratulação à jovem judoca Angrense Ana Clara Ávila pela conquista do título de Campeã Nacional de Judo, em juvenis, categoria -70kg.](#)

Apresentado pelo Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), usaram da palavra as Sras. Deputadas Maria Isabel Quinto (*PS*) e Mónica Seidi (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos 25 anos do Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande da Ribeirinha.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Toste Parreira (*PS*) e após ter usado da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo apuramento de Miguel Viola para as Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra, em representação de Portugal.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*);

- [Voto de Congratulação pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Lira do Norte.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos 150 anos da Filarmónica Lira do Norte.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo primeiro lugar no Concurso Nacional de Manobras de 2017 alcançado pela equipa Masculina da Associação de Bombeiros da Ribeira Grande.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação à Corporação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande pelo resultado alcançado no recente Concurso Nacional de Manobras.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pelas comemorações do terceiro centenário da Procissão de Penitência e Ação de Graças de Nossa Senhora de Guadalupe ao Monte de Nossa Senhora da Ajuda.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela comemoração do 25.º aniversário do Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*);

- [Voto de Congratulação pelo brilhante apuramento para a final do Campeonato Nacional da Proliga de Basquetebol da equipa de seniores masculinos do Terceira Basket Club.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Terceira Basket Club pela vitória no Campeonato Nacional da Proliga de Basquetebol 2016/2017.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Terceira Basket Club pelas conquistas nacionais alcançadas na presente temporada desportiva.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*);

- [Voto de Congratulação pela celebração dos 50 anos \(Bodas de Ouro\) da Igreja Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação a Mariana Cabral pela conquista do campeonato nacional enquanto treinadora da equipa de juniores de futebol feminino do Sporting Clube de Portugal.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pelo centenário de O Dever.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de congratulação pelos 100 anos do jornal “O Dever”.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pelos resultados alcançados pelos atletas açorianos no Campeonato Mundial de Kickboxing.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade;

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com a [apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XI – “Aprova o Programa Gerações”](#), pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Findo este ponto, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 4/XI – “Ampliação da placa de estacionamento destinada à aviação civil \(Placa C\) adjacente à aerogare das Lajes”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro usaram da palavra as Sras. Deputadas Mónica Rocha (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Colocado à votação, o diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

De seguida, passou-se para a [Petição n.º 9/XI – “Situação da pesca”](#), apresentada por João Carlos Bagnari de Castro, na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório da Comissão foi apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), tendo de seguida usado da palavra as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Mário Tomé (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*), João Corvelo (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O [Projeto de Resolução n.º 19/XI – “Eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo”](#) foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, nomeadamente pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, foi apresentada a [Petição n.º 8/XI – “Fim dos abates nos canis municipais dos Açores para 2018 e a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais”](#), apresentada por Pedro Miguel Vicente Neves, na qualidade de primeiro subscritor.

Feita a leitura do relatório pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), pediram a palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Rendeiro (*PSD*), João

Corvelo (*PCP*) e as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Mónica Rocha (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 44 minutos.

Presidente: Muito dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 16 minutos)

Secretário: Muito bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A manhã de hoje está reservada ao PTAP. Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes será lido por mim de imediato um Voto de Pesar subscrito por todos os partidos com assento parlamentar referente aos incêndios em Pedrógão Grande, ao que se seguirá um minuto de silêncio.

Voto de Pesar

Os incêndios do passado fim-de-semana, ocorridos em Pedrógão Grande, colocaram Portugal de luto.

É com profunda consternação e pesar que temos acompanhado esta situação, lamentando a dimensão do incêndio e as suas consequências para tantas famílias.

Hoje, estas palavras poderão saber a pouco perante tão grande tragédia que se abateu sobre o nosso país. Na verdade, não há palavras que possam descrever o sofrimento de quem está a passar por esta situação, o desespero de quem tenta salvar bens e pessoas nem tão pouco confortar aqueles que viram, em poucos minutos, a sua vida reduzida a cinzas.

As labaredas não pouparam casas, carros, pastagens, animais nem, infelizmente, pessoas. Temos consciência que estas catástrofes são sempre de lamentar, mas quando envolvem perda de vidas humanas, e nas circunstâncias em que ocorreram, não deixam, nem podem deixar, ninguém indiferente.

Portugal une-se no apoio às vítimas e a onda de solidariedade gerada é de louvar. É hora de garantir todo o auxílio necessário às populações afetadas, chorar os entes queridos, sarar as feridas, reconstruir as casas e tentar devolver a estas pessoas a dignidade, o que não é fácil para quem perdeu todo o trabalho de uma vida.

Tragédias desta dimensão, obrigam-nos a repensar o sentido da vida e a valorizar as pequenas coisas. Hoje somos espetadores atentos do que se passou,

mas o sentimento de finitude e a rapidez com que podemos perder tudo acabam por ensombrar o nosso dia-a-dia.

Nesta hora de tamanho sofrimento uma palavra de reconhecimento para todos os Bombeiros, também eles de luto, que participam no combate aos incêndios, com verdadeiro espírito de abnegação e generosidade para com os outros, pelo que merecem que o seu árduo trabalho seja hoje também enaltecido.

Há momentos na vida em que não podemos deixar de nos unir, pelo que hoje, os açorianos, que tão bem conhecem as agruras da Natureza, prestam a sua sentida homenagem, reiterando a sua empenhada solidariedade.

Assim, e de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um voto de pesar pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande e expressa as sentidas condolências às famílias, manifestando a sua solidariedade ao povo de Pedrógão Grande.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande.

Horta, Sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraida Soares, João Corvelo e Paulo Estêvão

Antes de guardarmos um minuto de silêncio vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Guardaremos, sim, agora um minuto de silêncio.

(Neste momento, a câmara, de pé, fez um minuto de silêncio)

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

O primeiro Voto de Congratulação refere-se aos 525 anos do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

525 anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER

O Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo foi fundado no dia 15 de março de 1492, junto à Ermida do Espírito Santo, situada junto ao Portão do Mar, à Igreja da Misericórdia e à Casa da Alfândega, pelo Capitão Donatário João Vaz Corte Real e outros confrades da Irmandade do Espírito Santo, depois de obtido o alvará para o instituírem.

O Hospital entronca na história dos Descobrimentos portugueses e a este propósito recordamos, por exemplo, que em 1499, no regresso da viagem inaugural da rota atlântica da Índia, Vasco da Gama aportou a Angra do Heroísmo para permitir desembarcar o seu irmão, Paulo da Gama, para que fosse socorrido na esperança de cura.

Segundo Gaspar Frutuoso nas “Saudades da Terra”, crónica escrita em São Miguel no século XVI, escreveu, e estou a citar: *“Este hospital era de grande e proveitoso refúgio de muitos enfermos e pobres da terra e de muitos mais pelos que do mar vem de fora de muitas partes, por ser este porto de Angra escala de todas as navegações dos povos cristãos.”* Fim de citação.

Por Decreto de 28 de abril de 1832, D. Pedro IV, concedeu o extinto Convento das religiosas da Conceição, à Misericórdia de Angra do Heroísmo, para ali se estabelecer o novo Hospital, para onde foi transferido no ano de 1833.

Este Hospital tinha oito enfermarias, nove quartos particulares, dez quartos para doentes mentais e 2 quartos destinados às operações, num total de 120 camas e um movimento anual de entradas de 485 doentes.

Os médicos do Hospital de Santo Espírito, em 1961, eram: Anselmo Bettencourt Silveira, Augusto Pamplona Monjardino, Hélio Cardoso Flores Brasil, Henrique Henriques Flores, Joaquim da Rocha Alves, Manuel Nunes Flores Brasil, Maria do Carmo Sá Cruz, Maria Fernanda Martins Couceiro Lima, Mário Parreira de Sousa Lima, Nazaré Martins Lourenço, Ramiro Gaspar de Lima, Vasco Augusto Sodré Aguiar, Viriato Machado da Costa Garrett e Walter Pacheco de Mendonça.

Em 2 de agosto de 1961 foi inaugurado o terceiro Hospital de Angra, sito na Canada do Barreiro, tendo a antiga designação sido substituída para a de “Hospital de Angra do Heroísmo”.

Por Resolução do Governo Regional, datada de 12 de janeiro de 1994, foi atribuída a designação de “Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo”.

Passou a designar-se por Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, através do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro.

Em 26 de março de 2012 foram inauguradas as novas e atuais instalações do Hospital, que abrangem uma área de 47 100 m², onde se integram 241 camas, 6 departamentos – de cirurgia, de medicina, da mulher e da criança, de saúde mental, do doente crítico e dos meios complementares de diagnóstico e tratamento; 125 salas de tratamento em regime de hospital de dia, 46 gabinetes de consulta, 24 salas para a realização de exames complementares de diagnóstico e tratamento, 6 salas de bloco operatório central e 2 salas para pequena cirurgia.

Integra a Unidade de Evacuações Aéreas, de âmbito regional, criada em colaboração com a Força Aérea Portuguesa, cuja ação e intervenção se

traduzem no transporte inter-ilhas e para o continente, de doentes em situação de emergência e urgência, contabilizando-se numa média anual de 200 doentes. No presente, e graças à vertiginosa evolução científica, tecnológica e à globalização, o hospital soube adaptar-se às transformações demográficas, à evolução de conceitos, das práticas e dos cuidados diferenciados a prestar às populações que abrange na sua tradicional área de influência, que se estende não só às ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa, como também às restantes ilhas do grupo central e ocidental.

De forma sustentada e acompanhando o que de melhor se faz no país e na Europa, nos planos científico, humano e social, o atual Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, é equiparável aos mais recentes hospitais da grande Lisboa, como por exemplo, o Hospital Beatriz Ângelo e o novo Hospital de Cascais.

Ganhou a centralidade exigida pelos cidadãos mais informados, para os quais as boas práticas e o rigor científico dos profissionais de saúde têm permitido a sustentável prestação de cuidados de qualidade à luz dos conhecimentos atuais e de uma medicina baseada na evidência.

É um hospital multidisciplinar nos cuidados de saúde que presta, sem esquecer a área da investigação.

Dados referentes a 2016 dizem-nos que exercem funções 141 médicos, 361 enfermeiros, 77 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 4 técnicos superiores de saúde, 50 técnicos superiores, 362 assistentes operacionais e 129 assistentes técnicos.

O Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, é o maior empregador da ilha, com cerca de 1 041 trabalhadores, sendo os três grupos mais representativos os assistentes operacionais, os enfermeiros e os médicos, que representam 75,26% dos profissionais.

Numa perspetiva de reciprocidade e complementaridade tem sabido articular-se eficazmente com todas as Unidades de Saúde de Ilha, com o Centro de Oncologia dos Açores, com o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, com o Hospital da Horta e com os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, como com os demais prestadores de cuidados de saúde privada e da área da solidariedade social.

A ação relevante do Hospital de Santo Espírito de Ilha Terceira, EPER, ao longo dos 525 Anos de existência, no tratar, no cuidar, no curar e no recuperar os doentes demonstra a importância do hospital no contexto do Serviço Regional de Saúde.

Queremos saudar a dedicação, a competência, o brio, o humanismo e o empenho com que, todos os dias, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, trezentos e sessenta e cinco dias no ano, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores de saúde, assistentes técnicos, assistentes operacionais, colaboradores diretos e outros, tornam possível a melhoria do funcionamento, o desempenho, e os cuidados prestados aos nossos doentes.

Com as comemorações dos 525 Anos do Hospital queremos, sobretudo, relembrar e prestar uma homenagem aos seus fundadores e a todos os profissionais: médicos, enfermeiros, farmacêuticos, gestores, juristas, administrativos e operacionais que trabalham e trabalharam ao longo de mais de cinco séculos, nos quatro edifícios que corporizam esta instituição, e que emprestam e emprestaram os seus saberes e competências.

O seu legado muito nos honra e responsabiliza.

A natureza desta instituição e a sua vocação Atlântica inicial conferiu-lhe uma vitalidade e uma grandeza que se impõe preservar, consolidar e potenciar, permitindo que, quantos cruzem estes mares e a terra o reconheçam, como no passado, como “Porto de Abrigo”.

Com estes fundamentos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em sessão plenária no mês de junho, a aprovação deste Voto de Congratulação pelos 525 Anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, e que o mesmo seja dado a conhecer à Secretaria Regional da Saúde, à Assembleia e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos, à Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros e ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Domingos Cunha, Mónica Rocha, Maria Isabel Quinto e António Toste

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também aos 525 anos do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo, haja saúde a todos:

Voto de Congratulação

525 anos do Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira

"Assim como existe uma forma saudável de definir e viver a doença, existe um desafio constante para manter e representar positivamente o estado de saúde".
(Bolander,1998)

Este desafio foi aceite em 15 de março do ano de 1495 quando um "grupo de cidadãos da Vila de Angra, muitos deles parentes entre si, assinou o Compromisso do Hospital".

João Vaz Corte-Real, João Borges, o Velho, João de Lagos, Afonso Annes da Costa, João de Lamego, Vasco Fernandes e João Afonso da Cunha, foram os fundadores ou iniciadores do primeiro Hospital da Ilha Terceira.

O compromisso que oficialmente criou o hospital que serve a Terceira, um dos mais antigos do país, foi assinado há 525 anos. Nesse tempo, nasceu não só para acolher os doentes da ilha, mas também para apoiar a navegação marítima, uma vez que Angra do Heroísmo se começava a assumir como um importante porto. Ao longo dos tempos foi-se adaptando às exigências demográficas e à evolução dos cuidados de saúde, ocupando neste momento um espaço inaugurado no ano de 2012 com a denominação de Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira.

Hospital multidisciplinar de referência para a prestação de cuidados de saúde, com atividade abrangente nas áreas de diagnóstico, tratamento, prevenção, investigação, ensino, reabilitação e continuidade de cuidados, assegurando a cada doente cuidados que correspondam às suas necessidades, de acordo com as melhores práticas clínicas e uma eficiente utilização dos recursos disponíveis.

Maior empregador da Ilha Terceira incorporando mais de mil colaboradores, nomeadamente, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, assistentes operacionais.

Diariamente, 24 sobre 24 horas esta instituição serve o povo açoriano.

O voto de saudação que este partido hoje apresenta ultrapassa a marca do aniversário. Saúda a dedicação de cada funcionário da instituição. Estar numa área em que o outro está fragilizado exige de quem cuida e trata um exercício constante de ética, respeito, disponibilidade de forma a dignificar o ser humano que necessita de nós.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela comemoração dos 525 anos do Hospital da Ilha Terceira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Obrigado.

Horta, sala das sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e César Toste

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação referente ao primeiro encontro nacional de estudantes açorianos. É apresentado pelo CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

I Encontro Nacional de Estudantes Açorianos

Entre os dias 17 e 19 de março de 2017, decorreu, na Universidade de Coimbra, o I Encontro Nacional de Estudantes Açorianos (ENEA).

O evento foi organizado por um conjunto de jovens açorianos, com o apoio da Associação Grupo de Forcados Açorianos Tremores de Terra, criada em maio de 1982 com o intuito de ser um pilar na integração de jovens estudantes açorianos em Coimbra.

Segundo a organização, o ENEA “pretende ser um evento de união entre aqueles que, longe de casa, lutam pelo conhecimento, por um futuro consolidado, por uma oportunidade de emergir e de se destacarem”, sendo que “a paixão pelos Açores, potencializada por um conjunto de conferências com diversas entidades e personalidades do nosso arquipélago, aliada a uma forte componente de convívio entre os presentes, de modo a que seja contruída uma rede de interesses comuns, muitas vezes separada e dissidente pela distância entre as ilhas, fomentará o interesse pelo regresso a casa e pela colaboração no desenvolvimento de cada uma das comunidades das quais somos naturais”.

O ENEA foi, por excelência, um momento de agregação de estudantes açorianos deslocados, onde estiveram presentes mais de uma centena de açorianos, que prosseguem os estudos de norte a sul de Portugal Continental.

Do programa do I ENEA constaram três conferências subordinadas aos temas “Passado, presente e futuro dos Açores”, “Empreendedorismo e casos de sucesso nos Açores” e “As oportunidades e os benefícios do teu regresso a casa”, tendo contado com a participação de um conjunto alargado de personalidades, direta ou indiretamente, ligadas aos Açores, onde o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores esteve devidamente representado.

Numa altura em que é crucial desenvolver estratégias e implementar medidas que fomentem a fixação de jovens no Açores e em que, por sinal, está em curso o Programa “Prepara o teu regresso a casa”, o ENEA foi uma extraordinária oportunidade para dar a conhecer aos estudantes açorianos deslocados as potencialidades existentes nos Açores, as eventuais mais-valias da sua fixação nas ilhas, bem como para evidenciar a importância dos respetivos contributos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Mais ainda, o encontro propiciou o diagnóstico de um conjunto de dificuldades sentidas pelos estudantes e das principais limitações ao seu regresso à Região, permitindo ainda o debate de possíveis soluções e oportunidades.

Dada a relevância do ENEA enquanto instrumento agregador de jovens estudantes açorianos e potencial plataforma de fomento do regresso destes estudantes aos Açores, no intuito de garantir anualmente a sua realização, importa que os jovens responsáveis pela organização do evento sintam que o trabalho desenvolvido é acompanhado e reconhecido pelos Órgãos de Governo Próprio da Região.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda os promotores do I Encontro Nacional de Estudantes Açorianos, pela extraordinária oportunidade para dar a conhecer aos estudantes açorianos deslocados as potencialidades existentes nos Açores, as eventuais mais-valias da sua fixação nas ilhas, evidenciar a importância dos respetivos contributos para o desenvolvimento da Região, bem como pelo diagnóstico de um conjunto de dificuldades sentidas e as principais limitações do seu regresso à Região.

Deste voto deve ser dado conhecimento à comissão organizadora do I Encontro Nacional de Estudantes Açorianos e à Associação Grupo de Forcados Açorianos Tremores de Terra.

Os Deputados, Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o Grupo Parlamentar do PSD subscreve na integra o conteúdo deste voto.

Sem dúvida que os nossos jovens fora de portas têm que sentir ou desejar o regresso a casa da melhor forma e obviamente que estes encontros poderão contribuir para isso mesmo.

De salientar a qualidade das palestras e dos palestrantes que integraram os painéis previamente descritos.

Obviamente que os mais de 100 estudantes presentes neste encontro de certeza que viram algumas das suas dúvidas esclarecidas e relativamente ao programa “Prepara o teu regresso a casa” desejamos que seja totalmente eficaz. É um programa que já é conhecido. Até agora não houve frutos propriamente credíveis ou os desejados do respetivo programa. Esperamos que este chegar fora de portas seja mais eficaz e que concretize também alguns dos desejos dos nossos jovens.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila** (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

O Partido Socialista não só se associa a este voto, como valoriza todos os elementos dessa organização pela iniciativa do evento: disponibilidade em fazê-lo, espírito de missão, valoriza sempre esse tipo de iniciativas.

Um evento com uma dinâmica que é totalmente enquadrável naquele que é o objetivo já afirmado pelo Governo Regional com o programa “Prepara o teu regresso a casa”.

Estas iniciativas para além de serem um suporte para aqueles que têm de se deslocar para prosseguir os seus estudos, também é um meio de aconselhamento àqueles que estão no fim deste mesmo percurso.

O Partido Socialista espera que essa iniciativa perdure no tempo, cada vez mais forte e cada vez mais abrangente, tornando-se num bom elo de ligação entre os estudantes açorianos deslocados e a sua Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos 100 anos da delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

100 anos da Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo

Falar nos 100 anos da Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo exige a exultação do espírito de Ser Cruz Vermelha. Espírito que nasce das desventuras deste nosso mundo, sob a forma de graves crises humanitárias. Ao longo de mais de 150 anos, homens e mulheres despojados de interesse e com verdadeiro sentido de voluntariado socorreram doentes e feridos, saciaram fome e sede, tudo numa tentativa de dar ou devolver alguma paz e serenidade a todos aqueles que por motivos alheios à sua vontade se tornaram vítimas.

E ainda hoje, é este fazer pelo bem e para o bem das nossas comunidades que define e dignifica o trabalho das demais delegações espalhadas por todo o Mundo. E a história da Delegação da Ilha Terceira não foge à regra muito pelo contrário.

Numa breve resenha histórica, gostaria de realçar alguns momentos importantes destes 100 anos da Cruz Vermelha.

A 1917, fruto da vontade dos sócios da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, Thomé de Castro, Alfredo da Silva Sampaio, Manuel Augusto dos Reis e Jácome de Bruges, surgiu a iniciativa da criação de uma Delegação da Cruz Vermelha em Angra do Heroísmo, os mesmos, e para o devido efeito, constituíram-se como comissão instaladora.

Esta comissão decidiu apresentar à Assembleia de sócios, reunida em 10 de fevereiro de 1917, e constituída por um número superior a 30, uma proposta para pedir a formação de uma Delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha dadas as vantagens que poderiam advir para o distrito, fundamentada no n.º 25 da Organização Geral dos respetivos serviços e na presença de uma oferta de um particular para a aquisição de uma ambulância, equipamento que serviria naturalmente para apoiar os feridos de guerra que chegavam aos nossos

portos e para o transporte de doentes. Esta foi, durante muitos anos a principal função e serviço social que a delegação prestou à nossa comunidade.

E assim nasceu a Delegação da Ilha Terceira, emanando espírito de entreajuda e solidariedade.

No dia 13 de junho de 1917, foi então criada a Delegação da Cruz Vermelha em Angra do Heroísmo, após aprovação pela Comissão Central da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

A primeira Direção da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Angra do Heroísmo foi presidida pelo Tenente-Coronel Luís da Silva Alves, sendo os restantes elementos Guilherme de Sousa Enes, João Moniz de Sá Corte-Real dos Santos, Casimiro Duarte de Sousa, José Narciso Parreira Coelho, Carlos Rodrigues de Sousa, António José da Silva Carvalho, João Manuel Martins e Carlos Teixeira de Azevedo.

De referir, que por motivos que só os homens e mulheres de então poderiam testemunhar, desde agosto de 1918 e até ao ano de 1943 não são encontradas quaisquer referências e documentação referentes à atividade da Delegação, e o mesmo sucede entre os anos de 1946 a 1975.

Em 1943 a Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo é reativada, sendo seu presidente Eliseu Pereira Pato François, que desempenhou o mandato até 1946.

A partir de 11 de agosto de 1972, data em que tomou posse nova Direção e as demais que se seguiram, a Delegação foi desenvolvendo as suas atribuições e competências desta feita um pouco mais abrangentes, nomeadamente no apoio a pessoas carenciadas, recolhendo e fornecendo bens alimentares, roupas e afins. Neste mesmo ano, foram criados os Núcleos da Cruz Vermelha de Santa Cruz da Graciosa e da Calheta de São Jorge, por proposta da Direção presidida pelo Dr. Viriato Machado da Costa Garrett, no mandato iniciado em 22 de março de 1976.

A 19 de fevereiro de 1987 é nomeada nova direção, sendo o presidente o Dr. Idondino de Vasconcelos. O mesmo liderou e assumiu os desígnios e funções da delegação durante 29 anos, mostrando-se como o presidente com mais mandatos. Só em 2005, e por motivos de doença, foi exonerado do cargo, tomando posse Ana Paula Valadão dos Santos Garret Sousa Gomes, mantendo o cargo até 2008. Ao longo deste período de tempo, importa referir que a estrutura da delegação foi se mostrando mais organizada e consolidada quer em termos de equipamentos quer em termos de recursos humanos, reforçando e suportando a sua intervenção social e humanitária. Muitos são os testemunhos de todos aqueles que num momento ou outro se socorreram desta instituição, e são estes que validam a necessidade e relevância da mesma.

Em 2015, a Direção Nacional da Cruz Vermelha decide criar os Centros Humanitários, com novas atribuições, tendo sido criado o Centro Humanitário de Ponta Delgada, que passa a deter a tutela do Centro Humanitário da Ilha Terceira, por extinção da Delegação existente.

Esta reformulação provocou o abandono de 62 voluntários da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo, a desativação da Unidade de Socorro e todas as demais parcerias de cooperação existentes, designadamente, a com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, no âmbito da formação, exercícios conjuntos e treino para a aptidão de todos os voluntários para eventuais situações de catástrofe, sem esquecer as outras ações humanitárias até então em prática.

O Centro Humanitário da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo só não entrou em falência total e encerrou definitivamente, por intervenção e ação decidida do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que chegou ao ponto de garantir o pagamento dos vencimentos dos cinco funcionários existentes e durante alguns meses, como a recuperação de uma (agora única) das quatro ambulâncias, bem como para a continuidade do Banco de Ajudas Técnicas.

Todavia e apesar de todos estes constrangimentos, a 24 de janeiro de 2017, um grupo de angrenses com vontade redobrada e espírito de entrega organiza-se e assume conduzir o processo de reorganização da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Angra do Heroísmo. Contando já com 30 voluntários, irá passar a ocupar novas instalações, cedidas e remodeladas pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e reativar as suas atribuições, competências e cooperação com os anteriores parceiros. Podendo, só assim, reforçar e implementar aquela que é a missão da Cruz Vermelha na sua essência. Mostrando assim que cada um de nós pode fazer a diferença envolvendo-se numa ação positiva nas nossas comunidades.

A história destes 100 anos mostra-nos que é na expressão livre de uma cidadania plena e solidária que conseguimos um bem comum, que conseguimos reforçar a necessidade de entrega ao outro em tempos menos felizes.

A todos os que fizeram e farão a história da Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo o nosso muito BEM HAJAM.

Desta feita, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho, a aprovação do Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo, e que este Voto seja dado a conhecer à Direção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa, ao Presidente da Direção da Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo e ao Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Domingos Cunha, Mónica Rocha, António Toste e Maria de Fátima Ferreira

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente aos 100 anos da Cruz Vermelha Portuguesa de Angra do Heroísmo, temos agora um Voto de Saudação apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Centenário da Cruz Vermelha Portuguesa de Angra do Heroísmo

A Cruz Vermelha Portuguesa é uma instituição humanitária não governamental de carácter voluntário e de interesse público, sem fins lucrativos, que desenvolve a sua atividade no respeito pelo Direito Internacional Humanitário e em obediência aos Princípios Fundamentais e recomendações do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Esta exerce a sua atividade em todo o território, como a única Sociedade Nacional da Cruz Vermelha, e fora de Portugal, no quadro de ação do seu Movimento Internacional.

Na ilha Terceira, a delegação da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha foi fundada em 1917, por Thomé de Castro, Dr. Alfredo da Silva Sampaio, Jácome de Bruges e Manuel Augusto dos Reis.

Ao longo da sua história, a Cruz Vermelha Portuguesa na ilha Terceira auxiliou as populações da Terceira, São Jorge e Graciosa na distribuição de produtos alimentares, vestuário e outros artigos. A mesma delegação apoiou nas áreas de enfermagem, primeiros socorros, transporte de doentes e apoio social.

Após um período em que é convertida em centro humanitário, recupera o estatuto de delegação no ano 2017 com gestão autónoma liderada pelo Sr. António Cunha.

A instituição esteve sempre ao lado das populações e mantido a assistência humanitária e social – em especial aos mais vulneráveis – prevenindo e reparando o sofrimento, e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana.

É exemplo disso o apoio no abalo de 1980 que danificou imensas habitações e desalojou inúmeras famílias e o auxílio aos peregrinos que vão anualmente em romaria ao Santuário de Nossa Senhora dos Milagres na freguesia da Serreta.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emita o seguinte Voto de Saudação: a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela comemoração dos 100 anos da Cruz Vermelha Portuguesa de Angra do Heroísmo, uma instituição de referência na área social da Ilha Terceira que em espírito de voluntariado tem dedicado ao longo de mais de cem anos a sua ação em prol do bem-estar das populações.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à delegação da Cruz da Vermelha de Angra do Heroísmo.

Horta, sala das sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, César Toste, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Vasco Viveiros

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação é também referente a este centenário da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Angra do Heroísmo. É apresentado pelo CDS-PP e tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Centenário da Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Angra do Heroísmo

Em plena I Guerra Mundial, 1917, quatro ilustres Angrenses (Senhor Thomé de Castro, Dr. Alfredo da Silva Sampaio, Manuel Augusto dos Reis e Jácome de Bruges), todos eles sócios da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, avançaram com a constituição da Delegação Distrital daquela Sociedade em Angra do Heroísmo.

Foram aqueles quatro destacados cidadãos de Angra que lideraram a Comissão Instaladora, angariaram os sócios necessários e, perante, inclusive, a oferta de um particular para a aquisição de uma ambulância, levaram até à Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha a proposta de criação da Delegação Distrital, que foi aprovada por unanimidade, a 13 de junho de 1917.

Sob proposta da Comissão Instaladora o Sr. Tenente Coronel Luís da Silva Alves foi indigitado o primeiro Presidente da Delegação Distrital.

Por razões que se desconhecem, entre 1918 e 1943, assim como entre 1946 e 1972, não existem registos históricos que relatem a história desta Instituição, registando-se um hiato no período da II Guerra Mundial – onde se constata a criação de uma Delegação de Guerra, isto é, uma representação extraordinária da Cruz Vermelha Portuguesa também em Angra do Heroísmo.

Em 1972, foi eleita uma direção para a Delegação Distrital constituída só por mulheres, ilustres cidadãs de Angra do Heroísmo, a saber: Antonieta Belo Pamplona de Oliveira (Presidente); Maria Manuela Valadão dos Santos Garret (Vice-presidente); Maria Clotilde (Tesoureira); Margarida Rego Botelho Parreira (Secretária) e Maria Isabel Martins dos Santos, Maria João da Câmara Rego Botelho e Alice Braz (Vogais).

Já em 1976, após eleger o Dr. Viriato Machado da Costa Garret para Presidente da Cruz Vermelha em Angra do Heroísmo, é proposta e aceite a criação dos Núcleos da Cruz Vermelha de Santa Cruz da Graciosa e da Calheta de São Jorge, atualmente designadas como Extensões.

Em 1984, após ser exonerado do cargo de Presidente, a seu pedido, o D. Viriato Garret foi nomeado Presidente Honorário da Delegação da Cruz Vermelha de Angra do Heroísmo, pelos vários anos em que serviu a Instituição e pelo seu “extraordinário espírito Cruz Vermelha”.

Seguiu-se à frente dos destinos da Cruz Vermelha em Angra o Sr. Idondino de Vasconcelos que foi o Presidente que mais anos exerceu o cargo (29 anos), só tendo abandonado por motivos de doença.

Entretanto, nomes como os da Sra. Ana Paula Valadão dos Santos Garret Sousa Gomes ou do Coronel António de Almeida da Costa Coelho lideraram os destinos da Instituição, até que, em 2015, a Direção Nacional da Cruz Vermelha decidiu criar introduzir alterações orgânicas ao funcionamento da Instituição, criando os Centros Humanitários.

Neste sentido, e sob tutela de uma Secretária de Estado natural dos Açores, foi criado o Centro Humanitário de Ponta Delgada que passou a deter a superintendência do Centro Humanitário da Ilha Terceira, uma vez extinta a Delegação. Este foi o período mais negro e devastador para uma Instituição por todos reconhecida.

Entre 2015 e 2016, e com beneplácito político, a Cruz Vermelha Portuguesa de Angra do Heroísmo viveu momentos de dificuldades acentuada, ao ponto de perder colaboradores e não ter verbas suficientes, sequer, para pagar vencimentos aos seus colaboradores. A sociedade civil afastou-se da Instituição, os voluntários abandonaram-na, a Unidade de Socorro que existia com grandes provas dadas no auxílio às populações necessitadas foi praticamente desmantelada, as ambulâncias deixaram de efetuar transporte de doentes e, paradas, acabaram por se deteriorar de tal forma que foram mesmo abatidas e transformadas em sucata, para além de oito toneladas de roupa que se encontrava em stock para acudir às pessoas mais necessitadas que foram destruídas.

Felizmente, desde janeiro passado, houve uma reversão em todo este processo e, hoje, Angra do Heroísmo tem novamente em funcionamento a sua Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa, presidida pelo Tenente Coronel António Cunha, estando já praticamente asseguradas as verbas necessárias à reparação de uma ambulância, criadas as condições para disponibilizar um Banco de Ajudas Técnicas e, a breve trecho, a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Angra do Heroísmo vai ocupar novas instalações, estando também em fase de elaboração um protocolo com o Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira, no sentido da Delegação votar a efetuar transporte não urgente de doentes.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda a Delegação de Angra do Heroísmo da Cruz Vermelha Portuguesa pela passagem do seu centenário, assim como todos os seus dirigentes, funcionários e voluntários que ao longo do último século prestaram serviços e apoio à população da Ilha Terceira e nas suas extensões das ilhas Graciosa e São Jorge, que merecem o maior respeito, reconhecimento e louvor da sociedade civil e das entidades públicas regionais.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos diretivos da Delegação de Angra do Heroísmo da Cruz Vermelha Portuguesa, à Direção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa e à Câmara e Assembleia Municipais de Angra do Heroísmo.

Muito obrigado.

Os Deputados, Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao título alcançado de campeão nacional por Pedro Xavier.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto pelo Partido Socialista.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo título de Campeão Nacional alcançado por Pedro Xavier

Decorreu no passado dia 27 de maio, no Barreiro, o Campeonato Nacional de Karaté organizado pela Federação Nacional de Karaté e que contou com cerca de um milhar de praticantes.

Pedro Xavier, atleta do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, integrou a comitiva da Associação de Karaté dos Açores e conquistou a medalha de ouro na categoria de Juvenis -55kg.

O atleta, de 13 anos de idade, pratica Karaté desde 2010, e já tem no seu currículo diversos títulos, quer a nível regional quer a nível nacional, nos vários escalões pelos quais tem passado.

Este jovem terceirense é mais um exemplo de dedicação ao desporto, neste caso ao Karaté. É nestas atividades desportivas que as nossas crianças e jovens aprendem importantes valores para a vida, pois saber ganhar é tão importante como saber perder.

De destacar ainda que este clube terceirense não tinha um atleta com o título de campeão nacional desde 2006.

O Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo vê, assim, reconhecido o esforço de todos os seus dirigentes e técnicos. Estas pessoas, muitas vezes no anonimato do voluntariado, mantêm os clubes da nossa Região a funcionar para o bem das nossas comunidades e para o seu desenvolvimento, neste caso, desportivo.

Uma palavra final para o trabalho desenvolvido pela Associação de Karaté dos Açores, pela sua capacidade congregadora, capaz de levar o nome do nosso arquipélago mais longe, e, de igual modo, para toda a comitiva que esteve presente nesta prova, especialmente os atletas que subiram ao pódio, trazendo para os Açores mais quatro medalhas de prata e uma medalha de bronze.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em Plenário do dia 21 de junho de 2017, emita este voto de congratulação pelo título de Campeão Nacional de Karaté alcançado por Pedro Xavier.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao atleta, ao Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, à Associação de Karaté dos Açores e à Federação Nacional de Karaté.

Disse.

Horta, 21 de junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Maria Isabel Quinto, Mónica Rocha, Domingos Cunha, António Toste e Maria de Fátima Ferreira

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também à conquista do título de campeão nacional de juvenis por Pedro Xavier na modalidade de Karaté.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pedro Xavier (Karaté)

Pedro Afonso Sousa Xavier, do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, sagrou-se Campeão Nacional de Juvenis na temporada 2016/2017.

Aos 13 anos de idade, o jovem atleta terceirense conseguiu um feito notável, sendo que o Clube de Karaté-do de Angra do Heroísmo não tinha um campeão nacional desde 2006, com Carlos Rosa.

Aliás, o último título nacional obtido para os Açores fora em 2014, pelo atleta Gonçalo Martins, do Clube de Karaté Shotokan da Relva.

Praticante da modalidade desde 2010, Pedro Xavier tem ultrapassado todas as barreiras de um desporto exigente, subindo de categoria com muito trabalho e dedicação.

Participante assíduo das competições regionais e nacionais há várias épocas, apesar da sua juventude, o terceirense teve no referido título o ponto alto de uma bem sucedida carreira.

O Karaté é uma modalidade que, pela sua dimensão, expressão física e exigentes condições de treino, não deixa afigurar-se como tarefa fácil a obtenção de um título de campeão nacional para a Região.

Daí que o feito de Pedro Xavier ainda seja mais valioso, honrando os praticantes regionais de Karaté, os desportistas e os açorianos em geral.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe um Voto de Congratulação ao karateca Pedro Xavier pelo título de Campeão Nacional de Juvenis na temporada 2016/2017.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao clube do atleta e à sua família.

Obrigada.

Disse.

Horta, sala das sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Paulo Parece, Mónica Seidi e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aproveito para informar a câmara que nas galerias desta Assembleia estão presentes alunos da Escola Secundária Manuel de Arriaga, do 9.º ano de informática, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

Sejam bem-vindos.

(Aplausos da câmara)

O próximo Voto de Congratulação refere-se à conquista do título de campeã nacional, neste caso de judo, por parte da atleta Ana Clara Ávila.

É apresentado pelo CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ana Clara Ávila Campeã Nacional de Judo em juvenis

A jovem Angrense Ana Clara Ávila, atleta do Judo Clube de São Carlos, acaba de se sagrar Campeã Nacional de Juvenis, na modalidade de Judo, categoria de -70kg.

Esta competição de carácter nacional, decorreu no Pavilhão Multiusos de Odivelas, em Lisboa, no passado fim de semana de 9 e 10 de junho.

A jovem judoca e promissor talento local e regional Ana Clara Ávila na categoria onde estava inserida subiu ao lugar mais alto do pódio, numa competição que juntou mais de 360 atletas de todo o País, distribuídos por 23 categorias de peso, em defesa de 108 clubes.

Ana Clara Ávila foi ao Campeonato Nacional de Judo integrada numa comitiva do Judo Clube de São Carlos composta por cinco atletas (três campeões regionais e dois vice-campeões regionais), tendo o emblema que representa sido o sexto classificado no ranking nacional de distribuição de medalhas por clube, sendo o único clube dos Açores que arrecadou medalhas.

A somar à conquista nacional, Ana Clara Ávila fica também para a história do Judo Clube de São Carlos por ser a primeira jovem atleta a alcançar um título de campeã nacional, em 17 anos de trabalho do clube sediado na freguesia de São Pedro.

Este é o culminar de uma extraordinária época onde a jovem judoca Angrense voltou a ser distinguida com o Estatuto de Jovem Talento Regional, estatuto alcançado, pela primeira vez, na época de 2016, e onde muitos e bons foram os feitos e títulos alcançados a nível regional, nacional e até em competições que extravasaram as fronteiras de Portugal.

Só a título de exemplo, na presente época, Ana Clara Ávila já se tinha sagrado Campeã Regional de Juvenis na categoria +63kg e alcançou o primeiro lugar do pódio do XXVI Torneio de Judo Villa D'Andorra 2017, na categoria +63 kg.

Foi também a primeira classificada no Open de Lisboa em Judo, juvenis, categoria -70kg, realizado em fevereiro deste ano.

A este palmarés individual da judoca Angrense Ana Clara Ávila, não pode ser indissociável o meritório, dedicado e esforçado trabalho desenvolvido pela direção e treinadores do Judo Clube de São Carlos que, só este ano 2017, já alcançou um vasto conjunto de extraordinários resultados a nível regional e nacional, como, por exemplo, merece destaque o facto de os jovens atletas do

emblema de São Carlos terem vencido todos os combates realizados entre clubes de judo da Região Autónoma dos Açores.

Realça-se, ainda, que muitas das deslocações efetuadas na presente época foram despesas assumidas inteiramente pelo Clube, como agora na deslocação ao Campeonato Nacional de Juvenis.

São estes exemplos de esforço, dedicação, devoção e glória que devem merecer da sociedade, em geral, mas das entidades públicas, em particular, um olhar atento, um apoio efetivo e um reconhecimento pelo excelente trabalho na formação de atletas e, acima de tudo, na formação dos homens e mulheres que amanhã estarão à frente dos destinos e gestão da coisa pública.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a jovem judoca Angrense Ana Clara Ávila pela conquista do título de Campeã Nacional de Judo, em juvenis, categoria -70kg, assim como pelas conquistas do Campeonato Regional de Juvenis e pelos primeiros lugares dos pódios alcançados no XXVI Torneio de Judo Villa D'Andorra 2017 e no Open de Lisboa de Judo.

Este voto de congratulação é extensível ao Judo Clube de São Carlos pelo trabalho profícuo realizado na formação de jovens atletas que têm alcançado relevantes resultados em todas as competições locais, regionais, nacionais e até internacionais onde têm participado.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Judo Clube de São Carlos, equipas técnicas, dirigentes e de apoio, bem como aos seus atletas, e ainda à Federação Portuguesa de Judo e à Associação de Judo da Ilha Terceira.

Os Deputados, Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Isabel Quinto tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto e saúda a atleta Ana Clara Ávila pela conquista do título nacional de juvenis na modalidade de judo na categoria de -70 Kgs.

Saúda igualmente o excelente trabalho que tem sido feito pelo Judo Clube de São Carlos, por todo o trabalho que tem desenvolvido nesta modalidade.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD subscreve também na íntegra o teor deste voto e apesar da sua juventude, dos seus 16 anos, a Ana tem um currículo vasto, bastante rico e que dificilmente será feita alguma equiparação com outros judocas.

Além disso, uma palavra também para o clube, para todos os seus companheiros de treino e de luta diária e gostaria de destacar o Estatuto de Jovem Talento Regional muitas vezes por nós esquecido, mas com uma importância a nível da sua formação profissional ou escolar e também a nível do currículo desportivo.

Espero que a Ana sirva de exemplo para outros jovens açorianos que saibam ver o desporto como um fim, como um meio de alcançar objetivos, neste caso escolares que também para isso o desporto é uma forma de vida.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 25.º aniversário do Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande da Ribeirinha.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste Parreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25.º Aniversário

Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande da Ribeirinha

O Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande da Ribeirinha, foi fundado a 13 de maio de 1992. No dia 14 de maio de 2017, foi realizada uma coroação, comemorando-se assim as “Bodas de Prata” desta instituição que disponibiliza um Centro de Convívio para Idosos.

Inicialmente o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha integrava os dois centros de convívio existentes na freguesia. Posteriormente, foi então criado o Centro

Social e Paroquial da Ladeira Grande da Ribeirinha que funcionava em local próprio, tendo inaugurado a sua Sede Social a 27 de janeiro de 2003.

Foram suas fundadoras, as senhoras Maria de Fátima Dinis Silva, Avelina Borba Castro e Maria das Dores Coelho.

São 25 anos de trabalho, empenho e dedicação em prol das pessoas, particularmente dos idosos e, sobretudo, dos mais necessitados.

O trabalho do Centro Social é direcionado aos idosos, contando com cerca de 50 utentes e 12 voluntárias, sendo os trabalhos coordenados pela Direção do respetivo Centro.

Presentemente conta com uma carrinha de passageiros que, para além de servir os seus utentes, também serve outras instituições e coletividades da freguesia.

As atividades do Centro têm lugar às quintas-feiras e pautam-se pela variedade. Desde jogos, leituras recreativas, trabalhos manuais, bingo até à comemoração de aniversários dos próprios utentes, entre outras atividades. Participam ainda em feiras de artesanato, em feiras de gastronomia e intercâmbios, bem como em outros eventos de caráter eventual.

Hoje, a obra social é fundamental no desenvolvimento da sociedade, o envelhecimento impõe novos desafios aos governos, às instituições sociais e, sobretudo, às famílias. Deve ser um esforço partilhado por todos que permita, entre outras, uma melhoria de vida ao idoso e à pessoa com dependência.

Enaltecer o trabalho voluntário que é desenvolvido nesta área, por gente que se dedica a uma causa, que acarinha e ajuda instituições desta natureza, que disponibiliza parte do seu tempo a favor de outros mais necessitados.

Referir também o investimento efetuado pelo Governo Regional dos Açores na área social, em parceria e com a colaboração das instituições de cariz social. Oferecendo mais e melhores espaços e disponibilizando mais e melhores serviços aos utentes.

Presentemente, a Direção do Centro Social é constituída pelos seguintes elementos:

- Presidente – (Padre) António Henrique Arruda Pereira;
- Vice-Presidente - Maria Emília Lourenço Pires Gaspar;
- Secretária - Maria Silveira Pires;
- Tesoureira - Maria Lurdes Lourenço Pires Parreira;

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período Legislativo de 21 de junho de 2017, a aprovação deste Voto de Congratulação, pelos 25 anos do Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande da Ribeirinha.

Do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à sua Direção.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, António Toste, Domingos Cunha e Mónica Rocha

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD subscreve também este voto salientando todo o cariz social e a importância do referido centro na comunidade.

Obviamente que esta valência permite a inserção de idosos dentro da sua própria freguesia, proporcionando momentos lúdicos bastante importantes e merecedores a estes idosos atendendo à faixa etária e atendendo ao tempo de vida que a eles assiste.

Portanto, o nosso bem haja a estes 12 voluntários que diariamente contribuem para que os 50 utentes deste centro social possam ter uma melhor qualidade de vida.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é ao aluno Miguel Viola que representa Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Miguel Viola – Aluno açoriano representa Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra

Miguel Viola, como qualquer jovem de 17 anos, tem passatempos comuns aos dos outros jovens da mesma faixa etária, partilhando também os mesmos gostos por jogos de computador.

É um aluno exemplar do 11.º ano da Escola Secundária Antero de Quental, que tem nas ciências uma das disciplinas preferidas e a geologia no topo das mesmas.

Este jovem açoriano é um dos três estudantes que representará Portugal nas “Internacional Earth Sciences Olympiads”, em Nice, França, no próximo mês de agosto.

A perspicácia, a perseverança, a capacidade de trabalho e gosto pelo saber fizeram-no vencer todas as fases de apuramento às Olimpíadas, inclusivamente a fase final das Olimpíadas Portuguesas de Geologia, que teve lugar no Centro de Ciência Viva de Estremoz nos dias 20 e 21 de maio passado.

As Olimpíadas Portuguesas de Geologia são uma importante iniciativa da Sociedade Portuguesa de Geologia de Portugal e na qual o Geoparque Açores-Geoparque Mundial da UNESCO colabora ativamente organizando a Fase Regional dos Açores.

Nesta III Edição das Olimpíadas onde participaram 3345 alunos do 11.º ano de 208 escolas de todo o país, e na qual a Região Autónoma dos Açores foi representada por 31 alunos de 11 escolas, Miguel Viola obteve a segunda melhor classificação nacional.

Este resultado é um motivo de orgulho para os Açores. Um aluno que se esforça para alcançar os melhores resultados possíveis, não só na componente curricular do seu percurso, como também, num projeto de dimensão internacional, projetando os Açores além-fronteiras deve ser enaltecido por esta Assembleia. Este resultado constitui um incentivo para que se aposte na educação dos nossos jovens, tornando-os cidadãos ativos e aptos a enfrentar os desafios com os quais se confrontam no mundo atual.

Para o sucesso desta iniciativa, também merece um apreço especial a professora Dra. Graça Rego que apoiou e motivou o aluno a participar, bem como, as demais entidades envolvidas na organização das Olimpíadas Portuguesas de Geologia.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais

aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo apuramento de Miguel Viola para as Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra, em representação de Portugal.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao próprio aluno, à professora de Biologia e Geologia, Dra. Graça Rego, e ao Conselho Executivo e Assembleia de Escola da Escola Secundária Antero de Quental.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Paulo Parece, Mónica Seidi e Maria João Carreiro

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto com gosto, porque ele representa mais um jovem açoriano que como alguém já disse sabe bem que o sucesso só vem antes do trabalho no dicionário e isso significa também que ele é motivo de exemplo para outros jovens da Região e de algum modo contraria a ideia da chamada tendência central da estatística, que são as médias que reduzem às vezes as coisas aos *rankings* e isto acaba por qualitativamente demonstrar que há mais vida para além dos *rankings*.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: De qualquer modo, a Organização Internacional da Educação em Geociências vai pela 11.º vez realizar na Côte D'Azur de 27 a 29 de agosto mais este encontro internacional que acaba por permitir também aos Açores estarem representados com um jovem que trabalha e que tem também uma professora que conheço bem, porque foi minha colega de curso e também de

profissão enquanto fui professor do ensino secundário, que tem todo o mérito nessa coordenação e no incentivo que dá aos seus alunos.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 150 anos da Sociedade Filarmónica Lira do Norte. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Lira do Norte

A 19 de maio de 1867 foi fundada a Sociedade Filarmónica Lira do Norte, no concelho da Ribeira Grande, em São Miguel.

Ao comemorar-se os 150 anos desta instituição é momento de recordar o percurso realizado e lembrar todos aqueles que contribuíram para a história da filarmónica.

A 11 de outubro de 1868, esta banda estreou o seu hino, na procissão de N^a Sr^a do Rosário, e a 13 de março de 1879 a direção deliberou abrir uma aula de

Instrução Primária não só para os músicos como também para os seus sócios. Em 1898, um violento incêndio deflagrou nas suas instalações, consumindo o seu interior. Só em 1902 conseguiu adquirir uma sede própria.

De 1939 a 1942 a Lira do Norte desempenhou as funções de Banda da Legião Portuguesa do então Distrito de Ponta Delgada.

Anualmente participa no Império da Bandeira do espírito Santo de Pentecostes, assim como, nos cortejos e concertos por toda a ilha de São Miguel. A Banda Velha mantém como tradição, o cantar às estrelas e a festa em honra de St^a Cecília, padroeira da música e dos músicos.

Esta centenária banda já efetuou digressões pelo Canadá, Estados Unidos da América e pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

É devido ao trabalho dos seus dirigentes, maestro, músicos e todos os colaboradores, que se construíram os 150 anos de história desta filarmónica ribeirão-grandense, instituição reconhecida e importante na vida cultural do concelho, centro agregador que tem sido casa de muitos jovens e adultos que fazem da música a sua atividade lúdica.

Apoiar as filarmónicas, que proliferam pelas nove ilhas dos Açores, é um desígnio a manter por todos nós. Desta forma é possível contribuir para que as bandas continuem a evoluir e sejam cada vez mais importantes embaixadores da nossa Região pois estamos a falar de um universo de mais de 100 filarmónicas, que envolvem cerca de 4 mil músicos amadores, e que fazem digressões regionais, nacionais e internacionais levando sempre consigo a marca de origem: os Açores.

Neste momento em que se celebra os 150 anos de existência, uma palavra de apreço a todos os atuais músicos que marcham em nome da Lira do Norte, sobretudo os jovens que são o garante do futuro desta instituição. Aos dirigentes, um agradecimento por não deixarem sem rumo esta filarmónica.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 21 de junho de 2017, emita o seguinte voto de congratulação pelos 150 anos da Sociedade Filarmónica Lira do Norte.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à direção da Sociedade Filarmónica Lira do Norte.

Obrigado.

Horta, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Carlos Silva e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também aos 150 anos da Filarmónica Lira do Norte de Rabo de Peixe.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 anos da Filarmónica Lira do Norte de Rabo de Peixe

A Filarmónica Lira do Norte, uma das mais antigas filarmónicas do Concelho em atividade festejou no dia 19 de maio, 150 anos da sua fundação.

A nossa cultura popular só se engrandece com a valorização dos nossos valores culturais ancestrais, e festejar 150 anos é honrar o passado e homenagear todos quantos estiveram no berço do nascimento da Lira do Norte e todos os que depois a herdaram e quiseram transmitir os seus valores aos mais novos, perpetuando assim o seu nome pelos tempos fora.

Rabo de Peixe orgulha-se daquela sua Banda, que tem procurado ao longo de todos estes anos corresponder ao amor que lhe dedicam os seus habitantes. Todos reconhecem o contributo que a Lira do Norte tem dado para a valorização e dignificação daquela Vila e para o progresso cultural e recreativo de Rabo de Peixe.

Sem aquela Banda, a Vila de Rabo de Peixe seria mais pobre culturalmente e certamente sem a alegria que tanto caracteriza o seu povo, pois é uma das filarmónicas mais emblemáticas de S. Miguel, que nasceu, segundo alguns historiadores, no dia 19 de maio de 1867.

Por isso, celebrar 150 anos de existência enche de alegria não apenas os seus músicos e famílias, mas a generalidade da população daquela Vila, dado o apreço e consideração que dispensam para com a sua Banda Velha, como é vulgarmente conhecida em Rabo de Peixe.

Tal como no passado, a sua ação instrutiva, educativa e recreativa é uma mais valia para Rabo de Peixe e uma honra para as suas gentes. Felizmente, para a cultura açoriana a sua atividade nunca foi suspensa, quer na dinamização cultural da freguesia, quer na formação de muitos jovens locais e este feito devido à entrega e dedicação das contínuas direções e ao empenho dos músicos, sócios, famílias e comunidade.

Desta forma, a passagem dos 150 anos da fundação da Lira do Norte deve ser evocada por esta Assembleia Legislativa, como uma instituição açoriana de grande prestígio e que contribui para a promoção e divulgação dos valores, da

cultura e da identidade do povo de Rabo de Peixe, pelos quatro cantos do Mundo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe a esta Assembleia Legislativa Regional um voto de congratulação pelos 150 anos da Filarmónica Lira do Norte, saudando todos os seus músicos e dirigentes. Que desta iniciativa seja dado conhecimento, à assembleia de freguesia de Rabo de Peixe, ao seu competente maestro, à Direção e aos músicos.

Disse.

Horta e sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Luís Maurício, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Jaime Vieira

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo também não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

O próximo Voto de Congratulação pelo 1.º lugar no Concurso Nacional de Manobras da Associação de Bombeiros da Ribeira Grande é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo primeiro lugar no Concurso Nacional de Manobras da Associação de Bombeiros da Ribeira Grande

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande participou, mais uma vez com sucesso, no Concurso Nacional de Manobras. A edição deste ano decorreu nos dias 20 e 21 de maio na cidade de Penafiel, envolvendo a participação de mais de 700 bombeiros, divididos por 28 equipas, de 18 corporações de bombeiros voluntários e profissionais de todo o país.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande participou neste concurso com três equipas: uma masculina, uma feminina e outra de cadetes, com um total de 31 elementos. A equipa masculina, liderada pelo Comandante José Nuno Moniz, venceu a classe A masculina, tendo as duas outras equipas ficado em segundo lugar nas respetivas categorias.

A importância dos Soldados da Paz nas nossas comunidades é indiscutível e estas provas demonstram que, além da disponibilidade que as corporações demonstram no trabalho que desenvolvem para o bem estar das populações, fazem-no com qualidade. Neste concurso verificou-se a destreza e a capacidade técnica dos bombeiros açorianos, o que deve ser valorizado por todos. Recorde-se que o mesmo inclui provas de agilidade, velocidade e espírito de equipa,

fatores essenciais a um desempenho eficaz e em segurança nas situações de elevado risco a que os bombeiros são expostos.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande tem participado quase ininterruptamente nesta competição nos últimos anos, trazendo sempre medalhas, de ouro e prata, que enriquecem o palmarés daquela centenária instituição.

Mas mais do que prémios, valorizamos o esforço diário que aquela Associação, bem como todas as outras da Região Autónoma dos Açores, faz de por em prática a sua máxima de “Vida por Vida”, colocando sempre em primeiro lugar o bem-estar das pessoas, como aliás os terríveis acontecimentos dos últimos dias deixaram bem claro.

Aos bombeiros da Ribeira Grande, ao seu Comando e aos seus órgãos diretivos deixamos uma palavra de incentivo para que continuem a representar a Região Autónoma dos Açores da forma como o têm feito e mantenham em primeiro lugar sempre o apoio à comunidade que os acolhe.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 21 de junho de 2017, emita o seguinte voto de congratulação pelo primeiro lugar no Concurso Nacional de Manobras de 2017 alcançado pela equipa Masculina da Associação de Bombeiros da Ribeira Grande.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e à Liga dos Bombeiros Portugueses.

Disse.

Horta, 21 de junho de 2017.

Os Deputados, André Bradford e Graça Silva

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação aos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande

A 15 de abril de 1875 um conjunto de 40 homens devidamente fardados apresentou-se publicamente em formatura junto do edifício da Câmara Municipal da Ribeira Grande, sob o comando de Vicente Coutinho da Silva Veloso.

Este facto é tido como o início oficial da Corporação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

O Corpo de Bombeiros é constituído por 30 viaturas e cerca de 120 elementos nas mais diversas categorias e constitui uma referência quer a nível regional, quer nacional e até mesmo no estrangeiro, mercê da sua operacionalidade e capacidade nomeadamente através das equipas de manobras de seniores e cadetes.

Esta corporação participou nos dias 20 e 21 de maio em Penafiel nos concursos nacionais de manobras no escalão de Cadetes, obtendo o primeiro lugar.

Este evento contou com a participação de mais de 700 bombeiros, oriundos de Corporações de Bombeiros de todo o país.

Para além deste brilhante desempenho da Equipa A dos Voluntários Masculinos, liderada pelo Comandante José Nuno Moniz, as equipas de Cadetes Masculinos e Feminina desta Corporação, alcançaram o segundo lugar dos respetivos escalões, no mesmo Concurso Nacional.

Na sequência dos resultados alcançados em edições anteriores as Equipas Masculina e Feminina dos Bombeiros da Ribeira Grande irão participar no Campeonato Internacional de Manobras, em representação de Portugal, que se realiza no próximo mês de julho na Áustria.

Esta corporação tem participado desde há muito e de uma forma ininterrupta nestas manobras, com excelentes resultados e várias vitórias neste prestigiado concurso de manobras para bombeiros.

Recorde-se que este concurso teve o seu início em 1981, onde além de permitir uma interação entre todas as corporações, permite também testar a capacidade e destreza física dos soldados da paz.

Há cerca de três décadas que a corporação dos Bombeiros Voluntários de Ribeira Grande vence concursos nacionais de manobras em especialidades disputadas por adultos, cadetes masculinos e equipa feminina levando assim o nome da Ribeira Grande e dos Açores mais longe e mais alto, não só em Portugal mas também no estrangeiro.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação à Corporação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande pelo resultado alcançado no recente Concurso Nacional de Manobras.

Que deste voto seja dado conhecimento à sua direção.

Horta, sala das sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e Jaime Vieira

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não há, sendo assim vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo 3.º centenário da procissão de penitência e ação de graças de Nossa Senhora de Guadalupe ao Monte Nossa Senhora da Ajuda. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Terceiro centenário da Procissão de Penitência e Ação de Graças de Nossa Senhora de Guadalupe ao Monte de Nossa Senhora da Ajuda

Comemorou-se no passado mês de maio, mais concretamente no dia 24, o terceiro centenário da Procissão de Penitência e Ação de Graças de Nossa Senhora de Guadalupe ao Monte da Nossa Senhora da Ajuda, na ilha Graciosa.

Segundo reza a história, esta procissão esteve o seu início no longínquo ano de 1717 e a sua organização esteve intimamente relacionada com uma crise sísmica que devastou principalmente o lado norte desta ilha.

Segundo os relatos, a violência dos abalos provocou muita destruição, nas frágeis construções da época, ficando muitas famílias sem teto obrigando

muitas pessoas a dormir ao relento ou então a recorrer a pipas cortadas a meio e a carros de bois para passar as noites.

O fato de nesse ano a Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Guadalupe se encontrar em construção ajudou também à implementação desta manifestação de fé que se realiza sempre no dia 24 de maio há precisamente trezentos anos consecutivos.

A cada ano, logo pela manhã, a população graciosense dirige-se até à freguesia de Guadalupe onde é celebrada a primeira missa na Igreja Paroquial.

Logo de seguida, inicia-se o cortejo, com cerca de 10 quilómetros no total, em direção ao cimo do Monte da Ajuda.

Alcançada a vizinha freguesia de Santa Cruz, são percorridas algumas das suas artérias, entre silêncios, cânticos e orações os peregrinos celebram a segunda missa quando é alcançado o topo do Monte da Ajuda. Terminada a missa campal é tempo de fazer o percurso inverso.

Na origem deste voto multissecular, o povo prometeu organizar a procissão sempre num dia de trabalho, razão pela qual, trezentos anos depois, a mesma não se realiza aos domingos e dias feriados pois na altura era tradição cada pessoa dar um dia de trabalho.

Considerando o profundo significado religioso de que se reveste a Procissão de Penitência e Ação de Graças de Nossa Senhora de Guadalupe ao Monte de Nossa Senhora da Ajuda é hábito ser concedida tolerância de ponto aos trabalhadores da administração pública regional e local cujos serviços estejam sedeados na ilha Graciosa.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de junho, emita o seguinte Voto de Congratulação.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula o povo graciosense pelas comemorações do terceiro centenário da Procissão de

Penitência e Ação de Graças de Nossa Senhora de Guadalupe ao Monte de Nossa Senhora da Ajuda.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Diocese de Angra, à Ouvidoria da Graciosa, às Paróquias de Nossa Senhora de Guadalupe e Santa Cruz, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Ricardo Ramalho, José Ávila e Manuel Ramos

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos 25 anos do Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

25 anos do Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara

Na localidade de Santa Bárbara, do concelho de Angra do Heroísmo, situa-se uma Casa do Povo dinâmica e polivalente. Recentemente o seu grupo de violas comemorou as suas Bodas de Prata com o lançamento do seu segundo CD.

O Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara foi fundado em 1992, por Floriberto Pires, que ministrava um curso de violas na mesma instituição.

Apresentaram-se pela primeira vez ao público em 15 de maio de 1992, contando neste momento com atuações em toda ilha Terceira, outras ilhas dos Açores, Bruxelas, Winnipeg (Canadá), Pawtucket (Estados Unidos da América) e outras.

No seu historial já organizam outras quatro escolas de instrumentos de corda e em 2006 o grupo lançou o primeiro CD. O novo CD, "Acordes de Prata", percorre o cancionero das nove ilhas dos Açores.

Atualmente, é formado por 23 elementos: quatro cantadores, 10 tocadores de violão e nove de viola da terra da Terceira.

Liderado por Cristiana Costa, o grupo continua a ter uma excelente adesão da parte dos jovens, principalmente após o ingresso na escola de violas, revelando grande vivacidade.

A comemorar o seu 25.º aniversário o grupo de violas merece o reconhecimento por representar a cultura açoriana através da música regional, tocada e cantada acompanhada do som da viola da terra característica da Ilha Terceira pela sua estrutura de 15 cordas.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, emita o seguinte voto de congratulação: a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela comemoração do 25.º Aniversário do Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara pela sua dedicação à formação, preservação da viola da terra da Ilha Terceira e valorização da cultura popular açoriana.

O presente voto deverá ser dado conhecimento à direção do Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara, Casa do Povo de Santa Bárbara, Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de Santa Bárbara.

Horta, sala das sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e César Toste

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Fátima Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto congratulando-se pela comemoração do 25.º aniversário do Grupo de Violas da Casa do Povo de Santa Bárbara, pela sua dedicação à formação, preservação da viola da terra da ilha Terceira e valorizando a cultura popular da ilha.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação pelo título do Terceira Basket Club Campeão Nacional da Proliga é apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

pelo título do Terceira Basket Club Campeão Nacional da Proliga

O Terceira Basket Club foi fundado a 28 de julho de 2005, na cidade de Angra do Heroísmo, por um grupo de adeptos da modalidade, presidido por Pedro Fagundes. Neste momento é gerido por uma Comissão de gestão cujo o responsável é Vitor Soares.

Foi Campeão do Campeonato Nacional da Proliga 2010/11.

Na época 2016/2017 competiram no XIV Campeonato da Proliga, onde alcançaram o 2.º lugar na 2ª fase do Grupo A, assegurando desde logo a subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, eliminando o Dragon Force por 2-0 na Meia-Final e derrotaram na Final o Barreirense por 2-0, sagrando-se CAMPEÃO DO CAMPEONATO NACIONAL DA PROLIGA 2016/2017. Foi uma equipa equilibrada, tanto a atacar como a defender. Foi orientado pelo treinador Daniel Brandão Sousa. Da equipa campeã fazem parte 6 atletas da ilha formados no clube.

Nesta temporada, o clube também participou no IX Troféu António Pratas/Proliga que venceram ao derrotar na Final o Vasco da Gama e na LXVIII Taça de Portugal participando na Final A 8 onde foram eliminados nos ¼ de Final pelos Galitos do Barreiro.

O Terceira Basket Club dedica-se à formação mantendo os escalões minis 12, Sub 14, Sub 18 e Seniores.

A obtenção deste título é uma oportunidade de congratular a equipa vitoriosa, pelos seus jogadores e técnicos, mas também lembrar todos aqueles que deram o seu contributo para a história deste clube terceirense que tem sabido levar e honrar o nome dos Açores nas competições em que têm participado.

Assim nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de junho de 2017, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo brilhante apuramento para a final do Campeonato Nacional da Proliga de Basquetebol, da

equipa de seniores masculinos do Terceira Basket Club, sendo extensivo à direção, demais órgãos sociais e colaboradores.

Tenho dito.

Horta, 21 de junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Maria de Fátima Ferreira, Domingos Cunha, Mónica Rocha e António Toste

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se também a esta conquista pelo Terceira Basket Club. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Terceira Basket Club

Fundado a 28 de julho de 2005, na cidade de Angra do Heroísmo, por um grupo de adeptos do basquetebol, o Terceira Basket Club adquiriu, em 2006, o direito de participar no Campeonato Nacional de Basquetebol. Foi a sua estreia nas competições nacionais, participando como clube satélite do Sport Clube Lusitânia, mas tendo já em atividade os escalões de formação de Sub-14 Masculinos e Minis A e B Masculinos.

Na década que se seguiu foram inúmeros os sucessos do clube, de onde se destacam a subida ao Campeonato da Proliga (2008/2009); a subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol (2010/2011), fruto da vitória na Final do Campeonato Nacional da Proliga, depois de bater o Barcelos, por 3-2.

Na época passada, o Terceira Basket Club esteve presente no Campeonato Nacional da Proliga, alcançando o 1.º lugar na fase regular Zona Sul, o 2.º lugar na 2ª Fase, sendo apenas eliminado pelo Atlético na meia final, e alcançando o 3.º lugar na classificação.

Na época 2016/2017, o Terceira Basket Club começou bem a temporada, ao participar no IX Troféu António Pratas / Proliga que venceu, derrotando na Final o Vasco da Gama do Barreiro.

Mas o melhor estava para vir, com a presença no XIV Campeonato da Proliga, alcançando o 2.º lugar na Fase Regular Zona Sul, o 2.º lugar na 2ª Fase Grupo A e assegurando desde logo a subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, ao eliminar o Dragon Force por 2-0 na Meia-Final.

Na final, a equipa terceirense derrotou o Barreirense por 2-0, sagrando-se vencedora do Campeonato Nacional da Proliga.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe, por isso, um Voto de Congratulação ao Terceira Basket Club pela vitória no Campeonato Nacional da Proliga de Basquetebol 2016/2017.

Disse.

Horta, sala das sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Paulo Parece, Mónica Seidi, Luís Maurício e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação também referente à conquista do título de Campeão Nacional da Proliga pelo Terceira Basket Club é apresentado pelo CDS. Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Terceira Basket Club Campeão Nacional da Proliga 2016/2017

O Terceira Basket Club, fundado em 28 de julho de 2005, na cidade de Angra do Heroísmo, por Pedro Jorge de Sousa Fagundes, Fernando José Henriques Dias, Paulo Manuel Ávila Cardoso, Ricardo Paulo Nunes da Cunha Coelho, Francisco Paulo da Silva Borges, Francisco Cota Vieira Cardoso, Hugo Miguel Sequeira Salvador, Luís Leonel Teixeira Salvador, António Manuel Ortins de Medeiros Cardoso, António Manuel de Sousa Oliveira, Francisco Manuel de Melo Nunes, acaba de se sagrar vencedor do Campeonato Nacional da Proliga 2016/2017.

Com a sua sede social, na freguesia de São Bento, Concelho de Angra do Heroísmo, o Terceira Basket Club iniciou a sua caminhada desportiva em competições de índole nacional no pretérito ano de 2006, após adquirir o direito de participar no Campeonato Nacional de Basquetebol 1, por transmissão dos direitos desportivos do Sport Clube Lusitânia B.

Nesta sua primeira época no CNB1, o Terceira Basket participou então como clube satélite do Sport Clube Lusitânia, tendo, em atividade, a nível local, os escalões de formação de Sub-14 Masculinos e Minis A e B Masculinos.

Na época seguinte, 2007/2008, foi decidido pelo clube assumir-se como projeto autónomo, participando a equipa sénior no CNB1, chegando à Final Sul, onde foi derrotado pelo Elétrico de Ponte de Sôr. Ao mesmo tempo mantinha a sua atividade ao nível dos escalões de formação, participando em todas as provas organizadas pela Associação de Basquetebol da Ilha Terceira, com os escalões de Minis A, Minis B, Sub-14, Sub-16 e Sub-18 Masculinos.

Na época de 2008/2009, o emblema do Concelho de Angra do Heroísmo com nome da ilha que o acolhe, voltou a competir no CNB1, chegando novamente à Final Sul da competição, tendo alcançado então a sua vitória e, por conseguinte, o direito desportivo de ascender ao Campeonato da Proliga. Paralelamente manteve sempre em atividade a sua secção de formação.

Na época 2009/2010, competindo no VII Campeonato Nacional da Proliga, alcançou o 10.º lugar; participou no II Torneio António Pratas LPB/Proliga onde atingiu um honroso 3.º lugar da fase de classificação e na Taça de Portugal, onde chegou aos 1/8 de Final.

Nesta mesma época, e ao nível dos seus escalões de formação, iniciaram-se também as participações dos jovens basquetebolistas do Terceira a nível nacional, nomeadamente na XIV Taça Nacional de Sub 18 Masculinos, classificando-se em 4º lugar, e no XV Torneio Nacional de Sub 14 Masculinos, classificando-se em 6º lugar.

Na época 2010/2011, logrou classificar-se na 6.ª posição da geral do VIII Campeonato Nacional da Proliga e, nos Play-offs, depois de eliminar o Angra Basket e o Clube Desportivo da Póvoa, garantiu a subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, onde derrotou na final o Basquete Clube de Barcelos, sagrando-se, assim, pela primeira vez, na sua curta mas digna história,

Campeão Nacional da Proliga 2010/2011. Registe-se ainda a participação no Troféu António Pratas onde alcançou o 4.º lugar na Fase Final e na Taça de Portugal, onde voltou a chegar aos 1/8 de Final. Destaque ainda para, nos escalões de formação, o clube ter participado a nível nacional na X Taça Nacional de Sub 16 Masculinos, classificando-se em 3.º lugar.

Em 2011/2012, no Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, o Terceira Basket Club alcançou o 11.º lugar na fase regular, participou no Troféu António Pratas/LPB onde fechou o pódio final no 3.º lugar no Grupo Sul e na Taça de Portugal, onde atingimos a Final 8, sendo apenas eliminado pelo Benfica. Relativamente à formação, o clube participou a nível nacional na Fase Final da XVI Taça Nacional de Sub 18 Masculinos, classificando-se em 3.º lugar, e na Fase Final da XI Taça Nacional de Sub 16 Masculinos, classificando-se também em 3.º lugar.

Na época 2012/2013, no X Campeonato Nacional da Proliga, o clube angrense alcançou o 8.º lugar na fase regular. No Troféu António Pratas/Proliga foi eliminado pelo Benfica B e na Taça de Portugal, sucumbiu nos 16 avos de final aos pés do direto adversário, o Sport Clube Lusitânia. Relativamente à formação, manteve em atividade os mesmos escalões de formação, tendo o clube participado a nível nacional na Fase Final Taça Nacional de Sub 18 Masculinos, classificando-se em 3.º lugar.

Na época 2013/2014, novamente na Proliga, atingiu o 5.º lugar na fase regular, e após os Play-offs ficou em 4.º lugar na classificação final. Participou igualmente no Troféu António Pratas/Proliga, tendo ficado em 3.º lugar e na Taça de Portugal.

Na época 2014/2015, o Terceira Basket foi 3.º classificado da fase regular do Campeonato Nacional da Proliga, e, após os Play-offs, fechou a tabela no honroso 3.º lugar da classificação final. No Troféu António Pratas/Proliga ficou também em 3.º lugar e na Taça de Portugal chegou aos 1/8 de Final. Realce,

nesta temporada, para a formação, que participou a nível nacional na Fase Final da Taça Nacional de Sub 16 Masculinos, classificando-se em 3.º lugar.

Na época passada (2015/2016), alcançou o 1.º lugar na fase regular da Proliga, tendo terminado a temporada em 3.º lugar da classificação final, após os Play-offs, assim como ficou no 3.º lugar do Troféu António Pratas/Proliga e só caiu aos pés do poderoso adversário Illiabum nos 1/8 de final da Taça de Portugal de Basquetebol. Salienta-se nesta época, ao nível da formação, a constituição, pela primeira vez, de uma equipa de Minis 10 femininos.

Na presente temporada, o Terceira Basket participou no XIV Campeonato da Proliga, onde alcançou o 2.º lugar na Fase Regular Zona Sul e o 2.º lugar, na 2ª Fase, Grupo A, assegurando desde logo a subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, onde eliminou o Dragon Force, por 2-0, na Meia-Final e derrotou, na Final, o Barreirense, também por 2-0, sagrando-se assim, pela segunda vez na sua história, Campeão do Campeonato Nacional da Proliga. Para além deste feito de relevo, a presente temporada levou o Terceira Basket a conquistar, pela primeira vez, o Troféu António Pratas/Proliga, derrotando, na Final, o Vasco da Gama e, também pela primeira vez, alcançou os 1/4 de Final da Taça de Portugal.

A temporada que agora finda coroa o trajeto deste clube sediado no Concelho de Angra do Heroísmo com êxitos e sucessos, dignificando o nome da coletividade e projetando, a nível nacional, o nome do Município de Angra do Heroísmo e da Ilha Terceira.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o Terceira Basket Club pelas conquistas nacionais alcançadas na presente temporada desportiva (2016/2017), nomeadamente os títulos de Campeão

Nacional da Proliga e a conquista do Troféu António Pratas/Proliga em basquetebol sénior masculino.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Terceira Basket Clube, equipa técnica, dirigente e de apoio, bem como aos seus atletas, e ainda à Federação Portuguesa de Basquetebol e à Associação de Basquetebol da Ilha Terceira.

Os Deputados, Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao 50.º aniversário da Igreja Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Quinquagésimo Aniversário da
Igreja Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico

No passado dia 28 de maio, data religiosa da Solenidade da Ascensão do Senhor, comemorou-se, na vila das Lajes do Pico, as Bodas de Ouro da inauguração e bênção da Igreja Matriz da Santíssima Trindade, com a celebração Solene da Eucaristia durante a qual foi solenemente dedicado o novo

Altar e ministrado o Sacramento da Confirmação aos crismandos de todas as Paróquias do concelho das Lajes do Pico.

A Missa Solene foi presidida por Sua Ex^a Reverendíssima D. João Evangelista Pimentel Lavrador, Bispo de Angra e concelebrada pelos Senhores padres das paróquias da ilha do Pico, na presença de autoridades municipais, regionais e locais, do povo da Paróquia da Matriz e de outras localidades, nomeadamente das comunidades paroquiais do concelho das Lajes do Pico.

A construção da atual Igreja Matriz foi iniciada em 1895, mas seria interrompida devido à implantação da República. As hostilidades políticas em relação à Igreja e as dificuldades de financiamento impediram a sua conclusão, ficando a obra com as paredes até às cornijas laterais.

Em 1954 foram retomadas as obras de construção da Matriz. Esta iniciativa histórica contou com o entusiasmo e com o apoio incondicional e muito expressivo do povo da freguesia das Lajes do Pico, e com a colaboração de muitas pessoas da ilha, dos Açores e de muitos emigrantes da Diáspora Açoriana. O Padre António Cardoso liderou o processo das obras, que terminaram em 1967. A Igreja Matriz das Lajes do Pico é um edifício imponente, o maior templo da ilha do Pico e um dos maiores dos Açores. Foi inaugurada pelo Governador Civil da Horta, Dr. Freitas Pimentel, e a sua bênção feita pelo Bispo de Angra, D. Manuel Afonso de Carvalho, há precisamente cinquenta anos.

No ano do centenário do culto a Nossa Senhora de Lourdes, na vila das Lajes do Pico, o Sr. D. Arquimínio Rodrigues da Costa, Bispo de Macau, procedeu à sua Dedicção, a 27 de agosto de 1983.

Mais recentemente procedeu-se à colocação de retábulos, nas Capelas Laterais de Nossa Senhora de Lourdes e do Santíssimo Sacramento.

No âmbito das Comemorações do 50.º Aniversário da Igreja Matriz procedeu-se à conclusão do grande retábulo da Capela Mor, evocativo da Santíssima Trindade, Titular da Igreja Matriz.

Foram colocados um novo Altar e um novo Ambão, em talha, condizentes com os três retábulos existentes na igreja.

A Igreja Matriz das Lajes do Pico é muito mais do que um lugar de culto religioso e de prática litúrgica. É um elemento iconográfico da paisagem cultural da Vila, do concelho e da ilha. Uma referência e uma marca patrimonial no tecido edificado do casco histórico da primeira povoação da ilha do Pico. Nas últimas décadas, muita da atividade cultural, religiosa e profana, do concelho e da ilha, passaram por este emblemático edifício. Essa função cultural merece ser reconhecida e assinalada como um exemplo de verdadeiro, fraterno e solidário serviço à comunidade. De abertura da Igreja Católica à cultura humanista, que se aplaude e se regista.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de junho, aprove um voto de congratulação pela celebração dos 50 anos (Bodas de Ouro) da Igreja Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico, concelho das Lajes do Pico, ilha do Pico, e que dele seja dado conhecimento à Diocese de Angra, ao Vigário Episcopal do Ocidente, Pe. João António Bettencourt das Neves, à Ouvidoria da ilha do Pico, ao pároco da Igreja da Matriz da Santíssima Trindade, à Câmara Municipal das Lajes do Pico e à Junta de Freguesia das Lajes do Pico.

Horta, Sala de Sessões 21 de Junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Mário Tomé e Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto dos 50 anos da Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico, uma Matriz muito imponente e que sobressai em toda a vila das Lajes.

Já em 1924, ainda a obra estava parada, porque foi uma obra que começou em 1895 e só terminou em 1967, (mas como eu dizia já em 1924) Raul Brandão no seu livro que escreveu sobre os Açores, *As Ilhas Desconhecidas*, referia que era uma obra que parecia ter como verdadeiro que os sonhos do homem não cabem no mundo.

É realmente uma data marcante à qual o PSD se associa a este voto.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Mariana Cabral. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação a Mariana Cabral

Mariana Cabral nasceu na freguesia do Pico da Pedra, concelho da Ribeira Grande. Tem duas grandes paixões na vida, o jornalismo e o futebol, aos quais

dedica grande parte do seu tempo. Aos 29 anos não só concilia estas duas atividades como consegue destacar-se em ambas.

Como jornalista do *Expresso*, Mariana Cabral foi distinguida em maio do ano passado com o Prémio Vítor Santos – Revelação Imprensa Escrita, atribuído pelo CNID – Associação de Jornalistas de Desporto.

Um ano depois, Mariana Cabral voltou a destacar-se, desta vez na sua outra paixão. Como treinadora da equipa de juniores de futebol feminino do Sporting Clube de Portugal, sagrou-se campeã nacional no passado dia 21 de maio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A vitória da equipa comandada pela jovem treinadora açoriana foi alcançada com grande brilhantismo: 20 jogos, 20 vitórias. Além disso, a conquista do título nacional aconteceu em condições insólitas.

Na fase final do campeonato, a equipa orientada por Mariana Cabral teve de disputar dois jogos no mesmo dia. Outros poderiam ter criticado esta invulgar opção da Federação Portuguesa de Futebol para justificar um resultado menos bom. Mariana Cabral não o fez. Pelo contrário, lembrou o lema da sua equipa: “Não há desculpas”. E venceu.

O feito de Mariana Cabral, que é também a coordenadora dos escalões de formação do Sporting Clube de Portugal, assume ainda especial relevância por acontecer num ano extremamente positivo para o futebol feminino a nível nacional, em que foram registadas as maiores assistências de sempre nos estádios portugueses.

Fruto da excelente temporada, Mariana Cabral está entre os nomeados para o prémio de “Treinador do Ano”, a atribuir no próximo dia 30 de junho na IV Gala Honoris Sporting.

Estamos perante uma jovem que orgulha os Açores e merece, por isso, o justo reconhecimento dos representantes do Povo Açoriano.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação a Mariana Cabral pela conquista do campeonato nacional enquanto treinadora da equipa de juniores de futebol feminino do Sporting Clube de Portugal. Deste voto deve ser dado conhecimento à treinadora e ao seu clube.

Horta, Sala das Sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Vasco Viveiros, Paulo Parece e Jaime Vieira

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo centenário do jornal *O Dever*. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo centenário do Jornal “O DEVER”

Quem não é comigo é contra mim, assim escreveu no primeiro editorial do jornal *O Dever*, no dia 2 de junho de 1917, publicado na Vila da Calheta de São Jorge, o Pe. João Vieira Xavier Madruga, natural das Lajes do Pico, e que na

altura era pároco e ouvidor no Topo, de São Jorge, fundador e primeiro proprietário daquele jornal.

O jornal nasce, historicamente, com um propósito firme: combater o republicanismo, defender a Igreja Católica e, mais tarde, o Estado Novo, promovendo e divulgando os seus valores políticos, sociais, económicos, culturais, morais e religiosos, até aos finais da década de 70.

Nessa época publicavam-se nos Açores 35 periódicos, quase todos de cariz político: quatro diários, e os restantes semanários e quinzenários. Desses, apenas sobreviveram, e chegaram até nós, 8 jornais, entre os quais *O Dever*. É o semanário mais antigo do Arquipélago e um dos mais antigos de Portugal.

Com a implantação da Democracia em Portugal, e com a instauração do Regime Autónimo nos Açores, *O Dever* transforma-se, acompanhando os tempos e as novas dinâmicas políticas e sociais emergentes. De um jornal comprometido, transforma-se num jornal aberto e plural.

Manteve-se ativo em São Jorge 21 anos, sediado numa casa paroquial da Calheta. Foi transferido para as Lajes do Pico, em 1938, sendo o seu primeiro número publicado na vila das Lajes, a 3 de setembro desse ano. A tipografia e todos os equipamentos foram transportados para o Pico a bordo do iate *Andorinha*.

O jornal foi vendido, pelo Pe. Xavier Madruga, à Paróquia da Santíssima Trindade, das Lajes do Pico, por volta de 1969. Desde então, *O Dever* é, juridicamente, propriedade desta Paróquia.

Depois do Pe. Xavier Madruga foram sucessivamente diretores do jornal todos os padres da Paróquia da Matriz da Santíssima Trindade, sendo o seu atual diretor o Pe. João António Neves. Constituíram exceção Manuel Paulino Costa e o Pe. Marco Martinho.

Uma das iniciativas que marcaram as comemorações desta efeméride, foi a exposição *100 Anos – O Dever*, atualmente patente ao público na Galeria de

Exposições Temporárias do Museu dos Baleeiros, nas Lajes do Pico. Esta exposição faz a revisitação de *O Dever* ao longo dos seus 100 anos de vida. Mais de 5000 exemplares. Milhares de notícias, artigos, crónicas, anúncios, imagens e escritos de toda a ordem.

Muitos foram os administradores, editores, redatores e colaboradores de *O Dever*. Centenas de pessoas que, ao longo de um século, contribuíram decisivamente para que o jornal se mantivesse vivo.

Esta resistência, tipicamente picarota, merece o nosso reconhecimento público. O jornal *O Dever* deve ser homenageado com a congratulação formal do Parlamento dos Açores. Este jornal é um património, uma marca do concelho das Lajes do Pico, da ilha, e da Região. Um testemunho precioso de parte significativa da nossa história, da nossa memória coletiva e da nossa identidade. Aquando das comemorações do centenário do jornal *O Dever*, o Diretor do Museu do Pico, Dr. Manuel Francisco Costa Júnior, afirmou – cito: *Saibamos, num tempo novo e complexo para a imprensa escrita, reinventar e manter vivo O Dever. Sim, porque O Dever, de alguma forma, somos todos nós.* Fim de citação!

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação pelo centenário de *O Dever*. Desse voto deve ser dado conhecimento ao jornal *O Dever*, à Paróquia da Santíssima Trindade das Lajes do Pico e à Diocese de Angra.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 21 de Junho de 2017

Os Deputados, André Bradford, Mário Tomé e Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente aos 100 anos do jornal O Dever o próximo voto de congratulação é do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação pelos 100 anos do jornal “O Dever”

“O Dever” nasceu na Vila do Topo da ilha de São Jorge, onde, anos antes fora colocado como pároco e ouvidor o seu fundador, o Pe. João Vieira Xavier Madruga natural das Lajes do Pico.

A revolução e 5 de Outubro que implantara o regime Republicano em Portugal, não conseguira ainda a estabilização das instituições democráticas com contendas muitas vezes adversas à igreja católica. As lutas partidárias eram contínuas e o país encontrava-se envolvido na primeira guerra mundial desde fevereiro de 1916. Neste contexto surge no ano de 1917 este semanário. É talvez pela situação social vivida que incomodava o espírito do Pároco do Topo, que este sentiu a necessidade de ter um veículo de comunicação em nome da Igreja, onde melhor se repusesse a verdade e se denunciasse a mentira, que grassava segundo ele na maioria dos jornais republicanos.

Ao Pe. Xavier Madruga, veio juntar-se, anos depois, o Pe. Manuel Joaquim de Matos, vigário da Vila da Calheta, para onde foram então transferidas a redação e a administração do jornal. E por lá se mantiveram até 1938. Mas os “encontros” com a censura tanto se deram durante o período que antecedeu o “28 de maio 1926” como depois. Os cortes eram constantes.

O Pe. Madruga foi entretanto transferido para a Candelária do Pico e conseguiu que a censura do jornal ficasse a cargo do censor da Horta. Uma situação de deferência que não foi, nem era mesmo possível manter por muito tempo. Daí a transferência de “O Dever” para a Vila das Lajes, onde já então fixara residência permanente, o seu Diretor, isto em setembro de 1938.

Há setenta e nove anos que o jornal se publica na Vila das Lajes do Pico, e tem sido um intransigente defensor dos direitos e interesses dos lajense e dos picoenses.

O jornal é hoje propriedade da Paróquia. Faz parte do seu património. Todos os paroquianos têm uma quota de responsabilidade na sua manutenção.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita o Jornal “O Dever”, o seu diretor, a paróquia da Santíssima Trindade das Lajes do Pico e todos os colaboradores, pelos 100 anos deste importante órgão da imprensa local.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao diretor do jornal, à paróquia da Santíssima Trindade das Lajes do Pico e à diocese de Angra.

Obrigado.

Horta, sala das sessões, 21 de junho de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Mónica Seidi, Luís Maurício, Jorge Jorge, Paulo Parece e Marco Costa

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelos resultados obtidos no Campeonato do Mundo de Kickboxing. Este voto é apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação
pelos resultados obtidos no Campeonato do Mundo de Kickboxing**

Organizado pela International Sport Karate and Kickboxing Association, realizou-se entre 31 de maio e 3 de junho na cidade de Atenas, na Grécia, o Campeonato do Mundial de Kickboxing. Daí resultaram mais 3 medalhas para atletas açorianos.

André Filipe Soares Pereira, natural do Concelho da Lagoa, para além de já ter no seu currículo títulos regionais e nacionais, alcançou, neste campeonato mundial, a medalha de ouro na disciplina de Light-contact, na categoria de menos 63 kg no escalão de juniores masculinos.

Para além do André Pereira, importa também realçar as prestações dos Açorianos Renato Costa e André Silva, que alcançaram a medalha de prata, e do Gonçalo Silva, que alcançou a medalha de bronze.

Estas boas prestações, resultaram na chamada destes quatro atletas a representar a Seleção Nacional no próximo Campeonato do Mundo, que se realizará na Jamaica.

Todos estes jovens, atletas do Club Kickboxing Arrifes, demonstraram ao mais alto nível desportivo a enorme potencialidade existente nos Açores para a prática desportiva e a enorme capacidade que os nossos clubes têm para formar jovens campeões.

Assim, importa também salientar o papel fundamental que o Club Kickboxing Arrifes tem nestas prestações alcançadas. Realçar a sua capacidade de organização e a sua tenacidade na formação em excelência da prática desportiva que levam por todo o Mundo os Açores e todo o nosso potencial.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos resultados alcançados pelos atletas açorianos no Campeonato Mundial de Kickboxing, do qual deve ser dado conhecimento ao Club Kickboxing Arrifes e aos atletas medalhados.

Disse.

Horta, 21 de junho de 2017.

Os Deputados, André Bradford, João Paulo Ávila e Sónia Nicolau

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação. Saúda os jovens André Pereira, Renato Costa e André Silva e o clube Kickboxing dos Arrifes.

Além disso, é o segundo voto que é atribuído aqui, nesta Assembleia, ao jovem André Pereira, porquanto em 2016 ganhou o campeonato mundial em Andria, em Itália, portanto, é um jovem promissor e este é o segundo campeonato mundial que ganha.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora encerrar os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos da Agenda.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge substituiu o Deputado Bruno Belo na Mesa)

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, o ponto um da nossa Agenda será debatido amanhã de manhã, pelo que, e conforme também requerimento que foi distribuído por todos oportunamente, vamos entrar agora no ponto dois da nossa Agenda: **apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XI – “Aprova o Programa Gerações”**.

A apresentação desta iniciativa foi requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, que é também o proponente, e rege esta matéria o artigo 81.º do nosso Regimento.

Para então fazer a apresentação tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A apresentação do projeto de Decreto Legislativo Regional que cria o Programa Gerações, surge numa altura em que existe a necessidade urgente de adoção de novos mecanismos de solidariedade e justiça intergeracional, que possam dar resposta ao envelhecimento da Administração Pública Regional e, simultaneamente, à elevada taxa de desemprego jovem com que se defronta a Região e à ausência de alternativas sobretudo nas ilhas de menor dimensão e população.

O Programa Gerações pretende ser um instrumento de gestão de recursos humanos que permita incentivar os trabalhadores em funções públicas regionais a optar pela aposentação antecipada, permitindo-lhes uma aposentação ativa com uma perda menos significativa de rendimento;

A proposta consiste na criação de um mecanismo de incentivo financeiro que compensa os trabalhadores em funções públicas regionais que, a partir dos 60 anos de idade, se pretendam aposentar voluntariamente;

Para além de uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores em funções públicas que optem pela aposentação antecipada, o Programa Gerações cria os pressupostos necessários para a contratação de jovens. Permite o rejuvenescimento da Administração Pública Regional, contribui para o aumento da competitividade dos serviços prestados e tem um efeito multiplicador na economia regional e na qualidade de vida da população. Trata-se de um verdadeiro compromisso intergeracional;

O Programa Gerações, com uma duração de dois anos, é autossustentável do ponto de vista orçamental.

A diferença entre os valores remuneratórios dos trabalhadores em funções públicas que se reformem antecipadamente, em fim de carreira, e o montante das remunerações pagas aos jovens funcionários que passem agora a integrar a

Administração Pública Regional, será suficiente para suportar os respetivos custos da medida.

Consideram-se trabalhadores em funções públicas regionais os trabalhadores dos serviços e organismos da administração pública da Região Autónoma dos Açores, incluindo os institutos públicos regionais nas modalidades de serviços personalizados ou de fundos públicos, independentemente da modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público.

Aplica-se ainda aos trabalhadores das unidades de saúde, consideradas entidades públicas empresariais regionais, que integrem o Serviço Regional de Saúde.

Os trabalhadores em funções públicas regionais a quem seja autorizada a aposentação antecipada podem beneficiar, a título vitalício, da subsidiação de 50% da taxa global de redução que lhes seja aplicável nos termos da legislação em vigor. O subsídio é pago no mesmo dia em que seja paga a respetiva pensão. As vagas resultantes de pedidos de aposentação antecipada por trabalhadores em funções públicas que beneficiem do subsídio são providas por concurso aberto no prazo máximo de 60 dias após o deferimento do pedido.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

O diploma já está em Comissão, pelo que agora fará o respetivo trajeto administrativo.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 4/XI – “Ampliação da placa de estacionamento destinada à aviação civil (Placa C) adjacente à aerogare das Lajes”**.

Este Projeto de Resolução foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que foram definidos pela Conferência de Líderes para o processo legislativo comum.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do PSD é muito mais do que uma simples recomendação para que se faça uma obra.

Este Projeto de Resolução do PSD é um ato político clarificador que colocará cada interveniente eleito no seu lugar, separando aqueles que honram os compromissos que assumiram para com as populações, daqueles que falham os compromissos, enganam as populações e que têm lealdades de ocasião e de façção, senão mesmo de circunstância, mais fortes do que os programas anunciados, escritos, assinados e sufragados pelo povo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Projeto de Resolução através do debate e votação que se seguirão nesta Casa responsabilizará muito particularmente os deputados eleitos pela ilha Terceira relativamente à aprovação de medidas reais de revitalização da ilha, tendo em conta as conhecidas e amplamente debatidas dificuldades que a Terceira atravessa.

A ampliação da placa C é um dos poucos compromissos assumidos pelos três maiores partidos desta Casa e este Projeto de Resolução traz aqui uma oportunidade de haver um consenso que houve até há pouco tempo.

O aeroporto das Lajes é, em conjunto com o porto da Praia da Vitória e com o Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, uma das três mais importantes infraestruturas da ilha.

O aeroporto das Lajes é uma das mais importantes portas de entrada e de saída para a economia da Região e ferramenta indispensável à alavancagem do setor do turismo que, devido ao seu crescimento, tem permitido mitigar alguns dos problemas que a economia dos Açores não deixa de atravessar.

No dia 8 de novembro de 2006 o então Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, anunciou a ampliação da placa de estacionamento para a aviação civil junto à aerogare das Lajes, placa C, conhecidas que eram as limitações da mesma devido à sua reduzida dimensão para a aviação comercial, bem como os sucessivos constrangimentos inerentes aos condicionamentos militares da Base Aérea n.º 4, demasiadas vezes dependentes da forma como são interpretados os regulamentos, senão mesmo da personalidade ou estado de humor deste ou daquele comandante da Base que, ocasional e circunstancialmente, estivesse no desempenho de funções.

Se em 2006 as dimensões da placa eram insuficientes para as necessidades do uso civil, o aumento do volume de tráfego aéreo dos dias de hoje, bem como o previsível crescimento do mesmo, fruto dos maiores fluxos turísticos e do início da operação das companhias aéreas de baixo custo, está a agravar significativamente as limitações da infraestrutura em causa, como aliás se tem verificado nas últimas semanas através da recorrente necessidade de estacionar os aviões A330 da Azores Airlines e os dois A340 da Hi Fly também ao serviço da companhia aérea regional na placa de estacionamento localizada junto ao terminal militar da Base Aérea n.º 4.

Pretende-se evitar a dispersão dos aviões, bem como dos meios logísticos disponíveis de modo a facilitar toda a operação, diminuindo os custos da mesma, ganhando na qualidade e no conforto do serviço prestado a quem nos

visita, tendo em conta os problemas decorrentes da necessidade de recorrer ao estacionamento dos aviões de grandes dimensões com muitos passageiros em placas militares situadas longe da aerogare e que obrigam a um complexo conjunto de procedimentos logísticos e burocráticos.

É importante relembrar que nas Lajes o handling que tem que se deslocar é o da Sata, uma vez que as companhias low cost têm prioridade no estacionamento, talvez por contrato, junto à aerogare, sendo sempre imputados à companhia açoriana e por consequência a todos os contribuintes dos Açores os custos de toda esta operação. Já para não falar da demora que a distância do estacionamento dos aviões acarreta em todos os procedimentos.

Pede-se que o Governo Regional dos Açores desencadeie todos os procedimentos para que a ampliação da placa de estacionamento destinada à aviação civil seja uma realidade nesta legislatura.

Pede-se que se honrem os compromissos.

Pede-se, aliás, propõe-se, que se aproveitem todas as oportunidades para que a Região se liberte o mais que puder dos constrangimentos e tutelas exteriores à Região que condicionam os interesses da Região.

Propõe-se que deixe de ser preciso pedir o favor à Força Aérea para estacionar um avião numa das placas militares.

Propõe-se que o Governo Regional dos Açores cumpra aquilo que prometeu aos açorianos e muito particularmente aos terceirenses quando incluiu a ampliação da placa de estacionamento adjacente à aerogare civil das Lajes no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira aprovado nesta Casa com os votos a favor do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda e com a viabilização por abstenção do PSD, CDS, PCP e PPM.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Via abstenção!

O Orador: Pede-se que aquilo que se assume aqui e que se promete às populações se concretize.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução vem efetivamente na defesa dos interesses dos terceirenses e nós, os deputados da ilha Terceira, assumimo-lo com a importância que tem, mas também chegamos às nossas conclusões e elas, com certeza, também servirão os interesses dos terceirenses.

Importa perceber efetivamente (e isto foi o que se fez ao longo do trabalho em Comissão) as dificuldades sentidas e reivindicadas, se efetivamente foram colmatadas ou não. O que é certo é que se demonstra outra situação.

Se ela advém efetivamente de humores, como o Sr. Deputado disse, ou se ela advém de comandos ou de diferentes perspetivas, pois esta também é uma longa história que também há de ter os contornos que poderão ser concretizados, nomeadamente nas diferentes posturas dos diferentes governos e na fraca intervenção que houve em relação à defesa dos interesses e em relação ao uso desta placa civil.

Por contrário o Governo Regional neste sentido tem tido efetivamente uma postura de reivindicação e isso aconteceu efetivamente na fase mais complicada

em 2015, em que o Secretário dos Transportes de então apresenta e expressa de uma forma bastante contundente a sua opinião e reivindica efetivamente que não é de forma de todo tolerável o que aconteceu.

O que o presente nos diz é exatamente o contrário e isso suporta-se pelo facto de que com este Governo da República e com este Governo da Região Autónoma dos Açores, aquando das reivindicações, aquando da defesa dos interesses, para que se potenciasssem a economia da ilha Terceira se encontrassem, se expressassem e se fizessem os acordos. Ele foi efetivamente declarado aquando do acordo conjunto e efetivamente na proclamação e assunção do compromisso com relação à certificação.

Portanto, parece-me que por aqui conseguimos perceber efetivamente que não se trata de falhar a compromissos, mas trata-se, sim, de ter sensatez e atuar proactivamente nos interesses dos terceirenses sempre e ao longo do tempo. Parece-me que de futuro também assim o será.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde a Convenção de Chicago no longínquo ano de 1944, que criou a ICAO (Organização da Aviação Civil Internacional) e adotou os 19 anexos que ainda hoje são a bíblia que rege toda a aviação internacional, foi desde logo assumido e compreendido por todos os Estados contratantes que as necessidades, dinâmicas e exigências da aviação civil não se compadeciam, nem eram, em muitos casos fundamentais, compatíveis com as necessidades, dinâmicas e exigências da aviação estritamente militar.

Tais diferenças impuseram que fossem criadas infraestruturas próprias e adequadas e afetas à aviação civil por um lado e à aviação militar por outro, respondendo cada uma delas a solicitações, necessidades e exigências de natureza completamente diferente e nalguns casos até totalmente incompatíveis. Se bases aéreas desativadas após a Segunda Guerra Mundial foram aproveitadas e muito bem pela aviação civil, como temos o caso do Aeroporto de Santa Maria, já a utilização de bases aéreas militares pela aviação geral foi desde sempre não só problemática, mas fundamentalmente sujeita a toda uma série de restrições que a sua natureza e a função a que as mesmas exclusivamente se destinavam impunham.

Se no caso muito específico e particular da infraestrutura aeroportuária da Base das Lajes na Terceira atenta à sua localização e às imperiosas necessidades de garantir ligações aéreas da Terceira, quer com as restantes ilhas da Região, quer com o exterior e o facto das próprias estruturas militares verem com bons olhos tal utilização, nem por isso as limitações e restrições puderam, nem poderiam mesmo, ser de todo ultrapassadas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se nos anos 90 devido à reduzida utilização de rotas alocadas estritamente à aviação militar foi possível avançar nos céus europeus com o conceito FUA (Uso flexível do Espaço Aéreo), o mesmo conceito parece agora fazer caminho, designadamente permitindo uma utilização maior e mais eficiente por parte da aviação civil no que a algumas infraestruturas aeroportuárias da Base militar das Lajes dizem respeito, nomeadamente Pistas, Placas, que refira-se, são sete contando com a subdivisão Norte e Sul do APRON G do lado Norte das Pistas 15-33 e uma, a C, do lado Sul e não cinquenta como foi dito na Comissão pelo Sr. Deputado António Parreira, confundindo certamente APRON's e STANDS, com uma falta de rigor dignos de nota, registe-se, e ainda os taxi-ways e caminhos de circulação.

Sendo certo que esta utilização das infraestruturas aumenta a capacidade de resposta às necessidades e procura da aviação civil, também é certo que só por si não resolve todas as questões relativas à utilização de um aeroporto militar, como é o caso do aeroporto das Lajes ser utilizado pela aviação civil.

Isto até porque as obrigações a que o nosso País está obrigado neste âmbito impõem que vários serviços, e desde logo o controlo de aeródromo, obedeçam a padrões e exigências não compatíveis com as exigências e padrões que o uso militar determina.

Para quem tenha dúvidas quanto a este aspeto, uma mera consulta aos estudos preliminares sobre a utilização da Base do Montijo como segundo aeroporto de Lisboa bastará para ficar esclarecido.

Para além de tudo isto há que salientar e frisar muito bem que nenhum aeroporto comercial que pretenda captar tráfego pode sujeitar-se aos ditames de potência colonial de determinar quem e que empresas e como pode e deve utilizar o aeroporto como pretendeu o congressista Norte-americano Devin Nunes em recentes declarações aquando da sua recente visita à Região. Não o suporta qualquer aeroporto comercial, como não o suporta qualquer patriota digno desse nome, acrescentamos nós.

Questão inultrapassável quanto à aprovação da proposta em debate é sem dúvida a impossibilidade de Ampliação da Placa C (Charlie) do Aeroporto das Lajes sem conflitar com o funcionamento do TACAN pois, como refere o parecer da Chefia do Estado Maior da Força Aérea, tal implicaria uma intromissão na servidão exclusiva de proteção da rádio ajuda em apreço. Pese embora o facto da rádio ajuda usada pela generalidade da aviação civil ser o DME e não o TACAN, tal equipamento contudo não deixa de ser fundamental para a segurança e operação das aeronaves neste aeroporto.

Como se tal não bastasse, o crescimento da Placa limitando a área designada tecnicamente como Strip implicaria necessariamente que a operação no

aeroporto de aeronaves que hoje lá podem operar sem limitações passasse a ser restrito ou mesmo proibido.

Julgamos que se dúvidas houver quanto a isto, bastará verificar o AIP (*Aeronautical Information Publication*) de Portugal, seja o Civil, seja o Militar e o que determina o Anexo 14 da ICAO para que se dissipem quaisquer dúvidas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fundamento relevante neste projeto, reforçado pelas intervenções patentes no Parecer da Comissão é a preocupação de garantir todas as condições para a operação das companhias low-cost.

Não podemos deixar de recordar que foi esse tipo de preocupação que levou à construção, em Espanha, do Aeroporto de Ciudad Real, exigência de uma conhecida low-cost para a fixação da sua base operacional e hipotética criação de muitos milhares de empregos (mal remunerados, sem direitos fundamentais e precários, refira-se, embora essa parte seja sempre convenientemente omitida) e que quando as autoridades mais tarde se recusaram a aceder à chantagem da mesma para ser ainda mais subsidiada, ficaram nos braços com um aeroporto no qual investiram muitos milhões, em parte subsidiados pela União Europeia, o qual só a passarada o utiliza na atualidade e que ninguém quer comprar, mesmo a preço de saldo e em liquidação total!

Neste caso, nunca será demais lembrar o velho ditado popular: Quando vires as barbas do teu vizinho a arder, põe as tuas de molho!

Para nós, PCP, o crescimento do turismo é um importantíssimo pilar para o desenvolvimento da economia regional e porque assim é pensamos que tal crescimento deve passar desde logo por potenciar o desenvolvimento e crescimento daquilo que é nosso, como é o caso da SATA que certamente com o mesmo chorudo investimento, pagamento e condições que garantem às Low-Cost lucros relevantes por operarem para os Açores, ou se calhar até com

bastante menos, poderia e de certeza garantiria o mesmo ou ainda maior fluxo de turistas para toda a Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós, PCP, atentas todas as particularidades inerentes ao Aeroporto das Lajes na Ilha Terceira impõe-se que o mesmo sirva adequadamente quer as necessidades da aviação civil, quer da aviação militar, não esquecendo nunca a sua relevantíssima missão, atribuída e bem à Força Aérea Portuguesa, quer na Busca e Salvamento no espaço Atlântico sob nossa responsabilidade, quer na relevantíssima missão humanitária que são as evacuações médicas muitas vezes efetuadas sob condições de enorme risco e que já salvaram a vida de muitos e muitos açorianos. Assim sendo, o PCP entende fundamental que é possível e necessário encontrar uma fórmula que permita às estruturas existentes dar uma adequada resposta quer às necessidades atuais e previsíveis dentro de um considerável espaço de tempo no tocante à Aviação Civil, quer assegurando condições para o uso necessário por parte da aviação de natureza militar, como é o caso da Força Aérea.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS regista com agrado que finalmente o PSD se venha a associar a esta que é uma antiga reivindicação do CDS, reconhecendo desta forma a importância da ampliação da placa de estacionamento da aerogare civil da Base das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sempre denunciámos os variadíssimos constrangimentos à operação civil e comercial no aeroporto da Terceira, quer no que se refere a

operações regulares, quer no que se refere a escalas técnicas e isto decorrente essencialmente do facto desta ser uma infraestrutura triplamente militar, porque é uma base militar portuguesa, porque é uma base militar americana e porque é uma base da NATO.

Defendemos, como continuamos a defender, que a Terceira não pode continuar a ser penalizada e ao contrário daquilo que defendem alguns deputados nesta Casa a tendência não é para que a situação se resolva, ao contrário, para que a situação se agrave.

Se atendermos a que tem havido um aumento cada vez mais efetivo dos voos para o aeroporto da Terceira, quer voos charter, quer como resultado da liberalização do espaço aéreo com a vinda de companhias low cost, o expetável é que haja um agravamento neste tipo de constrangimentos e que tem de ser efetivamente resolvido.

Quanto à iniciativa do PSD pouco há a dizer, porque ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Rendeiro disse dali na apresentação da sua iniciativa, isto é efetivamente única e exclusivamente uma recomendação para o alargamento da placa C. Não é nem mais, nem menos do que isso. Não apresenta nenhuma solução, nem quando, nem como, nem onde poderia haver esse alargamento ... É tão simplesmente uma resolução.

Se o Sr. Deputado prefere defender que isto mais do que uma resolução é uma posição política, eu então pergunto: onde é que estavam os deputados do PSD em 2008?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em 2009? Em 2010? Em 2011?

A Oradora: Onde é que estavam os deputados do PSD em 2009, 2010 ...?

Sempre que o CDS trouxe a esta Casa esta preocupação onde é que estavam efetivamente os deputados do PSD?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Um deles chamava-se Rendeiro!

A Oradora: Não posso, no entanto, deixar de passar esta oportunidade para questionar o Governo Regional exatamente em relação a um estudo prévio que foi pedido pelo CDS e que foi adjudicado pelo Governo à ANA, um estudo prévio sobre a ampliação da placa C em 2007. Passados 10 anos ainda não temos conhecimento dos resultados desse estudo.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do PSD (e aqui não vou entrar na discussão, até porque não interessa muito sobre de quem é a real autoria desta proposta, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interessa, interessa!

O Orador: ... se é do CDS, se é, inclusive, de uma promessa antiga de um antigo presidente do Governo Regional, Carlos César, não vou entrar por aí, deixo esse campeonato para o PSD, para o PS e para o CDS), uma coisa é certa, independentemente da sua autoria conjunta ou não é a prova de facto do inconseguimento, do real inconseguimento, da compatibilização entre a utilização militar (e aqui militar diga-se no âmbito do acordo de cooperação e defesa entre os Estados Unidos e o Estado português) e uma utilização civil. Vamos falar claro. É disso que estamos aqui a tratar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Clarinho, clarinho!

O Orador: É a prova!

Este Projeto de Resolução é a prova de que é impossível compatibilizar aquilo que é totalmente incompatível. Portanto, o PSD apresenta uma proposta que pretende fazer a quadratura do círculo.

Ora, porque se essa convivência entre uma utilização militar (e aqui se chama a atenção no âmbito do acordo de cooperação e defesa entre os Estados Unidos e o Estado português) fosse possível, esta proposta nunca teria sido feita, julgo eu, porque o problema não se colocava.

Portanto, nós não estaríamos aqui a discutir qualquer proposta que permitisse fazer, como eu anteriormente disse, a quadratura do círculo.

O Partido Socialista por sua vez agora considera que é mais prudente esperar pela finalização do processo de certificação civil da pista do aeroporto e aqui como eu não sou teórico, nem técnico, muito menos especialista em questões de aeronáutica, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas parece especialista!

O Orador: ... não sou especialista em questões de aeronáutica, mas percebo aquilo que é essencial, pouco me interessa se são 50 placas de estacionamento ou não. O que fica aqui demonstrado e é claro para toda a gente é que estamos perante uma pista, um aeroporto que tem valências mais do que suficientes para ser muito mais do que é atualmente. Quando digo muito mais do que atualmente é ter uma utilização civil e comercial plena que permita criar emprego, porque esta situação pela qual os terceirenses passam é que é insustentável, em que temos uma utilização militar ... Aqui quando digo militar não me estou a referir à utilização feita pela Força Área Portuguesa de Busca e Salvamento, inclusive, de transporte de acidentados e de fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva, não me estou a referir a isso, porque se assim fosse, e se fosse por causa da utilização da Força Aérea Portuguesa que na nossa perspetiva deve continuar com essa missão, então não precisaríamos de uma infraestrutura com 50 placas de estacionamento ou com todas as valências que se apresentam pela frente.

A solução apresentada pelo Partido Socialista poderá ter um problema, porque até um dos intervenientes nesta solução, que apoiou inclusive esta solução

durante a campanha eleitoral depois do anúncio feito há um ano em declaração conjunta entre o Governo Regional e o Governo da República que se iria iniciar o processo de certificação civil do aeroporto da Base das Lajes, ... Durante a campanha para as eleições regionais deparamo-nos com os candidatos do Partido Socialista em reunião com o responsável pelo aeroporto, salvo erro (penso que foi assim), e entre os vários candidatos estava Roberto Monteiro, o atual autarca da Praia da Vitória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mayor!

O Orador: Mas é o próprio Roberto Monteiro que em Comissão assume que tem dúvidas sobre todo este processo. Concorde com os seus companheiros de partido, do Partido Socialista, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Camaradas!

O Orador: ... de que é necessário esperar pela certificação civil do aeroporto da Base das Lajes, mas Roberto Monteiro apresenta dúvidas, tem dúvidas e assume essas dúvidas e essa dúvida é fundamental: é saber se esta certificação civil irá garantir uma utilização exclusiva ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro que não! Ainda têm dúvidas?

O Orador: ... da utilização civil da aviação.

Portanto, se não garantirmos a utilização civil do aeroporto da Base das Lajes estamos ... ou melhor, o Partido Socialista está envolvido num grande problema, porquê?

Porque a situação mantém-se. A insustentabilidade do aeroporto e toda a função comercial e civil do aeroporto mantem-se. Haverá sempre condicionamentos, tal e qual como por exemplo no porto da Praia da Vitória, porque entre uma utilização civil e uma utilização comercial será sempre a utilização militar ... entre uma utilização militar e uma utilização civil será sempre a utilização militar que terá prioridade.

Deputado José San-Bento (PS): São só asneiras! Asneiras da boca para fora!

O Orador: O problema, como aqui referi, não é de certo a utilização militar feita pela Força Aérea Portuguesa. O verdadeiro problema encontra-se na afetação permanente às forças armadas norte americanas no âmbito do acordo de cooperação e defesa entre os Estados Unidos e o Estado português.

É verdade que temos uma Base das Lajes que umas vezes está mais adormecida do que outras, que é assim que os norte americanos se vão manter e querem continuar a manter-se na Base das Lajes, até que não seja pelo simples objetivo de evitar uma futura ocupação. Aqui futura ocupação podem acreditar que do ponto de vista do Bloco de Esquerda não será nunca uma utilização militar belicista quer seja norte americana, quer seja chinesa ou de outro país qualquer. Para nós deverá ser uma utilização civil e comercial.

Enquanto os Estados Unidos, enquanto as forças americanas se mantiverem na Base das Lajes de uma coisa poderemos ter a certeza: nunca haverá investimento a sério, investimento significativo com real impacto na economia da ilha Terceira e dos Açores, porquê?

Porque estamos a sofrer um custo de oportunidade, que é da permanência das forças armadas norte americanas na Base das Lajes.

Portanto, a questão que se coloca ao Governo Regional nesta altura é se o Governo Regional está em condições para garantir que a certificação civil do aeroporto das Lajes implicará a exclusividade da utilização civil ou se apesar da certificação civil continuaremos condicionados a critérios e a circunstâncias que afetam sempre uma utilização civil e comercial que é a que interessa neste momento para os terceirenses e para a Região.

Nesse sentido, e entendendo a boa intenção do PSD, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acha que é boa?

O Orador: ... mas que na realidade não propõe mais do que aumentar uma placa de estacionamento num aeroporto que já foi (imaginem lá!), já estive no *top ten* das maiores pistas de aviação a nível mundial, portanto, está a propor o

aumento de uma placa civil num aeroporto desta dimensão em que chegou a ser assumido em Comissão que tinha 50 placas de estacionamento, penso que mais do que redundante, poderá ser um desperdício, até porque se houvesse uma utilização plena civil e comercial este problema não se colocava e escusávamos de estar a fazer um investimento desta monta.

Não tarda nada e ás tantas, por condicionalismos decorrentes da permanência norte americana na Base das Lajes, estaremos daqui a uns anos, quem sabe, a discutir a possibilidade de construir um novo aeroporto na ilha Terceira.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Participo neste debate em nome do Governo e refiro o seguinte.

Em primeiro lugar, parece-me importante referir que nós fazemos este debate sobre a placa de estacionamento nas Lajes com uma considerável alteração de pressupostos nos últimos, pode dizer-se, 10 anos. A forma como discutimos esta matéria agora e os pressupostos que servem também de base a esta discussão nada têm que ver com a forma como nós discutíamos esta matéria há poucos anos atrás.

Facilmente se percebe isso tendo em conta as reduções significativas da presença norte americana estacionada atualmente na Base das Lajes, o que reduz significativamente o movimento militar na Base das Lajes.

Portanto, é com base nestes novos pressupostos que são absolutamente claros que nós fazemos esta discussão.

Sabemos hoje também que está a decorrer um processo de certificação daquela base, daquela pista, através de um grupo de trabalho que foi criado para o efeito no cumprimento também de um compromisso político assumido pelo Governo da República e pelo Governo dos Açores no âmbito da declaração conjunta que resultou da visita do Governo da República aqui, à Região.

Nessa declaração conjunta era referido de forma muito clara a criação de um grupo de trabalho que envolve várias partes (o Ministério do Planeamento de Infraestruturas, o Ministério da Defesa Nacional, a Força Aérea, também o Governo dos Açores) que tem como função tratar de um conjunto de questões que permita agilizar a utilização daquela placa e daquela pista para operações civis.

Aquilo que foi definido como *timing* para o trabalho desse grupo foram dois anos a contar do dia 27 de julho de 2016. Portanto, esse trabalho está a decorrer, está a ser feito. Já por diversas vezes foi afirmado publicamente e em reunião de grupo de trabalho pelo Governo dos Açores da necessidade e da possibilidade também desse *timing* dos dois anos ser encurtado.

É esse o trabalho que está a ser feito.

Aquilo que o Governo dos Açores tem defendido no grupo de trabalho e aquilo que o Governo dos Açores defende neste processo de certificação é que deste processo resulte uma agilização e flexibilização da utilização civil da pista das Lajes.

É isso que sempre defendemos e é isso que vamos naturalmente continuar a defender.

Sabemos também hoje, fruto das reduções que já referi, que neste momento a placa Charlie, a placa C, aquela que está aqui a ser abordada corresponde e responde a 98% das solicitações que são feitas e os outros 2% não utilizam aquela placa por opção, 2% onde se inclui os voos de Estado, as emergências médicas ou escalas técnicas.

Portanto, o cenário neste momento é a placa C, a placa Charlie, responde a 98% das solicitações e os outros 2% são utilizados como referi.

Além desta placa Charlie responder a todas as solicitações neste momento, basta que estejamos na placa Charlie e olhemos à nossa volta para verificar que há um conjunto significativo de lugares disponíveis também para estacionamento de aeronaves.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado António Toste não disse isso!

O Orador: Isto são dados concretos, são dados fidedignos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aonde?!

O Orador: ... são factos que são absolutamente indiscutíveis e absolutamente inquestionáveis.

Portanto, é neste cenário que nós estamos agora num processo de certificação e em que fica muito claro, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Deputado Luís Rendeiro: é que o atual Governo da República em um ano e meio fez mais que o anterior Governo da República em quatro anos sobre esta matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vê-se!

Deputado Bruno Belo (PSD): E é um membro do Governo que diz isso?!

O Orador: Também lhe devo dizer o seguinte, Sr. Deputado Luís Rendeiro: reconheço coerência nesta questão ao CDS que sempre afirmou esta questão como uma matéria importante, aliás, com várias tomadas de posição pública na altura, contra e de discordância contra o comando operacional da Base das Lajes e da Força Aérea no âmbito dos constrangimentos, que eram muitas vezes injustamente impostos, em muitos momentos com excesso de zelo do comando militar que, na nossa perspetiva, não se justificava, e o CDS-PP várias vezes se chegou à frente (permita-me a expressão) a defender essa matéria, agora não deixa de ser curioso que o PSD nunca tenha dito nada sobre isso, porque usando as suas palavras daquela tribuna, Sr. Deputado, ser sectário e ser incoerente é vir agora com esta proposta ao Parlamento e entre 2011 e 2015 em que estava

no Governo da República o PSD e em que era Secretária de Estado da Defesa a Dra. Berta Cabral o PSD não ter feito absolutamente nada sobre essa matéria.

Isso é que é ser sectário e isso é que é ser incoerente, Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, sobre esta matéria a nossa posição é muito clara. Foi referida em Comissão Parlamentar, é referida também aqui neste plenário: julgamos que neste momento e nesta fase esta proposta não acrescenta nada ao processo de certificação que está a decorrer.

Continuaremos a trabalhar nesse processo, porque aquilo que nós queremos e aquilo que nós defendemos é que sejam levantadas um conjunto de restrições para o reforço da operação civil na Base das Lajes e toda a gente percebe, Sr. Deputado (pelos vistos o senhor não percebe!), que tendo em conta o novo contexto, tendo em conta as reduções significativas da operação militar na Base das Lajes é possível que se reforce essa operação sem ampliar a placa de estacionamento, mas também é possível que depois deste processo de avaliação e de certificação que está a decorrer seja definido de forma clara que é preciso ampliar a pista das Lajes e a placa de estacionamento.

Portanto, Sr. Deputado, este processo está a decorrer, está a decorrer normalmente, está a decorrer na nossa perspetiva positivamente. Decorre de um compromisso político muito claro entre o Governo da República e o Governo dos Açores no âmbito da visita que foi feita aos Açores. Portanto, julgamos que esta proposta,, neste momento é uma proposta fora de tempo. aliás, tal como ficou muito claro em todas as entidades que foram ouvidas no âmbito da Comissão Parlamentar de Economia.

Sra. Presidente, muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria começar por dar os parabéns à Sra. Deputada Mónica Rocha, porque com muita subtileza descalçou a bota e pôs o ex-deputado e atual Secretário Regional, Berto Messias, a vir fazer este papel.

É bom que estas questões se clarifiquem, porque o que a Sra. Deputada aqui não disse no debate, encarregou-se o Sr. Secretário Regional de dizer, que foi fazer aquele papel habitual de fazer de contas que o passado não existe e dizer que o mundo mudou e que mudou desde 2006 quando Carlos César, nas circunstâncias da época, defendeu que a placa devia ser aumentada.

Só que, Sr. Secretário Regional, esta promessa, este compromisso do Partido Socialista, está vertido no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

Quer dizer que o Plano de Revitalização Económica já está desatualizado?

Deputada Mónica Rocha (PS): E?

O Orador: Quer dizer que os senhores fizeram um compromisso no PREIT que não era para cumprir?

Curiosamente todos os compromissos do PREIT que implicam obras, que implicam investimentos estruturantes de alavancagem da economia da ilha Terceira estão todos atrasados.

A seguir ouvimos o Vice-Presidente do Governo vir aqui dizer que oitenta e tal por cento das medidas estão concretizadas, mas são as medidas administrativas.

E as medidas reais?

E as execuções dos investimentos e das obras que é preciso fazer?

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Este foi o exemplo que eu encontrei para vos vir confrontar com a aldrabice de propostas que os senhores fazem ao eleitorado da Terceira e é bom ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... que isto esteja a ser um debate entre pessoas que se candidataram e foram eleitas pela lista da Terceira. É bom que se saiba quem é quem e quem defende o quê.

O que é que vale para si o PREIT?

O Sr. Secretário veio para aqui elogiar a postura do Governo da República e aquilo que tem sido o trabalho do Governo da República nestas matérias.

Pois, eu relembro que a declaração conjunta a que se refere tem sido violentamente torpedeada por todos os ministros do Governo da República que se têm pronunciado acerca das questões regionais e sobretudo das questões da ilha Terceira.

Responda lá a isto, Sr. Secretário Regional!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E se mais provas bastassem acerca da declaração conjunta e de outras promessas da República temos o exemplo flagrante do que aconteceu com os radares meteorológicos que, se calhar, o Sr. Secretário não quer lembrar.

Portanto, foi um ministro seu e não um ministro do PSD que disse que o PREIT e o que lá estava valia zero.

Neste momento, o Sr. Secretário Regional está a dizer que esta componente do PREIT também vale zero.

Depois, Sr. Secretário, o Presidente da Municipal da Praia da Vitória, Roberto Monteiro, que foi o n.º 2 da lista do PS à ilha Terceira, foi fazer o seu fretezinho partidário. Foi dizer: “Ok. Nós temos de esperar pelo processo de certificação,” que foi aquilo que os senhores aqui defenderam, mas depois quando se questionou: “Acredita que o processo de certificação vai mudar alguma coisa, vai resolver alguma coisa nos constrangimentos, vai atribuir utilização sem restrições de mais alguma infraestrutura na Base das Lajes?”

O Presidente da Câmara da Praia foi muito claro: não, não acredita em nada disto!

Portanto, isso aconteceu em Comissão e quem estava lá registou e não se esquece.

Sr. Secretário Regional, esta resolução, esta recomendação ao Governo, visa algo que já está aprovado no PREIT. Visa algo que já está aprovado no PREIT!

Quer o senhor vir aqui defender o dito pelo não dito?

Que outras componentes do PREIT é que já não são para executar e que já não são para fazer incentivo? Quais são?

Agora vai-nos dizer quais são as componentes do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira que afinal já não contam, que já estão desatualizadas desde 2015 até agora.

Portanto, Sr. Secretário Regional, lamenta-se muito, mas isto fica clarinho, clarinho, por isso é que eu disse no início da minha intervenção, ali, daquela tribuna, que isto era muito mais do que uma recomendação para se fazer uma obra. É para mostrar quem é quem e ao que é que vamos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para manifestar da parte da bancada parlamentar do Partido Socialista o nosso desacordo em relação à utilização de termos como ‘aldrabões’, ‘fretes’ e outras coisas do género por parte do Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Bruno Belo (PSD): E um mas, não?

O Orador: Por momentos achei que a Sra. Presidente diria que essa linguagem seria desadequada. Isso não aconteceu, mas então fica aqui o registo do incómodo da bancada do Partido Socialista em relação a estes termos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Garcia (PSD): E enganar as pessoas é o quê?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação, apesar de que fiz uma advertência ao Sr. Deputado no momento em que ele utilizou uma palavra que também a Mesa entendeu que não era a adequada.

Vamos dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional Adjunto ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, eu dei-lhe a palavra. Está inscrito.

Depois darei a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro para uma interpelação à Mesa.

Pode continuar, Sr. Deputado Paulo Mendes. Faça o favor de continuar.

O Orador: Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, a resposta que nos deu acerca do carácter da certificação da pista do aeroporto da Base das Lajes não acrescentou muito de novo.

Aliás, isso foi o que foi dito também e assumido na altura da campanha eleitoral e até acho que foi reassumido em outubro de 2016, portanto, há quase um ano. Não nos acrescentou nada de novo.

Fala-se sempre numa flexibilização da utilização e deixa aqui a ideia de que tudo continuará mais ou menos na mesma, porque é o que se tem tentado até agora. É conciliar aquilo que tem sido irreconciliável até agora, que é a utilização militar e uma utilização civil.

Vou colocar-lhe, se calhar, uma pergunta ainda mais específica e concreta: sabendo que todas as placas de estacionamento (e aqui não vou entrar no debate, se são 50 ou menos de 50) da Base das Lajes são militares, incluindo a placa C, aquela que está agora em debate, o processo de certificação garante que essa placa (a placa C) deixará de ser uma placa militar?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Qual foi a figura regimental que o senhor líder parlamentar da bancada do Partido Socialista utilizou? Se foi um protesto, se foi uma intervenção?

Presidente: Não. Não foi uma coisa, nem outra. Foi efetivamente ...

O Orador: Inscreveu-se?

Presidente: ... uma interpelação à Mesa, questionando a condução dos trabalhos da Mesa e por isso é que justifiquei.

O Orador: Eu queria fazer uma correção.

Presidente: Não me apercebi que tinha pedido a palavra, porque não tem de se inscrever logo a seguir, Sr. Deputado.

O Orador: É que eu queria fazer uma correção: eu falei em aldrabice, aldrabice política. Não chamei aldrabão a ninguém.

Já vou explicar.

Gostaria que a bancada do Partido Socialista ...

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro, no âmbito de uma interpelação não se pode dirigir à bancada. Terá que se dirigir à Mesa, tendo em conta a orientação dos trabalhos.

O Orador: Sra. Presidente, gostaria que apesar da dureza de alguns adjetivos me explicassem o que é que a gente pode dizer, como é que se pode caracterizar, quando alguém promete algo e a seguir vem defender o exato oposto para não cumprir?

Muito obrigado.

Presidente: Fica registada também a sua interpelação, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

Sr. Deputado, o processo de certificação está a decorrer e quando terminar teremos a possibilidade de clarificar todas essas questões e neste momento não estou em condições de lhe responder qual será a placa, qual não será a placa ...

O processo está a decorrer e será também dada nota pública antes do seu término do ponto de situação desse processo de certificação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Certificação de quê?

O Orador: Quanto às referências do Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Quanto aos termos que utilizou e à forma como abordou esta questão, de forma absolutamente infeliz, nem vou perder tempo, porque isso é useiro e vezeiro da parte do Sr. Deputado, portanto, fica consigo essa adjetivação e essa terminologia. Portanto, nem vou perder tempo a referir-me a essa forma muito infeliz que tem de adjetivar as questões num debate que se quer naturalmente elevado, porque é de facto um debate importante para a ilha Terceira e para os Açores.

Aquilo que fica claro (e já que estamos a falar da sinalização de questões políticas) é o seguinte: é que o atual Governo da República em parceria com o Governo dos Açores fez num ano e meio muito mais do que o Governo do PSD fez entre 2011 e 2015.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que fez?

Deputado Luís Maurício (PSD): Enumere lá!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Descontaminação, diga lá!

O Orador: Isso é que é absolutamente claro.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Porque o facto de haver um grupo de trabalho que está a trabalhar no âmbito de um processo de certificação daquela pista é por si só muito mais do que aquilo que foi feito nos últimos quatro anos, quando (e estas questões têm também a sua importância) toda a gente sabe quem é que era a Sra. Secretária de Estado da Defesa, a Dra. Berta Cabral, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Também toda a gente sabe agora o nome do Secretário de Estado!

O Orador: ... e não me recordo de uma única vez o Sr. Deputado Luís Rendeiro vir aqui com este tipo de propostas para se ampliar a pista das Lajes e a placa de estacionamento. Isso é que é relevante e isso é que é politicamente relevante. Estas questões têm história e é bom que nós aqui também possamos recordar a história destes assuntos.

Também não posso deixar de referir a fixação permanente que o PSD tem com o Carlos César. Dá ideia que o PSD está mais preocupado em atacar o Carlos César do que em resolver os problemas das pessoas e em arranjar soluções para os problemas das nossas ilhas.

Deputado Paulo Parece (PSD): Ele resolve o problema de algumas!

O Orador: Isso é que me parece também muito relevante.

Quanto à referência no PREIT.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os seus ministros têm respondido a isso! Os senhores agora nem querem dizer os nomes dos secretários de estado e dos ministros!

O Orador: Isso não é novidade. Toda a gente o que é que consta do PREIT. O PREIT foi aqui discutido.

Aliás, também não deixa de ser curioso que o PSD não tenha votado a favor do PREIT quando no PREIT está aquilo que o senhor diz que está, o que também não deixa de ser politicamente muito relevante. Agora que mudou o Governo da República os senhores já não são contra o PREIT, mas são sim grandes defensores do PREIT. Isso é que também politicamente não deixa de ser muito relevante e isso é que é ser sectário. Isso é que é ser sectário!

Deputado Paulo Parece (PSD): Ninguém disse isso também! O senhor diz e contradiz-se!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, a nossa posição sobre esta matéria é absolutamente clara. Está a decorrer o processo de certificação, um processo sério que está a ser trabalhado entre governos com

vários intervenientes, portanto, julgamos que esta proposta do PSD neste momento não acrescenta absolutamente nada a este processo. É apenas e só, Sr. Deputado Luís Rendeiro, um aproveitamento político e uma incoerência e sectarismo que o PSD/Açores faz agora para tentar virar o jogo, ou não estejamos nós em período pré eleitoral num ano de eleições autárquicas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nem de propósito, Sr. Secretário Berto Messias (nem de propósito!), a sua referência ao período pré eleitoral. Por acaso era de esperar que o Secretário Regional que estivesse a responder a isto fosse outro, mas de certeza que não fazia melhor este papel que o Sr. Secretário está a fazer. Por acaso o Secretário Regional das Obras Públicas está noutra sítio.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas porquê?

O Orador: Sr. Secretário, eu não aceito as considerações que fez acerca da elevação do debate, porque já é tradicional da sua parte e também nesta Casa o rasgar de vestes perante a indignação, o tom e os adjetivos da oposição e neste caso do PSD perante os incumprimentos do Governo e do Partido Socialista, mas não rasga as vestes quando se engana o povo ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... e isso é que devia ser grave e isso é que vos devia envergonhar. Depois, falou nas posições dos intervenientes que foram ouvidos na Comissão, foram aqueles que o Partido Socialista deixou que se ouvisse na Comissão, porque depois aqueles que não foram ouvidos, como o Sindicato dos

Trabalhadores da Aviação Civil, defendem que a placa deve ser ampliada o quanto antes, mas esses os senhores não quiseram ouvir nem as suas posições.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Depois, há aqui uma coisa que é fabulosa que é o parecer da Força Aérea Portuguesa. O parecer da Força Aérea Portuguesa diz aqui umas coisas que são importantes debater.

Primeiro, remete outra vez para os problemas da servidão militar. São aqueles que a Força Aérea utiliza todas as vezes que é para impedir que se faça o que quer que seja na Base das Lajes ou nas suas imediações até envolvendo obras em casas de particulares no alinhamento das pistas, a servidão militar.

O segundo, é algo que o Sr. Secretário se calhar nos vai saber explicar, que é: atendendo à proposta de revisão da servidão militar (diga-nos o que é que conhece da proposta da revisão da servidão militar) e depois o desenvolvimento proposto para a placa civil.

Mas já existe um projeto de ampliação da placa C?

Portanto, os deputados desta Casa não conhecem nenhum projeto de ampliação da placa C, em que moldes é que ele devia ser feito, nem para que zona de crescimento é que devia ser feito. Pelos vistos, a Força Aérea não concorda com o desenvolvimento proposto para a placa.

Portanto, explique-nos o Governo Regional que estudos é que já existem, que propostas é que já existem contra as quais se posiciona a Força Aérea Portuguesa, porque elas não constam de facto, como disse a Sra. Deputada Graça Silveira, da resolução do PSD.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas a proposta é sua! O senhor é que devia saber isso!

O Orador: Portanto, o Governo deve ter em mãos outras ferramentas e outros documentos que nós não conhecemos.

Se calhar é por causa disso que agora está a fazer este flic-flac quanto às suas promessas.

Deputado Paulo Parece (PSD): À retaguarda!

O Orador: Oh, Sr. Secretário Regional, vamos ter que ser clarinhos.

Indigne-se menos com o tom e os adjetivos da oposição e dê a cara pelo cumprimento e não pelo incumprimento dos compromissos do Partido Socialista. Não me respondeu para além da questão da placa quais é que são as outras promessas do PREIT que afinal já não são para cumprir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só uma pequena e breve referência ali ao Sr. Deputado Rendeiro e agradecer a subtileza. Só tenho pena que o não tenha conseguido contagiar com isso. A minha subtileza não chegou aí!

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas vai!

A Oradora: Era só para referir efetivamente que ...

Importa perceber e focar, porque o Projeto de Resolução e os requerimentos que foram apresentados ao longo do tempo efetivamente vinham na defesa dos interesses, efetivamente vinham numa tentativa de colmatar os constrangimentos existentes.

Todavia, e porque se previa efetivamente o aumento do tráfego aéreo, é importante referir, até porque aqui num *fait divers* e numa luta um bocadinho

acesa da sua parte e emocional também, mostra e desvia-se um bocadinho dos argumentos e dos factos. Não se pode de forma alguma descurar o que aconteceu efetivamente na Comissão de Economia e o papel que ela tem em nós apurarmos os factos e os argumentos e a partir daí mesmo decidirmos em concordância.

Portanto, parece-me que desvalorizar, apelidar, ou adjetivar as posturas das pessoas que lá estiveram é um desmerecimento por pessoas que têm papel e trabalho feito.

Portanto, acho que não é adequado, mas enfim vale o que vale, é a nossa posição.

Por outro lado também dizer que apesar deste movimento e deste aumento verifica-se, e reforço, uma boa gestão deste espaço em que 98% está a ser colmatado das necessidades e isso não se pode deixar ficar por terra e não pode de todo ser. São pessoas que lá trabalham. Ainda se reforça mais o facto de não haver queixas e foi isto que o Sr. Dr. Sandro Paim disse, que não existem constrangimentos, não existem queixas por parte das companhias. Elas estão satisfeitas com a situação, elas estão satisfeitas com a boa gestão da aerogare e com o espaço em si.

Desvalorizar a certificação, mais uma vez para nós, parece-nos incoerente e insensato.

Dizer-lhe que não evoluir ou ficar preso a uma ideia, ou fixado a uma posição também não é efetivamente a melhor postura, porque o que é certo é que ao longo dos tempos as coisas sucederam-se e alteraram-se e isto não é sinal de falta de compromisso, é sinal, sim, de coerência e de sensatez de no tempo e na realidade atual agirmos e intervirmos de encontro.

Acho que é isso que se espera de nós e de todos nós.

Por outro lado também referir que esta dependência versus coexistência neste momento têm desafios associados isso é certo, só que todavia também é certa a

necessidade e o reconhecimento da importância da presença da Base das Lajes no contexto ilha e no contexto dos Açores. Não pode ser desvalorizada. Até foi tanto falada.

Portanto, também não interessa aqui diabolizar esta questão, minimizar a importância dela mesmo e retirar daqui tudo o que ela nos pode trazer.

Por outro lado também é na coerência da gestão do erário público que se espera por um desfecho da certificação tendo em conta fatores de sustentabilidade. Veicula-se a necessidade da rentabilização das infraestruturas e era isso que estava expresso no PREIT e é isso que você não está a dar a devida atenção.

Deputado Bruno Belo (PSD): Você?!

A Oradora: O Sr. Deputado, desculpe!

Essa é a nossa responsabilidade e é o que se espera do Governo Regional: é sensatez na estratégia dos investimentos que faz.

Portanto, como disseram várias pessoas nesta Casa, como é que neste momento com uma infraestrutura que já está desafeta e já não tem a relevância que tinha em termos militares, não podemos aproveitá-la e vamos imputar esta despesa aos contribuintes?

Parece-me que isso também não é o que se espera de nós.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas notas relativamente àquilo que o Sr. Deputado Rendeiro referiu.

Em primeiro lugar, nós ainda muito recentemente tivemos a oportunidade de discutir aqui o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira e, portanto, esse plano não está de todo em causa, pelo contrário. Está em curso e naturalmente que vai ser cumprido.

Há uma matéria da responsabilidade do Governo dos Açores, há uma parte da responsabilidade do Governo da República e há uma parte da responsabilidade do Governo norte americano e nós cá estaremos para continuar a defender os interesses da nossa Região.

Portanto, essa matéria não percebo porque é que está em causa. Este assunto foi aliás discutido aqui, salvo erro, no último plenário de forma muito alargada e muito abrangente.

Relativamente à questão da servidão militar.

Sr. Deputado, isso é público. Havia uma proposta (julgo que ainda há) em decreto lei para reordenar e redefinir o regulamento que está em vigor que data de 1959 para alterar as regras de servidão militar à Base Aérea n.º 4, na altura em figura de decreto lei pelo então Governo da República de Pedro Passos Coelho.

Isso é uma matéria que foi pública, que foi discutida publicamente.

Na altura como sabe houve afirmações públicas de discordância, porque essa proposta previa alargar as zonas de proteção em que num raio de 4,5 kms² exigia-se que qualquer construção, fosse ela qual fosse, exigia um parecer prévio e vinculativo da Força Aérea. Isso foi uma matéria pública, discutida publicamente e que aliás mereceu também publicamente por parte do Governo Regional e no caso em concreto da Câmara Municipal da Praia da Vitória discordância sobre essa matéria.

Quanto à evolução dessa revisão, pois confesso que não consigo especificar porque entretanto o Governo da República mudou e neste momento sobre essa questão para já não tenho informações sobre a redefinição dessas regras.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem, mas devia ter!

O Orador: Mas é uma matéria que já foi abordada e colocada ao Governo da República, deixando claro que aquilo que constava na proposta inicial de revisão desse regime que data de 1959 não podia de todo ser aceite, porque faz

com que muitas das freguesias (no caso Fontinhas, Vila Nova, Lajes e Santa Cruz), qualquer investimento, qualquer obra particular que fosse feita nessas freguesias carecia de uma autorização prévia, vinculativa do Ministério da Defesa Nacional e isso, na nossa perspetiva, era e continua a ser, estando agora no Governo da República outro governo, absolutamente inaceitável.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, há ou não há um projeto de ampliação da placa C do conhecimento do Governo Regional e do conhecimento da Força Aérea Portuguesa que justifica as referências feitas no parecer da Força Aérea?

Estão aqui e o Sr. Secretário não respondeu.

Há ou não um projeto de ampliação da placa C?

Depois, Sr. Secretário Regional, continua a falar muito bem, mas a esquecer-se dos detalhes.

Então já não estava a decorrer a revisão da servidão militar com a ampliação da placa C lá escritinha na letra quando o PREIT foi aprovado nesta Casa?

É que de facto isto agora foi inaugurado neste debate pela Sra. Deputada Mónica Rocha (isto até estava a correr-lhe bem e até lhe tinha dito que não se voltasse a meter nisto) um novo modo de fazer política, que é não cumprir promessas agora é evoluir. O evoluir de posição é não assumir os compromissos. As coisas não são para cumprir.

Depois, há aqui um jogo de números que não deixa de ser interessante.

O Sr. Secretário fala na percentagem de aviões que utilizam a placa C e na dos que não utilizam. Curiosamente o que não estão a poder estacionar na placa C

são os maiores, são aqueles que trazem mais passageiros e mais turistas, são aqueles das ligações de longo curso.

O handling que se desloca é o handling da Sata que é público, com despesas e custos imputados ao erário público e a Sata vai queixar-se a quem?

Deputado André Bradford (PS): Pelos vistos a si!

O Orador: A Sata é uma empresa pública que tem um único acionista que se chama Governo Regional dos Açores.

Portanto, a Sata segue as indicações dos seus conselhos de administração que são nomeados pelo Governo Regional dos Açores. Portanto, essa história das queixas... Oh, Sr. Secretário, se calhar se for a falar com quem o Sr. Secretário não quer falar, que é os passageiros que é que são alvos dos constrangimentos, e com os funcionários, aqueles que são representados pelo sindicato e que se manifestaram a favor deste projeto, se calhar ia ver que as suas opiniões poderiam também elas evoluir, mas evoluir para o sítio certo e não evoluir para o incumprimento dos compromissos assumidos.

Portanto, Sr. Secretário, continua a ser V. Exa. e o Governo que representa a fugir às questões.

Diga lá, e voltando ao início, se existe ou se não existe um projeto de ampliação da placa C e se existe porque é que o PS agora não o quer assumir?

Porque o mundo não mudou desde 2015 e do PREIT até agora.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, sobre o Projeto de Resolução do PSD realmente não me aprez dizer nada porque ele não diz rigorosamente nada a não ser copiar

(copiar mesmo, o termo é esse!), mas mal, aquelas que têm sido as posições do CDS de defesa desta infraestrutura em 2007, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso já parece uma cassete!

O Orador: ... em 2008, em 2009, em 2011, em 13 e em 15. Inclusivamente em 15 na Assembleia Municipal de Angra, uma proposta aprovada por unanimidade relativamente a essa proposta.

Quando o CDS defendeu e criticou frontalmente a Força Aérea Portuguesa pela sua atitude relativamente aos constrangimentos sem nenhuma razão objetiva a aviação civil nas Lajes e olhou para trás e não tinha nenhum deputado eleito pela ilha Terceira atrás. Estava absolutamente sozinho.

O Sr. Deputado Rendeiro que já era eleito também não veio nessa defesa.

Mas o que releva na posição política, na atitude política do Sr. Deputado Luís Rendeiro e do PSD é o seguinte: é que passou um atestado de completa incompetência aos seus antecessores eleitos pela ilha Terceira e vou citá-los à laia do “levanta-te Terceira”: António Ventura, Clélio Meneses, Carla Bretão, Luís Rendeiro, Judite Parreira e Paulo Ribeiro.

É claro que o Luís Rendeiro é bis nesta questão, portanto, já era no outro mandato, está neste.

Portanto, é uma proposta de uma posição política, ou seja, os seus antecessores e ele próprio nessa matéria não fizeram nada enquanto cá estiveram.

O CDS independentemente de ter um Governo da República do CDS, ou do PSD, ou não sei quê sempre exigiu e a prova está nas diversas posições públicas.

Além da proposta ser mal intencionada e ter apenas um fim eleicoeiro, porque talvez o que devia ser, talvez adaptando, é levanta-te Terceira e voa. Deve ser talvez o que o Sr. Deputado Luís Rendeiro, acicatado candidato que o levou e estimulou a fazer essa proposta que não tem nada, ela não diz nada.

Portanto, tirando a parte política e do atestado de incompetência total e parcial à sua própria pessoa não tem mais nada que diga sobre a proposta, porque ela não diz o que é quer. Diz que é uma placa de estacionamento, aumentar a placa. Mas onde, como, não diz. Portanto, não é sequer relevante. É tão igual como o parecer da Força Aérea.

Deputado Luís Maurício (PSD): Queria ver em anexo um projeto arquitetónico!

O Orador: O que podia vir em anexo era um projeto de seriedade política, Sr. Deputado Luís Maurício. Isso é que podia vir em anexo! De coerência e não de plágios! Isso é que podia vir em anexo!

Portanto, PPD, Partido de Plágio Diário, podia ser o novo nome para o PSD nessa matéria. Nessa e noutras, mas para lá vamos.

Relativamente às escalas técnicas mais uma vez ...

Quanto aqui ao Bloco de Esquerda, Sr. Deputado Paulo Mendes, não há história nessa matéria. Há história!

Deputado Paulo Mendes (BE): Faça a sua história!

O Orador: Portanto, o senhor não pode vir aqui dizer que não interessa quem defendeu antes e quem defendeu depois.

Não! Interessa quem defendeu. Interessa! E a história está aí e está escrita.

Já percebemos a sua posição: americanos rua, ponto final parágrafo. Consigo não tenho mais nada para lhe dizer.

Relativamente ao resto ...

Só que o senhor se esquece é que quem põe as restrições ao tráfego civil nas Lajes chama-se Força Aérea Portuguesa.

A Força Aérea Portuguesa é que põe as restrições todas ao tráfego civil.

Ainda há bem pouco tempo um avião da Sata que se atrasou devido a atrasos em Lisboa teve de pedir nova autorização à Força Aérea para poder aterrar. A Sata que opera há mais de 40 anos naquele aeroporto.

Portanto, é culpa dos americanos?

Não é, Sr. Deputado!

A culpa é da Força Aérea Portuguesa.

Portanto, nós temos que ser verdadeiros e fazer a crítica a quem temos de fazer.

A Força Aérea Portuguesa faz o que quer e entende, ninguém lhe diz nada, uma criticazinhas muito *softs*, inclusivamente do Partido Socialista.

O Presidente da Câmara da Praia já começou a perceber que aquilo não é bem assim e já começou a dizer umas coisinhas, mas muito pouco.

Sr. Secretário Berto Messias, há uma coisa aqui que nós temos de esclarecer muito bem esclarecida e que aqui não passa hoje, que é a certificação civil da pista da aerogare das Lajes e outra coisa que é a servidão militar.

Nessa certificação os senhores vão mexer com a jurisdição militar da Força Aérea?

Ou seja, o senhor sabe que a placa C que é a civil (para as pessoas que estão em casa perceberem a placa civil é aquela quando a gente sai do avião e põe os pezinhos, é essa placa que fica ali encostadinha) que quem manda ali é a Força Aérea Portuguesa.

Aliás, ainda há bem um ano e pouco o Sr. Comandante passeava-se de carro entre os passageiros a fiscalizar e quando um avião está do outro lado ele põe dois polícias militares com um carrinho estacionado a ver quem sai do avião, como se alguém viesse armado a colocar lá uma bomba.

Mas o senhor vai certificar o quê?

Mas a pista não está certificada para a aviação civil?

Porque isto é muito perigoso dizer-se. É porque se não está ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Claro que está!

O Orador: Ah, claro que está!

Então a pista está certificada para a operação civil nas Lajes.

Então o que é que os senhores vão fazer? Vão certificar a pista para quê?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): É o que está a ser feito! É claro que está certificada! Então não operam lá?

O Orador: Vão certificar o quê?

Não! Então os senhores vão ampliar ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Já disse isso! Vai flexibilizar a aviação civil! Já disse isso várias vezes!

O Orador: Não, não! Então o senhor não vai certificar nada. Não vai certificar nada.

Oh, Sr. Secretário, o que é que o senhor acabou de dizer?

Certificar a pista para o uso civil. Cito, ponto final parágrafo.

Eu pergunto o que é que o senhor vai certificar?

É porque se não está certificada não pode operar aviação civil nas Lajes e isso é de uma enormidade muito, muito grande. Implica muita coisa como o senhor sabe.

Portanto, o que o senhor pode fazer e devia o Governo dizer, em vez de tentar fazer esse fogaz todo, é que vai facilitar a operação civil na Base das Lajes.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Já disse isso! Agilizar, facilitar a operação civil!

O Orador: Não, não! O senhor disse certificar.

Sr. Secretário, certificar! O Governo Regional, o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro, é só ler as declarações.

Certificar a pista para o uso civil! Certificar, Sr. Secretário!

Portanto, eu quero saber o que é certificar e se ela não está certificada. De resto, as escalas técnicas também não se fazem mais por dificuldades da Força Aérea,

depende do senhor graduado que está de serviço e quando é um senhor graduado que não gosta de escalas técnicas e que não gosta do desenvolvimento da Terceira, ou porque está ressabiado por qualquer coisa, aquele parecer nunca mais chega, como o Sr. Secretário aliás muito bem sabe.

Portanto, o problema aqui é um entendimento que tem de ser de uma vez por todas entre a Força Aérea e as autoridades civis, que são neste caso o Governo Regional, e ela não existe.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Claro!

O Orador: Continuam a fazer o que querem e entendem e não dizem nada.

Aliás, ainda há bem pouco tempo (e aí a Câmara da Praia esteve bem ao autorizar as obras de particulares imagine-se no Pico Celeiro, a 3 ou 4 kms da Base) em que este senhor, ex-comandante que lá estava, proibia até se fazer uma casa para moradia.

Portanto, é preciso pôr termo nos desmandos da Força Aérea Portuguesa em primeiro lugar.

Eu quero saber como é que vai facilitar a operação civil na Base das Lajes se a placa em uso for uma placa do outro lado?

Não é uma placa, vai ser um lugar de estacionamento do outro lado.

E se for do lado militar como é que isso facilita?

É isso que quero perceber. Quando me explicarem isso, eu entendo.

O que é que vai certificar?

O que é a certificação civil da Base das Lajes para uso civil? O que é isto?

Nós todos queremos saber, porque isso vai efetivamente diminuir a jurisdição militar, porque já lhe disse, o senhor põe um pé fora da aerogare civil das Lajes e está sob jurisdição militar. Nem a PSP eles deixam lá entrar! Nem a PSP manda lá!

Só manda lá a polícia militar e, portanto, eu quero saber se isso implica também deixarem de ter jurisdição neste lado civil.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar duas ou três notas.

Em primeiro lugar, porque isto no debate político (é um truque por vezes utilizado) dizemos muitas vezes uma coisa que não é verdade para que gere a perceção de que ela é verdade.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Isto dito por si não deixa de ser engraçado!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Espelho meu, espelho meu!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, não há da parte do Governo dos Açores e da parte do Partido Socialista qualquer tipo de incumprimento da palavra ou qualquer tipo de falta àquilo que foi prometido.

Expliquei isso de forma pormenorizada e muito clara na minha primeira intervenção.

Também expliquei o processo que está a decorrer no âmbito do grupo de trabalho que foi criado entre os dois governos, o Governo da República e o Governo dos Açores.

Também é bom que fique claro (também é bom que fique claro!), e daí também a referência que consta no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, pode este grupo de trabalho nas suas conclusões definir que é necessário ampliar a placa de estacionamento. Isso não está de todo colocado de parte. Nunca esteve, nem teria de estar.

Aquilo que nós dissemos, e que eu reitero, é que está a decorrer esse grupo de trabalho no âmbito de um processo de certificação, Sr. Deputado Artur Lima, para utilização civil permanente daquela placa e daquela pista, num processo que o senhor sabe perfeitamente como é que funciona e que visa, em grande medida, agilizar, flexibilizar e reduzir um conjunto de constrangimentos para a operação civil naquela placa e naquela pista.

É disto que nós estamos a falar, Sr. Deputado Artur Lima, sabendo nós que estamos a falar (e eu estranho essa sua referência nesta fase da vida política regional) obviamente de uma base militar, da Base Aérea n.º 4, que já lá está há longos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso eu estou a dizer isso!

O Orador: Portanto, não está em causa nem aquilo que o senhor referiu sobre a certificação da pista.

Este processo é, da nossa parte, absolutamente claro e não há aqui nenhum incumprimento da palavra. Pelo contrário! Há aqui, sim, uma afirmação muito clara que no âmbito do necessário reordenamento das dinâmicas económicas da ilha Terceira é absolutamente fundamental que seja possível reforçar a operação civil no aeroporto das Lajes e também nas infraestruturas que neste momento estão sob jurisdição militar. Isto é absolutamente claro. Isto é, na nossa perspetiva, absolutamente claro, para evitar aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima referiu que eu concordo: os excessos de zelo, os humores ...

Enfim, tudo tem de estar absolutamente clarificado, com regras definidas e também devo dizê-lo numa sã convivência, com a qual nós concordamos, com a força militar que lá está estacionada.

Não podemos é deixar ou permitir que aconteça, como tem infelizmente acontecido em alguns casos, estas questões ao livre arbítrio.

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, este grupo de trabalho ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é?

O Orador: ... serve também para responder a essas questões e a essas reivindicações, clarificando tudo aquilo que tem de ser clarificado. Na nossa perspetiva sairá daqui um importante trabalho para reduzir os constrangimentos militares e para que se reforce a operação civil naquela placa e naquela pista. É isto que nós defendemos hoje e é isto que nós sempre defendemos, quer no nosso manifesto eleitoral, quer no Plano de Revitalização da Ilha Terceira. Não há qualquer tipo de incoerência, nem há qualquer tipo de faltar à palavra dada. Outros não poderão dizer isto, porque durante quatro anos quando tiveram responsabilidades políticas ao mais alto nível no Governo da República nada fizeram sobre este assunto ...

Deputado Bruno Belo (PSD): É uma fixação!

O Orador: ... e agora é que estão muito empenhados nesta questão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Messias, há ou não há um projeto de ampliação da placa C?

É porque a Força Aérea conhece-o. Essa pergunta foi muito clara.

Depois, Sr. Secretário, o senhor atreveu-se a fazer um conjunto de considerações acerca do estilo de debate, de uma data de coisas que acontecem até procurando beliscar a credibilidade e integridade dos seus opositores, neste caso, o meu caso.

Mas, Sr. Secretário, os compromissos do PREIT foram muito clarinhos, as medidas do PREIT são muito clarinhas e o senhor o que está aqui é a anunciar o não cumprimento das mesmas.

Agora devolvo-lhe a pergunta: quais das grandes infraestruturas constantes do PREIT é que já estão prontas?

É porque não estão. E dessas quais é que não são para cumprir?

Estas são as perguntas claras e diretas que eu lhe tenho estado a fazer ao longo do debate e às quais o senhor até agora ainda não respondeu ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nós estamos a discutir isso!

O Orador: ... e isso também caracteriza o seu estilo e a sua maneira de estar nos debates desta Casa ao longo dos anos.

Depois, Sr. Deputado Artur Lima, eu percebo que o Sr. Deputado esteja incomodado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu?

O Orador: ... porque gosta muito desta proposta. Reconheço-lhe o mérito de ter defendido a ampliação da placa C ao longo do tempo e de facto aquilo que o Sr. Deputado aqui fez, até trazendo os nomes e menção de ex-deputados que não estão aqui para se defender, procurando também atentar contra a sua idoneidade, foi uma birra. Portanto, se o PSD se levantou e apresentou esta proposta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E andou!

O Orador: ... agora vou esperar que o Sr. Deputado se sente e a vote a favor. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra. Dispõe de cerca de dois minutos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou levantar-me!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é regimental!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Luís Rendeiro, quem primeiro passou um atestado de completa incompetência política aos seus camaradas de partido foi o senhor. O senhor é que fez birrinha e veio dizer que eles não tinham feito nada nos anos

todos que aqui estavam, que a posição que o PSD tomava hoje era uma posição política. Eu só posso votar a favor das minhas propostas. Se a proposta é minha e plagiada pelo senhor eu votarei a favor. Não tenha dúvida.

Portanto, as coisas são como são, mas vou dizer-lhe a si e ao Governo onde é que se faz o aumento da placa C.

O que está aqui escrito pela Força Aérea Portuguesa não vale nada. Mais uma vez isto é a Força Aérea Portuguesa a pôr um entrave ao desenvolvimento da ilha Terceira, porque a Força Aérea Portuguesa diz no seu parecer “o aumento da placa ter implantação em terrenos que integram o domínio público do Estado em uso pela Força Aérea.”

Não sei a que terrenos a Força Aérea se refere, mas o aumento da placa C, Sr. Secretário Berto Messias, deve fazer-se para oeste, deve fazer-se para o parque de estacionamento n.º 5 (que os senhores nunca deveriam ter feito) de automóveis, crescer para o parque de estacionamento, aumentar a placa junto à que está em terrenos privados que os senhores já desanexaram, pagaram aos privados e fizeram um parque de estacionamento para automóveis em vez de ser para aviões ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo Regional? Nós? Está equivocado!

O Orador: Sim, os senhores, o seu Governo! Fez um parque de estacionamento para automóveis e esse parque devia ser desaterrado ao nível da pista e seguir a aerogare. O aumento da placa de estacionamento para estacionar pelo menos mais dois A320 ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

... e estacionar pelo menos quatro aviões seguidos é para aí que se faz.

Não preciso de planta, nem de caderno de encargos. Preciso de saber o que é que quero e para onde se deve fazer e deve fazer-se para essa zona, que é coisa que o PSD também não sabe. Portanto, fez isso.

Deve fazer-se exatamente no parque de estacionamento n.º 5, desaterrar e pôr ao nível da aerogare e as pessoas saem do avião e entram na aerogare, tal e qual entram em São Miguel ou noutra ilha qualquer. Isso é que se deve fazer para não haver interferência dos militares, porque de resto quando o senhor atravessar o eixo da pista vai sempre haver interferência dos militares.

Não há maneira de flexibilizar isso, Sr. Secretário Berto Messias, e só há maneira de diminuir e de aumentar a agilização e agilizar a operação civil do lado oeste, nunca do lado leste.

Portanto, se não se fizer isso teremos sempre os militares a porem constrangimentos às escalas técnicas, à operação civil, etc., etc., etc. ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Aumentar a placa para o parque de estacionamento n.º 5.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes. Dispõe também de cerca de dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, vou tentar explicar-lhe a posição do Bloco de Esquerda, mas eu também não tenho que entrar em grandes pormenores.

A impressão com a qual eu fico é que o CDS quer “tapar o sol com a peneira” e fazer de conta que os militares norte americanos que estão na Base das Lajes impõem todos os constrangimentos que impõem à utilização civil devido à missão de busca e salvamento que têm lá estacionados, de ações de fiscalização na nossa sub Zona Económica Exclusiva, inclusive de evacuação e transporte

de acidentados de doentes. Portanto, é essa missão, esse conjunto de atividades, digamos, militares, mas com interesse bastante civil, é todo esse conjunto de atividades que impõe uma série de constrangimentos. A mim custa-me muito a acreditar e à maior parte das pessoas que nos estiverem a ouvir, quer aqui na sala de plenário, quer lá fora através da televisão, também custa um bocado acreditar que é devido a essa presença, a essa atividade militar.

Uma coisa é certa: eu posso concordar consigo que de facto há excesso zelo. Há excesso de zelo por parte dos militares portugueses, mas porque são, tão e somente, interlocutores, mensageiros daqueles que são os interesses que estão plasmados no acordo de cooperação e defesa entre os Estados Unidos e o Estado português.

Não estou sozinho nessa matéria. Aliás, eu consultei (não é muito comum da minha parte, mas consultei) o site do PSD e consultei aquele que foi um comunicado de imprensa mais ou menos recente, bastante recente, em maio, início de maio deste ano, no âmbito desta iniciativa em que o Sr. Deputado Luís Rendeiro lembra e passo a citar a reportagem: “Luís Rendeiro lembra ainda que a Força Aérea Portuguesa já manifestou [e aqui cito o Sr. Deputado Luís Rendeiro] ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... disponibilidade para que o espaço adjacente à aerogare civil fosse disponibilizado para crescer e para que essa utilização civil se fizesse no lado da pista que está destinada aos aviões comerciais.”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, de acordo com o PSD parece que pelo menos no que diz respeito à utilização que é feita pela Força Aérea Portuguesa, diretamente pela Força Aérea Portuguesa, não haverá constrangimentos.

Mais! O Sr. Deputado Luís Rendeiro continua e reconhece o seguinte: “O Deputado do PSD/Açores eleito pela Terceira sublinhou ainda que os Estados

Unidos podem a qualquer momento reativar a sua presença militar nas Lajes, lembrando que o congressista norte americano Devin Nunes que esteve recentemente em Portugal deixou bem claro que o interesse militar dos Estados Unidos nos Açores prevalece sobre quaisquer outros interesses que possam vir a surgir, incluindo o interesse comercial” ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: ... e todo aquele projeto, ou todos os projetos que eventualmente poderiam ser implementados na Base das Lajes potenciando a economia da ilha e criando emprego, projetos esses que não são militares de certeza, são civis.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi na defesa dos interesses terceirenses que importou perceber se as dificuldades sentidas e reivindicadas prontamente pelo Governo Regional dos Açores foram ultrapassadas, importando garantir que todos os mecanismos de reforço desta operação civil permaneçam no tempo.

Neste mesmo interesse e porque do mesmo temos o desenvolvimento económico e social da ilha verificamos e realçamos a formalização da certificação e a postura responsável do Governo da República em assumir esta questão como prioritária e fulcral.

A declaração conjunta expressa este compromisso, o PREIT e esta medida em especial e a sua implementação são como sempre foi uma prioridade para o Governo Regional dos Açores.

Se se verificar que a certificação não responderá às necessidades e ficar aquém das expectativas do Governo Regional dos Açores este estará como sempre esteve na linha da frente no processo de reivindicação dos interesses dos terceirenses e dos açorianos em geral.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É provavelmente a quarta vez que vou fazer a pergunta.

Sr. Secretário Messias, existe ou não existe um projeto de ampliação da placa C

...

Sr. Secretário Messias é o seu nome, não é?!

Existe ou não existe um projeto de ampliação ...

É porque eu também sou Luís Rendeiro e, portanto, quando me chamam Rendeiro é o meu nome.

... da placa C do Governo Regional e que a Força Aérea Portuguesa tem conhecimento e os deputados da Assembleia Regional não têm?

É para aí a quarta vez que lhe coloco a pergunta.

Deputada Mónica Rocha (PS): É uma pena que tenha podido falar na interpelação!

O Orador: Depois salientar em jeito de resposta à Sra. Deputada Mónica Rocha que não basta elogiar o Governo da República da cor partidária da Sra. Deputada Mónica Rocha quando é esse Governo da República, através dos seus ministros, que diz que o PREIT vale zero.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É esse Governo da República que diz que é aos Açores que compete liderar o processo de descontaminação e que a República depois há de prestar uma assistência técnica.

É esse Governo da República que chama de “coisa” a um órgão de comunicação social da Região, por sinal o único da imprensa escrita da ilha Terceira que é aquela que tem os problemas das contaminações como se as reivindicações e os problemas dos terceirenses fossem coisas menores.

É esse Governo da República que prometeu que o radar meteorológico americano havia de se manter instalado na Serra de Santa Bárbara e hoje o que lá temos é um destroço fruto da retirada da tecnologia e da destruição pelas intempéries causada na infraestrutura que lá está colocada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: É esse o Governo da República que os senhores elegiam como sendo a melhor das coisas.

Pois sabe, Sra. Deputada, para nós até agora a postura desse governo tem valido sabe o quê?

Zero, Sra. Deputada!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Deputado Luís Rendeiro, se é ofensivo chamar-lhe Sr. Deputado Rendeiro eu peço desculpa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor é que ficou incomodado!

O Orador: Não era de todo minha intenção, porque julgo que Rendeiro é também o seu nome e, portanto, não se irrite, não fique com algum azedume, porque isso faz mal ao coração e ao estômago e também não deixa de ser interessante ver agora o Sr. Deputado tão entusiasmado para discutir o PREIT e não é isso que estamos aqui a discutir, eventualmente para desviar as atenções de alguma falta de consistência da sua proposta ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da fraqueza!

O Orador: ... esteja agora a discutir o PREIT, quando no último plenário, na discussão do PREIT, o senhor não fez qualquer tipo de intervenção sobre o PREIT.

Deputada Mónica Rocha (PS) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Também não deixa de ser uma sinalização política como o senhor gosta de referir.

Quanto à referência, à pergunta que faz sobre um projeto de ampliação da pista feito pelo Governo dos Açores eu confesso que não tenho qualquer informação sobre essa matéria. Aquilo que existe é público. Foi encomendado um estudo à ANA nesse âmbito e, portanto, do atual Governo dos Açores não tenho qualquer informação sobre a existência de um projeto de ampliação promovido pelo Governo dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, vou citar o que diz o parecer do Ministério da Defesa Nacional que diz: “Dado que o desenvolvimento proposto para a placa poria em causa a certificação do aeródromo para as valências atuais não há viabilidade para o projeto em epígrafe.”

“(…) o desenvolvimento proposto para a placa”, portanto, alguém já propôs um desenvolvimento para a placa. Não é por acaso que no Projeto de Resolução do PSD nós não dizemos como é que queremos que a placa se desenvolva, se amplie, para que lado é que cresça, porque de facto os partidos políticos não têm os meios técnicos nem os gabinetes técnicos para fazer. É o Governo que tem.

Deputado André Bradford (PS): Umas vezes têm, outras vezes não têm!

O Orador: E se é a Força Aérea que diz que o “desenvolvimento proposto” é porque alguém já propôs e das duas, uma: ou o Sr. Secretário talvez por não ser o Secretário da tutela (e aí vou respeitar essa ignorância do tema) ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é ofensivo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ignorância? Desconhecimento!

O Orador: ... não sabe do que é que se está a falar, ou então está a passar-se algo pior, que é sabe do que se está a falar e não quer assumir que existe um projeto de ampliação da placa C que já foi proposto à Força Aérea e com o qual a Força Aérea não concorda.

É porque o anterior comandante de Zona Aérea dos Açores, Manuel Rolo (e foi bem lembrado aqui pelo Sr. Deputado Paulo Mendes), em Comissão, numa altura em que foi lá ser inquirido, ser ouvido acerca dos constrangimentos militares que levaram nomeadamente um avião da Sata a estar 50 minutos no fundo da pista à espera, com os passageiros lá dentro e com os motores a trabalhar, de autorização para estacionar no aeroporto ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não foi a Força Aérea. Foram os americanos!

O Orador: Não! Foi a Força Aérea Portuguesa!

... nessa altura o comandante de Zona, Manuel Rolo, assumiu em Comissão que a Força Aérea tinha toda a disponibilidade para ceder o espaço adjacente à aerogare civil das Lajes (aquela que já foi anunciada como sendo a melhor dos Açores e pelos vistos é a pior do país, segundo inquéritos feitos a operadores turísticos e a turistas), agora já não há possibilidade de ampliar a placa porque o “desenvolvimento proposto” poria em causa a certificação do aeródromo.

Sr. Secretário, temos que ser clarinhos: há ou não há projeto?

O senhor conhece-o ou não o conhece ou andamos todos aqui a brincar com coisas sérias e a Força Aérea é que está aqui a inventar um projeto que não existe.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor tem de perguntar isso é à Força Aérea!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou este Projeto de Resolução com vista a resolver um problema que condiciona e pelo vistos vai continuar a condicionar a operação das aeronaves civis no aeroporto das Lajes e apresentou uma proposta que durante muitos anos, muito tempo, teve tudo para ser consensual e consensual ao nível, como disse na minha intervenção inicial, dos três partidos mais votados nesta Assembleia. O partido maioritário e que suporta o Governo entendeu mudar de posição. Lamentamos!

Esta posição e esta proposta do PSD é uma proposta positiva e a favor do desenvolvimento da ilha Terceira e da melhoria das condições dos terceirenses. A postura do Partido Socialista e do Governo Regional foi, isso sim, um puxar da Terceira para baixo.

Deputado André Bradford (PS): A declaração de voto é sobre o seu voto!

O Orador: Vou concluir esta declaração de voto citando um editorial do *Diário Insular*, o único jornal da ilha Terceira, que diz o seguinte: “Não vamos qualificar, nem sequer comentar as declarações de Vítor Fraga [então, hoje as de Berto Messias] que entende ser a placa C das Lajes suficiente para as necessidades civis. Também não qualificaremos as declarações idênticas de Sandro Paim e de Roberto Monteiro, este cético porém [hoje também Sra. Deputada Mónica Rocha] que entendem ser preferível esperar por uma prometida, para daqui uns anos, certificação civil das Lajes. Também não lembraremos o que foi dito no passado sobre o mesmo assunto. Cada um que medite sobre o que disse e as consequências mais que previsíveis de tais palavras.”

Deputado André Bradford (PS): A declaração de voto é uma citação do *Diário Insular!*

O Orador: Esteve certo o *Diário Insular* no seu editorial após a Comissão de Economia e a emissão do seu relatório. Esperemos que saiba o povo julgar devidamente a postura do Partido Socialista ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Tem sabido!

O Orador: ... que falhou mais uma vez a um compromisso assumido antes das eleições.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Julgo não haver.

Vou dar então a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares para uma interpelação à Mesa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 25 minutos.

Eram 16 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto quatro da nossa Agenda: **Petição n.º 9/XI – “Situação da pesca”**, apresentada por João Carlos Bagnari de Castro, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento da nossa Assembleia. Pode intervir uma única vez, por um período não superior a 10 minutos, cada grupo ou representação parlamentar e em primeiro lugar dou a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Economia para apresentar o relatório.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO PETIÇÃO N.º 9/XI - SITUAÇÃO DA PESCA

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia procedeu à análise e emissão de parecer sobre a Petição n.º 9/XI “Situação da Pesca”.

1st. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 27 de abril de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Situação da Pesca”, sendo o Sr. João Carlos Bagnari de Castro - Porto de Abrigo O.P., o primeiro subscritor.

A presente petição pretende chamar a atenção para a “constante degradação das condições da pesca”, sendo que os peticionários propõem:

1. “Financiar a paragem da pesca para garantir a sustentabilidade das pescarias e dos pescadores;
2. Simplificar o exercício da atividade para assegurar a transparência e o cumprimento das boas práticas.
3. Que o defeso, com paragem da pesca do Goraz previsto nas Portarias 119 e 120 de 27 de Dezembro de 2016, abranja o conjunto das espécies demersais de captura associada devendo a sua aplicação se prolongar até 31 de Março, período que corresponde ao da desova do Goraz devendo ser opção dos armadores realizarem a paragem durante os primeiros 45 dias (até 28 de Fevereiro) ou, na segunda fase, entre 15 de Fevereiro e 31 de Março;
4. Que entre 15 de Janeiro e 31 de Março, seja suspensa toda a atividade da pesca lúdica (incluindo a caça submarina) dirigida às espécies demersais locais e costeiras;
5. Que pescadores profissionais e armadores, usufruam dos apoios financeiros em condições iguais às que vigoram para a pesca nacional quando sujeita a medidas cautelares idênticas às que vão ser aplicadas na Região”.

2nd. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3º. CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise visa chamar a atenção para a “constante degradação das condições da pesca”, motivo pelo qual os peticionários propõem “financiar a paragem da pesca para garantir a sustentabilidade das pescarias e dos pescadores”; e “simplificar o exercício da atividade para assegurar a transparência e o cumprimento das boas práticas”.

Os subscritores da petição propõem ainda que:

1. “Que o defeso, com paragem da pesca do Goraz previsto nas Portarias 119 e 120 de 27 de Dezembro de 2016, abranja o conjunto das espécies demersais de captura associada devendo a sua aplicação se prolongar até 31 de Março, período que corresponde ao da desova do Goraz devendo ser opção dos armadores realizarem a paragem durante os primeiros 45 dias (até 28 de Fevereiro) ou, na segunda fase, entre 15 de Fevereiro e 31 de Março;
2. Que entre 15 de janeiro e 31 de Março, seja suspensa toda a atividade da pesca lúdica (incluindo a caça submarina) dirigida às espécies demersais locais e costeiras;
3. Que pescadores profissionais e armadores, usufruam dos apoios financeiros em condições iguais às que vigoram para a pesca nacional quando sujeita a medidas cautelares idênticas às que vão ser aplicadas na Região”.

Os peticionários alegam a “gravidade da situação econômica e social que afetam a pesca e as comunidades delas dependentes”; a “necessidade da adoção de medidas cautelares visando garantir a sustentabilidade da pescaria do Goraz, e de outras espécies demersais costeiras açorianas”; bem como a aplicação das medidas cautelares sobre “a atividade informal e lúdica”; e a atribuição de “medidas de apoio financeiro equivalentes às aplicadas aos pescadores

nacionais” (...) “sujeitos a paragens de pescarias por razões de proteção dos recursos”.

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, a diversas entidades e proceder à audição das seguintes pessoas:

- dos primeiros subscritores, João Carlos Bagnari de Castro (Presidente da Direção da Associação Porto de Abrigo) e Luís Carlos Brum (Presidente da Direção do Sindicato Livre dos Pescadores);
- do Presidente da Federação de Pescas dos Açores, Gualberto Costa Rita; e
- do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Gui Manuel Machado Menezes.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 26 de maio de 2017, procedeu à audição dos primeiros subscritores da petição, Sr. João Carlos Bagnari de Castro, Presidente da Direção da Associação Porto de Abrigo e o Sr. Luís Carlos Brum, Presidente da Direção do Sindicato Livre dos Pescadores.

O peticionário João Castro afirmou que a petição surgiu devido ao atual estado do setor da pesca na Região Autónoma dos Açores (RAA), marcado por uma forte crise, devido à escassez de recursos piscícolas. Para colmatar estas dificuldades, entendem ser necessário realizar uma paragem, quer seja biológica ou não, mas devidamente financiada.

Por sua vez, o peticionário Luís Carlos Brum disse que a situação na pesca é grave e alarmante, que a produção diminuiu muito, devido à escassez de recursos. Referiu que foi realizado um elevado investimento nas embarcações nos últimos anos e que já restam poucas zonas disponíveis para a pesca, quer

devido à delapidação de recursos, quer pela existência de zonas protegidas da pesca, pelo que é fundamental aumentar o investimento no setor da pesca e diminuir na lavoura. Indicou ainda que foi realizado um estudo, com base numa amostra de 50 pescadores, que permitiu concluir que os rendimentos são inferiores a 150 a 200 euros, por mês, para alguns pescadores e que tem sido o RSI - Rendimento Social de Inserção a garantir o pagamento das despesas familiares. Entende que deve haver um investimento na formação dos pescadores, que forma a promover a sustentabilidade dos nossos mares.

O deputado José Ávila afirmou que é importante reconhecer os problemas que o setor enfrenta, resultante, em grande parte, da escassez de alguns recursos piscícolas, nomeadamente os pelágicos, e à redução da quota do goraz. Assim, perguntou aos peticionários se o problema da pesca é igual em todas as ilhas e quais as diferenças que existem; se defendem uma paragem biológica, financiada pelo FEAMP; se a empresa Lotaçor é importante para o setor; e se a amostra, baseada em apenas 50 pescadores de Rabo de Peixe, é representativa do setor, no que se refere ao valor dos rendimentos apresentados, entre 150 a 200 euros/mês.

Os peticionários argumentaram que há 20 anos atrás havia mais peixe e os rendimentos dos pescadores eram superiores ao que se verifica hoje e que o problema do setor é diferente em todas as ilhas, sendo mais grave em São Miguel e Terceira, devido ao elevado número de pescadores e tripulantes, o que implica distribuir o rendimento da pesca por um maior número de pessoas. Por exemplo, no Pico e no Faial há um número de tripulantes muito mais reduzido, em média entre 2 a 3 tripulantes, enquanto em São Miguel esta média varia entre 10 a 14 tripulantes, o que agrava os problemas.

Acrescentaram ainda que a Agricultura recebe apoios 6 vezes superior à Pesca, e que não é relevante o nome atribuído à paragem, mas é fundamental parar de

pescar, de forma parcial, e compensar financeiramente os pescadores, com fundos provenientes da Segurança Social ou do Emprego.

Em réplica, o deputado José Ávila disse que os rendimentos, hoje, são superiores aos verificados há 20 anos atrás, conforme se comprova pelas estatísticas, e que deve ser garantido um equilíbrio entre a sustentabilidade das empresas e dos pescadores.

A deputada Catarina Cabeceiras comentou que as políticas adotadas nos últimos anos não foram as mais eficazes e eficientes e questionou qual o esforço sobre os stocks resultantes da pesca lúdica; quais os investimentos ou medidas urgentes a realizar; qual o impacto na redução da quota do goraz, em caso de paragem biológica; bem como quais as medidas nacionais que poderiam ser aplicadas na Região. Perguntou ainda se concordavam que tenha existido um aumento do rendimento médio dos pescadores, apesar da redução da quantidade capturada.

De seguida, os peticionários indicaram que as ilhas de São Miguel, Terceira e Faial representam cerca de 80% do setor da pesca nos Açores, onde se inserem as maiores comunidade piscatórias. Acresce que no ano de 2010 foram capturadas cerca de 19.000 toneladas de pescado, com um valor comercial de 39 milhões de euros, enquanto em 2016 o volume de capturas foi de 6.200 toneladas, com um valor comercial de 25 milhões de euros.

Por sua vez, os peticionários reconheceram que as infraestruturas, condições de habitabilidade das embarcações e condições sociais são hoje muito melhores do que no passado e que os investimentos nos portos foram bem feitos, mas não têm permitido mais capturas. Entendem que falta formação profissional específica e falta investimento e apoios em barcos de longo alcance/distância, de forma a competir com a frota espanhola e europeia. Indicaram que não há conhecimento sobre os efeitos da pesca lúdica e que era possível aplicar apenas o regime da sardinha no continente, aos Açores, pelo que defendem a aplicação

da paragem biológica do goraz, nos meses da desova (de janeiro a março) e por um período de 4 anos, prorrogado até 8 anos.

O deputado Jaime Vieira afirmou que a crise da pesca é sentida, sobretudo, em São Miguel e Terceira uma vez que a realidade das pescas possui contextos diferentes, e neste sentido é preciso perceber e conhecer bem estas duas realidades. O Deputado questionou os peticionários se têm conhecimento do Governo Regional ter entrado em contato com as associações, relativamente ao resgate das pescas e se esta é um alternativa para o setor, bem como sobre a escassez de stocks de outras espécies e se são necessárias medidas de controlo. Perguntou ainda quais as consequências da pesca do goraz no período de desova, ou seja, se esta captura é prejudicial para a reprodução e sustentabilidade desta espécie; se os problemas da emissão de licenças já estavam resolvidos para as embarcações costeiras e se a distribuição trimestral da quota do goraz tem sido eficaz.

Em resposta, os peticionários disseram que o resgate não é solução para a pesca, pois não configura uma solução alternativa de vida credível e não resolve a vida dos pescadores. As licenças já foram todas emitidas, embora com cortes. Acham que a pesca lúdica só devia de ser permitida durante a época balnear e não concordam com o atual modelo de distribuição trimestral da quota do goraz, porque desconhecem os critérios. Por fim, reconheceram ainda que existem problemas nas capturas de outras espécies, como o espadarte.

O deputado Carlos Silva assinalou que o rendimento médio das capturas praticamente duplicou, entre 2010 (cerca de 2,05 €) e 2016 (cerca de 4,03 €) e perguntou se concordavam com os números apresentados.

O deputado Mário Tomé perguntou como tinha sido feito o cálculo da composição do rendimento mensal por tripulante e se incluía os armadores que tinham assinado a petição.

O deputado Jaime Vieira questionou se os peticionários conheciam o valor médio dos rendimentos da pesca, por ilha, porque o conhecimento dos rendimentos é muito importante para se perceber o setor.

O deputado José Ávila esclareceu que a grande diferença entre os anos de 2010 e 2016 resulta da falta de pelágicos, em particular do atum, e perguntou se uma suposta paragem biológica das capturas do goraz teria implicações futuras na distribuição da quota e se isso implicava a paragem total da frota.

A terminar, os peticionários alegaram que o valor dos rendimentos é muito influenciado pela captura e valor do atum, pelo que os valores médios estão corretos. Acresce que o número de tripulantes influencia muito o rendimento médio mensal, bem como a forma de distribuição dos rendimentos entre armadores e pescadores. Por fim, informaram que não têm conhecimento sobre o valor médio dos rendimentos por ilha e que a paragem biológica não deve ser assumida como tal, mas com outra designação.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 08 de junho de 2017, procedeu à audição do Presidente da Federação das Pescas dos Açores, Sr. Gualberto Costa Rita, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada, em São Miguel.

O Presidente da Federação das Pescas afirmou que o tema da petição tem sido recorrente no setor e já foi debatido várias vezes, porque há alguma preocupação com os rendimentos dos pescadores. No entanto, a realidade é diferente de ilha para ilha e até de porto para porto, verificando-se maiores problemas em São Miguel e Terceira, devido à quantidade de pescadores existentes e aos escassos recursos.

A Federação já colocou o assunto em discussão nas reuniões com os seus associados e com o Secretário Regional, tendo ficado claro que o FEAMP –

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas não contempla o defeso para fins de gestão de quotas, ou seja, para fins comerciais e que uma paragem biológica do goraz colocaria em causa o valor das quotas para os próximos anos. As 11 associações que representam o setor afirmaram que não queriam uma paragem biológica, na medida em que o stock do goraz não está em colapso e já começa a evidenciar sinais de recuperação, contrariamente ao que daríamos a entender se pedíssemos uma paragem biológica a Bruxelas.

O Presidente da Federação afirmou ainda que os armadores e pescadores já estão adaptados à gestão da quota trimestral e que uma paragem biológica implicaria uma paragem total da frota (mais de 90% da frota que pesca goraz, captura também outras espécies) e significaria uma interferência da Comissão Europeia na política regional das pescas e uma possível redução da quota do goraz nos anos seguintes.

Anunciou ainda que há uma preocupação com a sustentabilidade dos recursos, que existem problemas relacionados com o sobredimensionamento do setor, com elevado número de recursos humanos e equipamentos em São Miguel e Terceira, mas prefere que tais problemas sejam resolvidos internamente, pela Região, e sem necessidade de uma paragem biológica. Acrescentou ainda que é importante fazer um diagnóstico sobre o setor, ao nível dos rendimentos.

O deputado José Ávila mencionou que a petição surgiu pela pretensão em criar uma paragem biológica dos demersais, partindo do pressuposto, errado, que os problemas do setor são iguais em todas as ilhas, embora reconheça que existam dificuldades ao nível do rendimento proveniente das capturas dos pelágicos. Perguntou qual a distinção entre período de defeso e paragem biológica, quais as consequências para o setor, se implicaria paragem total da frota e qual o sinal que daria à Comissão Europeia. Questionou se uma paragem biológica, como é defendida pelos peticionários e pelo PSD, garantia a resolução do problema do stock das espécies nos Açores, qual o valor que cada pescador receberia e

durante quanto tempo, ou se outras medidas, internas, como o tamanho mínimo, ou a proteção das 6 milhas, seriam mais eficazes.

Por sua vez, perguntou ainda se as 11 associações que compõem a Federação se manifestaram contra a paragem biológica e se estas são representativas da maioria do setor. Por fim, fez uma alusão ao valor do rendimento médio anunciado na petição, entre 150 a 200 euros, baseado numa amostra de 50 pescadores de Rabo de Peixe, se o Presidente da Federação concordava com estes montantes e se a amostra era representativa, numa comunidade com mais de 600 pescadores.

Em resposta, o Presidente da Federação afirmou que os problemas são diferentes nas várias ilhas, com maior incidência em São Miguel e Terceira, devido a diferentes realidades e que, no que diz respeito aos rendimentos, as pessoas tendem a não divulgar todos os rendimentos, o que não é exclusivo dos pescadores. Entende que o atual modelo de gestão trimestral da quota do goraz é o melhor e mais eficaz para os pescadores, pois permite valorizar o pescado, e que foi aceite por todas as associações.

Disse ainda que a paragem biológica implicaria uma paragem total da frota e traria graves consequências para o mercado e para a economia regional e mesmo que fosse gradual não resolveria os problemas. Fez questão de realçar que nenhum pescador iria recusar um rendimento de 500 euros, por exemplo, mas que deve ser explicado ao pescador quais as verdadeiras consequências de uma paragem biológica, no futuro, ao nível da redução da quota do goraz (de 507 toneladas, para 400 toneladas) ou na interferência de Bruxelas na nossa quota e política regional de pescas.

Acrescentou ainda que, em São Miguel e particularmente em Rabo de Peixe, há um problema na distribuição dos quinhões entre armadores e pescadores e que devia ser uma responsabilidade do sindicato dos pescadores pugnar por uma

distribuição mais justa dos rendimentos, mas que tal não acontece pois é o mesmo sindicato que defende pescadores e armadores.

O deputado Jaime Vieira indicou que pensava que petição apenas fazia referência a São Miguel e não a toda a Região e defendeu que o facto de haver situações preocupantes a nível de rendimentos da pesca, faz com que o governo atue de forma diferente para evitar a continuidade dos problemas que uma parte do setor atravessa. Questionou se o Presidente da Federação das Pescas tinha na sua posse algum documento que comprovasse as consequências da paragem biológica e as interpretações feitas das mesmas, e não apenas uma suposição, porque no passado a quota já foi reduzida para a metade, sem haver pedido de paragem, pelo que seria importante conhecer, bem, quais foram os critérios para a atribuição da quota, de 507 toneladas atualmente, no período entre 2010 a 2016. Perguntou ainda se há alguma certeza na redução da quota, em caso de aplicação da paragem biológica e se existem dados ou estudos que permitam aferir do valor dos rendimentos dos pescadores?

De seguida, o Presidente da Federação das Pescas indicou que na base das negociações, para a definição da quota, esteve o compromisso da Região em aumentar o tamanho mínimo da espécie (em 1 cm), de modo a evitar um corte de 25% na quota. De acordo com as informações transmitidas pelos armadores o stock do goraz está em melhor estado hoje, do que estava há alguns anos atrás, fruto das medidas de recuperação que têm sido implementadas. Disse ainda que não faz qualquer sentido, nem se justifica, voltar atrás e dizer a Bruxelas que afinal temos problemas no stock e queremos uma paragem biológica, pois corremos o risco de reduzirem a quota, como aconteceu no caso da sardinha, no continente. Entende ainda que o sindicato tem grande responsabilidade na defesa dos pescadores, o que não tem acontecido, na medida em que nas outras ilhas há uma distribuição mais justa e equilibrada dos rendimentos entre pescadores e armadores.

O deputado Paulo Mendes perguntou se concordava com a imposição dos contratos de trabalho para os pescadores, se havia algum estudo sobre a forma como é feita a distribuição dos rendimentos na pesca e se a realização de um estudo seria uma mais valia.

Às perguntas colocadas, o Presidente da Federação declarou que os contratos de trabalho são muito importantes e permitiriam resolver muitos problemas no setor, pelo que os sindicatos deviam avançar e tomar a iniciativa, até porque a Federação já contactou a Segurança Social e preparou um contrato coletivo de trabalho, que enviou para as várias associações e ilhas. Um diagnóstico, como anunciado pelo Secretário Regional, seria importante na análise da distribuição dos rendimentos. Além disso, entende que a pesca lúdica deve merecer a nossa atenção (tem cerca de 3.000 embarcações e poucos registos), pois tem impacto na sustentabilidade dos recursos, principalmente nos grupos Central e Ocidental, devido à economia paralela e redução do valor da primeira venda em lota.

A deputada Catarina Cabeceiras realçou que a realidade é diferente nas várias ilhas e perguntou se tinha conhecimento da amostragem e do estudo realizado pelos petionários, bem como se estão criadas as condições para aplicar a política “pesca menos e vender melhor”, criada pelo Governo Regional dos Açores e qual o impacto da pesca lúdica nos stocks.

O Presidente da Federação de Pescas considerou que não nos devemos basear apenas no porto de Rabo de Peixe para tirar conclusões sobre o setor, que a pesca do atum tem um impacto muito grande no valor comercial das capturas, que já existem sinais de recuperação nas capturas de atum na Região e que a política “pescar menos e vender melhor” faz todo o sentido e já está em curso. Declarou ainda que uma boa gestão tem muito peso no rendimentos dos pescadores e que não tem conhecimento rigoroso sobre as consequências da pesca lúdica, mas a Federação tem vindo a apresentar propostas para

regulamentar a pesca lúdica e limitar o número de capturas por peso (n.º de exemplar) e quantidade.

Posteriormente, o deputado Mário Tomé realçou que o Partido Socialista está atento às preocupações da classe piscatória e que o atum tem, de facto, muita relevância no valor das capturas na Região, tendo perguntado qual a percentagem do valor das capturas que é afeta aos rendimentos dos pescadores em São Miguel.

Já o deputado Luís Garcia referiu que no entendimento do PSD se for necessária uma paragem biológica, os pescadores devem ser compensados, utilizando para tal fundos comunitários, ou se necessário, através do Orçamento Regional, porque o investimento na sustentabilidade dos recursos é o investimento central nas pescas, pois muitos outros investimentos deixarão de fazer sentido se não existirem recursos. Perguntou se no entendimento do Presidente da Federação das Pescas, em caso de paragem biológica os pescadores devem ser compensados e se no período de defeso em 2016 os pescadores deviam ter sido compensados. Referiu ainda que estas paragens podem ser financiadas pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca, ao contrário do que o Governo tem dito ao setor nos Açores. O deputado também contestou a ideia de que estas paragens possam contribuir para mostrar a Bruxelas que temos um problema com os nossos stocks piscícolas, afirmando que as instituições europeias conhecem a realidade dos stocks e que tomam decisões em função de dados científicas. O deputado prosseguiu saudando as entidades que subscrevem esta Petição, pela iniciativa e pelas preocupações que levantam, afirmando que todos temos o direito de discordar das soluções preconizadas por essas entidades mas temos de propor outras soluções alternativas para inverter a grave e preocupante diminuição de rendimentos dos pescadores e nesse sentido questionou quais são as soluções e medidas preconizadas pela Federação para o setor para inverter essa diminuição de

rendimentos. O deputado recordou ainda que em março de 2016 a Assembleia Regional reconheceu que havia um problema com a sustentabilidade das espécies demersais e que aprovou, por unanimidade, uma Resolução que recomendava ao Governo que definisse e implementasse um plano de salvaguarda para essas espécies, procurando a sua sustentabilidade, a adequação da frota de pescas aos recursos e que assegurasse os rendimentos da pesca, questionando se o Presidente da Federação de Pescas tinha conhecimento que esse trabalho estava a ser desenvolvido.

Quanto ao Deputado José Ávila, este mencionou que o preço da primeira venda em lote aumentou de 3,98€ (em 2010) para 5,87€ (em 2016), e que já foram iniciados e executadas várias medidas pelo Governo Regional dos Açores, como o mapeamento para aquacultura, entre outras. Perguntou se as 11 associações, representativas do setor, recusaram a paragem biológica e se a pesca lúdica tem contribuído para fuga à lota e se tem impacto na sustentabilidade dos recursos.

A terminar, o Presidente da Federação referiu que o atum e a lula têm um grande impacto; que num palangreiro em São Miguel, depois de deduzidas todas as despesas da viagem é habitual distribuir 50% pelo armador e 50% pelos pescadores, enquanto noutras ilhas é diferente. Entende que é um erro admitirmos que existe um problema de recursos, por questões biológicas, a Bruxelas, pois o impacto de uma paragem biológica traria graves consequências económicas para a região, muito superiores às compensações que seriam pagas aos pescadores. Elencou as seguintes medidas, internas, que já foram tomadas pelo setor: proibição de pesca na reserva do condor; período de defeso e modelo trimestral de gestão da quota do goraz; tamanhos mínimos do goraz, boca-negra, imperador, alfonsim; novas regulamentações, etc.

Acrescentou ainda que o fundopesca é uma balão de oxigénio que nada resolve no setor, que há necessidade de ajuste da frota aos recursos existentes e que a

fuga à lota tem vindo a diminuir, devido ao aumento da fiscalização e vigilância, mas que ainda é possível fazer mais.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 08 de junho de 2017, procedeu à audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT), Gui Manuel Machado Menezes, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada, em São Miguel.

O Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT) começou por afirmar que a petição peca em muitos aspetos, inclusive técnicos, que confunde paragem biológica (por motivos biológicos e científicos) com períodos de defeso (para gestão da quota, motivos comerciais), que a cessação temporária de atividade (período de defeso do goraz) já não está em vigor, pois foi substituída pela gestão trimestral da quota. O financiamento pelo FEAMP não é possível para gestão de consumo de quota. No caso das paragens por motivos biológicos, entre outras exigências, os apoios só permitem apoiar os pescadores durante dois meses por ano, o que não teria qualquer efeitos nos stocks e criaria o caos no setor, a falência de empresas e o despedimento de pessoas, uma vez que uma paragem biológica implicaria a paragem completa da frota, contrariamente ao que vem disposto na petição.

Por sua vez, o SRMCT disse que existem dois eixos principais de gestão biológica das pescas normalmente utilizados em simultâneo. Pode-se atuar ao nível das quantidades capturadas, impondo limites de capturas anuais ou (TACs e quotas – Totais Admissíveis de Captura), quer ao nível da forma como se captura ou pesca, impondo por exemplo tamanhos mínimos de captura, de forma a garantir a reprodução das espécies ou outras como definindo certas malhagens de redes, entre outras. A gestão trimestral da quota do goraz, iniciada em 2017 está a ter um grande sucesso, tendo permitido um aumento do

rendimento (+ 500 mil euros), quando comparamos a mesma quantidade pescada em 2016 e 2017. A prioridade do Governo é garantir a sustentabilidade dos recursos e este modelo trimestral não põe em causa a sustentabilidade e permite obter mais rendimentos, pescando-se de forma mais racional. Os dados indicam que o stock do goraz tem vindo a recuperar.

O deputado Jaime Vieira defendeu que a haver paragem esta tem que ser com compensação, sem margem para dúvidas, e esta compensação ou é feita pelo FEAMP, ou pelo orçamento da região, pois o que interessa ao PSD, é que se houver necessidade de paragem esta seja feita com compensação. Aliás, os peticionários defendem que a paragem poderia ser financiada pela direção regional das pescas, quer pelo emprego e educação como compensação pela formação profissional, em que os pescadores aproveitavam as paragens para se formarem e auferiam rendimentos.

O deputado Jaime Vieira referiu que sendo a captura do goraz permitida no período da desova (entre janeiro e março) se esta captura nestes meses não teria impacto na sustentabilidade do stock da espécie. Questionou ainda sobre o que devem fazer os pescadores de pesca costeira quando não encontram peixe, dentro das 30 milhas, pois estes espaços encontram-se em, algumas ilhas, delapidados de recursos. Perguntou ainda se o Secretário confirmava o que foi dito pelos peticionários sobre pescadores com rendimentos entre 150 a 200 euros; o que devem fazer os armadores e pescadores quando esgotarem as quotas trimestrais do goraz e qual foi o motivo da perda de quota do goraz ente 2010 e 2016?

O SRMCT esclareceu que não se pode confundir questões de paragem biológica, com necessidades de formação profissional. A formação é uma prioridade do Governo Regional dos Açores, estando a ser concebido um plano de formação que em alguns casos pode atribuir uma dupla certificação, onde os pescadores saem com um nível de escolaridade e uma certificação profissional.

Do ponto de vista científico, não se justifica a necessidade de paragem por questões de sustentabilidade e a época de desova não é muito relevante quando a população da espécie já é boa. Indicou ainda que alguns dos petionários defenderam no passado uma exceção para São Miguel, que permitisse a utilização do palangre dentro das 3 milhas, e isso também contribuiu para a maior escassez de recursos nesta ilha. Além disso, o Governo já está a realizar um diagnóstico da realidade o qual ainda não está terminado, mas com base numa pequena amostra de embarcações chicharreiras, com dados da Lotaçor, em 2016 nenhum pescador de chicharro ganhou menos do que o salário mínimo. Afirmou que o estudo ainda não está terminado e tratou-se de uma amostra, mas apesar disso parece contrariar a perceção que existe na opinião pública e que pelo menos na amostra não se verificam os tais rendimentos tão baixos.

Por sua vez, o Secretário declarou que o Governo tem apoiado os pescadores (através do subsídio de desemprego, RSI e fundopesca), quando há quebra de rendimentos e situações sociais complicadas. Em 2016 foi pago o POSEI referente a 2014 e 2015, o que contribuiu também para o aumento dos rendimentos dos armadores e pescadores, e o POSEI - referente a 2016 será pago no final de 2017, se não houver problemas do lado do IFAP. Considera ainda que a atribuição da quota deve ser individual e de forma trimestral, para garantir alguma previsibilidade para que cada empresa de pesca faça a gestão da sua quota como achar melhor e de forma a otimizar o seu valor, o que não invalida que se aperfeiçoe o modelo em vigor, o qual contou com a participação e aprovação das associações do setor. Por fim, a perda de quota do goraz teve por base dados científicos que foram analisados por especialistas dos grupos de trabalho do ICES (International Council for the Exploration of the Sea), que por sua vez produzem aconselhamento para as medidas a adotar pela Comissão Europeia. A análise de avaliação de stocks contém sempre alguma incerteza e

no caso do goraz isso acontece e implicaram a aplicação de medidas prudentes de preservação da espécie. Em alternativa ao goraz existem outras espécies como a espada preto, por exemplo.

O deputado José Ávila interpelou o Secretário sobre as medidas a adotar relativamente à pesca lúdica e reforçou a necessidade de explicar se havia lugar a uma compensação do FEAMP em caso de defeso ou de paragem biológica, face às declarações da Eurodeputada Sofia Ribeira.

De seguida, o Secretário indicou que existem poucos dados relativos à pesca lúdica e que está a ser preparado um inquérito para perceber melhor esta realidade nos Açores e que atendendo ao número de embarcações tem algum impacto na economia. Existem algumas propostas de alteração da pesca lúdica, que podem implicar por exemplo, a redução das quantidades capturadas de determinadas espécies na atividade lúdica. No que diz respeito aos apoios do FEAMP, entende que foram criadas expectativas erradas na classe piscatória, dado que não é possível, legalmente, o apoio com fundos comunitários para a gestão da quota, para fins comerciais e de melhoria dos rendimentos. Acrescentou ainda que a pergunta feita pela Eurodeputada Sofia Ribeiro estava errada e mal formulada, pois não se tratava de um defeso por motivos biológicos e com isso prestou um péssimo serviço à Região Autónoma dos Açores e ao setor da pesca.

O deputado Paulo Mendes perguntou se os rendimentos dos pescadores são superiores ao salário mínimo regional, de acordo com as informações transmitidas pelo Secretário, e se entende necessário a realização dos contratos de trabalho.

O SRMCT afirmou que o estudo sobre os rendimentos não está completo, tratou-se de uma pequena amostra, e não devemos generalizar, mas que tem dificuldades em perceber de onde provêm os dados que fundamentam os anúncios de rendimentos mensais de 50, 80 e 100 euros, que ao longo dos anos

têm vindo a público. Realçou que os contratos de trabalho são muito importantes e uma prioridade para o Governo, pois este está empenhado na dignificação dos trabalhadores da pesca, e tem sido realizadas reuniões em todas as ilhas para chamar a atenção dos armadores para a necessidade de efetuarem contratos de trabalho. A pesca deve garantir salários condignos para os pescadores, baseados na sazonalidade do setor e intermitência dos rendimentos mensais, de forma a garantir uma distribuição mais justa dos rendimentos.

A deputada Catarina Cabeceiras questionou quais as medidas que podem ser implementadas para melhorar os rendimentos dos pescadores e ao nível da diversificação, bem como se o valor médio mensal dos rendimentos dos pescadores inclui os apoios sociais.

Em resposta, o SRMCT assegurou que o cálculo era mensal, da primeira venda em lota, e não inclui os apoios sociais. A distribuição do rendimento é, de facto, um problema e depende dos armadores, pelo que só com os contratos de trabalho “formais” é que podemos resolver este problema. Entre muitas medidas, destacou o facto da atribuição de licenças passar a ter como indexante o salário mínimo regional, que a diversificação pode passar por atividades complementares como a pesca turismo e a captura de outras espécies como a espada preto. A deslocação de pescadores para outros locais e ilhas, onde existem falta de recursos humanos pode também ser uma via. O rendimento depende também muito da formação e capacitação do setor pois isso pode por exemplo contribuir para o melhoramento no tratamento das espécies e assim aumentar o seu valor.

O deputado Jaime Vieira reconheceu que há pescadores que estão muito bem e outras nem tanto e perguntou sobre a quantidade de peixe que entrou no entreposto frigorífico de Ponta Delgada.

O deputado Luís Garcia começou a sua intervenção por lamentar e condenar as declarações do Secretário relativas à questão colocada à Comissão Europeia pela Eurodeputada Sofia Ribeiro que não teve como objetivo enganar nem levantar falsas expectativas ao setor mas sim clarificar uma questão essencial sobre a utilização de fundos comunitários para compensar os pescadores nos períodos de defeso por paragem biológica. O deputado reafirmou aquela que é a posição do PSD sobre esta matéria de que se as paragens são necessárias os pescadores devem ser compensados pelas perdas de rendimentos e que para tal devem ser utilizados fundos comunitários ou se necessário fundos do orçamento regional e efetuou as seguintes perguntas ao Secretário: se o período de defeso em 2016 foi um erro; se fosse Secretário em 2016 teria atribuído uma compensação financeira nessa paragem e qual o motivo da alteração para uma gestão trimestral da quota em 2017 em vez do período de defeso, se esta alteração se deu por motivos biológicos, comerciais ou para fugir à reivindicação de compensação feita pelo setor.

O deputado referiu ainda que o Governo é livre de discordar das medidas preconizadas pelos peticionários mas que tem de encontrar alternativas para inverter a diminuição de rendimentos do setor, que em 2010 foi cerca de 40 milhões de euros e em 2016 foi de apenas 25, 8 milhões de euros, questionado sobre essas alternativas. Finalmente o deputado questionou o Secretário sobre os alertas feitos pela Universidade dos Açores, desde a década de 90, em relação à sustentabilidade de algumas espécies, pretendendo saber se esses alertas tivessem sido atendidos se poderíamos ter evitado alguns dos problemas com que hoje nos deparamos na pesca.

O deputado Mário Tomé informou que o pescador açoriano tem uma cultura muito própria e usa as mesmas artes de pesca desde há muitos anos atrás e perguntou se a região tem diligenciado esforços, junto de Bruxelas relativamente à diminuição da quantidade de fad's utilizados pela frota

industrial e a possibilidade de criar um corredor marítimo que permita a emigração do atum; se o facto da Região ter ficado com a gestão própria da quota do imperador e do alfonsim poderá contribuir para o aumento dos rendimentos e quais os motivos da captura e abundância do chicharro ter oscilado.

O deputado José Ávila perguntou qual o montante e custo da compensação financeira pela paragem/defeso para fins comerciais, se for financiado pelo Orçamento Regional.

O Deputado António Vasco Viveiros referiu que, considerando que o valor do pescado descarregado em lota decresceu sucessivamente ao longo dos últimos anos atingindo apenas 25 milhões de euros em 2016, considerando que daquele valor apenas 50% se destina a compensação do trabalho dos pescadores, considerando que existem cerca de 2600 pescadores, conclui-se que o valor anual médio do rendimento de cada pescador é de apenas 4.800 euros. Por outro lado, referiu que considerando ainda as assimetrias existentes entre ilhas e entre embarcações, facilmente se conclui que centenas de pescadores auferem rendimentos muito inferiores àquela média. Neste contexto questionou o Sr. Secretário Regional se esta situação não o preocupava.

Em respostas às perguntas colocadas, o Secretário Regional indicou que, felizmente, tem aparecido chicharro em lota nas últimas semanas, mas que infelizmente parecer estar a haver alguma pesca não declarada e venda informal do chicharro, e isso também influencia os rendimentos, pois os preços baixam, para além de que os números dos rendimentos oficiais ficam deturpados. O Governo tem apoiado os pescadores através de várias portarias em vigor para apoio a investimentos a bordo e recentemente ao abrigo do FEAMP foram lançados mais apoios que permitam aumentar a segurança, higiene e condições de trabalho ou eficiência energética, e outras ajudas que poderão permitir apoios à transformação de espécies de menor valor. O entreposto é recente e,

como se sabe, visa assegurar a qualidade do pescado e serve principalmente para espécies migradoras como o atum, e como estas espécies têm escasseado ainda não foi utilizado. Seria importante deslocar pescadores de algumas comunidades mais numerosas para ilhas que já começam a ter dificuldades no recrutamento de pescadores, mas existem resistências culturais a esta mudança. Por sua vez, informou que o defeso de 2016 foi baseado num contexto diferente do atual e foi uma medida adequada, porque permitiu aumentar o rendimento do goraz no final do ano. O diagnóstico recente é importante porque é mais aprofundado e incide sobre várias pescarias e não apenas sobre os demersais. Em 2016 foram atribuídos valores do POSEI que minoraram a redução das capturas e isso também é importante que seja contabilizado como rendimento dos armadores e pescadores. Por outro lado, no caso dos atuns, alguns atuneiros açorianos têm capturado e descarregado atum na Madeira, e isso tem de ser contabilizado. Ainda assim, verifica-se um aumento do preço médio do goraz em quase 40%, fruto da eficácia da gestão trimestral da quota que implementámos.

No que diz respeito ao corredor marítimo, este depende de muitos acordos entre países, o que não é fácil de alcançar para uma Região como a nossa. Recentemente foi criado um grupo de trabalho que irá analisar o efeito dos dispositivos agregadores de atum o que pode ser bom para os Açores pois isso pode contribuir para explicar o pouco atum que tem aparecido nos mares dos Açores. A nossa pesca de atum tem de ser promovida, pois pescamos utilizando salto e vara, que é mais ecológico e sustentável e isso pode ser uma mais valia para a comercialização do nosso atum. A quota regional do imperador e alfonsim é importante e está a ser preparada regulamentação para a sua distribuição pelas várias ilhas. Temos cerca de 85% da quota nacional e não fazia sentido não sermos nós a gerir a nossa quota.

Relativamente ao chicharro, o Secretário anunciou que é difícil de prever, estudar e perceber as flutuações da abundância do chicharro, motivo pelo qual se está a ponderar a contratação de serviços de fornecimento e interpretação de dados oceanográficos, para analisar o problema. Estas situações são frequentes neste tipo de espécies (pequenos pelágicos como a sardinha, arenques, etc).

Por fim, destacou que está atento à realidade e aos desafios do setor da pesca e que uma paragem financiada, como defendem os peticionários e o PSD, poderia custar, anualmente, à Região mais de 5 milhões de euros, de forma direta, acrescidos dos custos indiretos com empresas de comércio de pescado, da falta de peixe nos restaurantes e o desemprego e falência de empresas, o que seria o caos para a economia regional.

Os pareceres solicitados pela Comissão Permanente, à data de aprovação deste relatório, não foram recebidos.

4.º CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE pronunciar-se da seguinte forma:

1. Os peticionários têm como principal missão alertar para o estado do setor da pesca na Região Autónoma dos Açores (RAA), marcado por uma forte crise, devido à escassez de recursos piscícolas e ao elevado número de embarcações e recursos humanos, o que reduz o rendimento dos pescadores.
2. Os peticionários defendem uma paragem biológica do goraz, nos meses da desova (de janeiro a março) e alegam que é fundamental parar de pescar, de forma parcial, pelo que os pescadores devem ser compensados financeiramente,

com fundos provenientes da Segurança Social ou do Emprego e se aumente o investimento na formação dos pescadores, de forma a promover a sustentabilidade dos nossos mares.

3. Acresce que os peticionários reconheceram que as infraestruturas, a habitação e condições sociais são hoje muito melhores do que no passado e que os investimentos nos portos foram bem feitos, mas não têm permitido aumentar as capturas, porque a quantidade de peixe disponível no mar é reduzida.
4. Defendem ainda maior investimento no setor e apoios em barcos de longo alcance/distância, de forma a competir com a frota espanhola e europeia, bem como um estudo sobre os efeitos e impacto da pesca lúdica.
5. Por sua vez, a Federação das Pescas dos Açores considera que há uma preocupação com os rendimentos dos pescadores, mas a realidade é diferente de ilha para ilha e até de porto para porto, verificando-se maiores problemas em São Miguel e Terceira, devido ao elevado número de recursos humanos e equipamentos e à escassez de peixe. Defende a realização de um diagnóstico sobre o setor, ao nível dos rendimentos.
6. Acrescentou que a Federação e as 11 associações que representam o setor não querem uma paragem biológica, pois o stock do goraz já começa a evidenciar sinais de recuperação e isto implicaria uma paragem total da frota, com graves consequências para o mercado e para a economia regional, levando à interferência da Comissão Europeia e uma possível redução da quota do goraz nos anos seguintes. Entende que o atual modelo de gestão trimestral da quota do goraz é o melhor e mais eficaz para os pescadores, pois permite valorizar o pescado.
7. O Presidente da Federação das Pescas disse ainda que, em São Miguel e particularmente em Rabo de Peixe, há um problema na distribuição dos rendimentos e dos quinhões entre armadores e pescadores e que devia ser uma responsabilidade do sindicato dos pescadores pugnar por uma distribuição mais

justa dos rendimentos, através dos contratos de trabalho, mas que tal não acontece pois é o mesmo sindicato que defende pescadores e armadores.

8. Referiu que a pesca lúdica deve ser analisada e objeto de registos, pois tem impacto na sustentabilidade dos recursos, principalmente nos grupos Central e Ocidental, devido à economia paralela e redução do valor da primeira venda em lota, pelo que se deve aumentar a fiscalização.
9. Já o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia esclareceu que os petionários confundiram a paragem biológica (por motivos biológicos e científicos) com períodos de defeso (para gestão da quota e fins comerciais), que o período de defeso já terminou e que a gestão trimestral da quota do goraz adotada está a ter um grande sucesso, devido ao aumento do preço médio do goraz em quase 40%.
10. Indicou que o FEAMP não financia períodos de defeso para fins comerciais e em caso de paragem biológica só seria possível apoiar os pescadores durante dois meses por ano, o que não teria qualquer efeitos no stock e criaria o caos no setor, pois implicaria a paragem completa da frota, contrariamente ao que vem disposto na petição.
11. O Secretário disse que o Governo tem apoiado os pescadores e armadores, a vários níveis, e tem publicado portarias que permitem apoiar por exemplo investimentos a bordo para melhorar a segurança, as condições de trabalho, a higiene, a eficiência energética, ou ainda apoios à transformação que possa permitir aumentar o rendimento de espécies de menor valor, existindo ainda apoios ao nível social através do subsídio de desemprego ou do RSI.
12. Defende a necessidade de um diagnóstico mais aprofundado sobre os rendimentos dos pescadores e sobre várias pescarias e não apenas sobre os demersais.
13. O Secretário Regional declarou ainda que uma paragem financiada, como defendem os petionários, poderia custar, anualmente, à Região mais de

5 milhões de euros, de forma direta, acrescidos dos custos indiretos com empresas de comércio de pescado, da falta de peixe nos mercados, o desemprego e falência de empresas de comercialização, o que seria o caos para a economia regional.

14. De realçar que a Petição, por ser subscrita por mais de 300 peticionários, reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
15. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 14 de junho de 2017.

O Relator, Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão então agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar em nome do Bloco de Esquerda por saudar os peticionários e as peticionárias que se dirigiram à Casa da democracia açoriana solicitando aos seus deputados e deputadas que debatessem com caráter de urgência aquilo que consideram uma constante degradação das condições da pesca, bem como debatêssemos medidas a adotar por parte do Governo e da Assembleia no sentido de travarem o definhamento deste setor.

Para isso, os próprios peticionários e peticionárias indicam, propõem algumas medidas e dentro delas realçam uma financiada para a agenda pesca para garantir a sustentabilidade das pescarias e dos pescadores; outra, simplificar o exercício da atividade para assegurar a transparência e o cumprimento das boas práticas.

Sras. e Srs. Deputados, no âmbito desta petição todos nós lemos, ouvimos e vemos e, portanto, não podemos ignorar declarações várias, pareceres vários, até omissões várias de que darei conta e todas elas, incluindo o conteúdo desta petição, suscitam-me e suscitam ao Bloco de Esquerda algumas dúvidas, algumas interrogações, até algumas perplexidades.

Permitam-me que a este propósito as partilhe com as Sras. e os Srs. Deputados.

Primeiro: o Sr. Diretor Regional das Pescas muito recentemente numa ação didática e pedagógica numa escola declarou e vou citá-lo: “O defeso é essencial para garantir que algumas espécies se possam reproduzir. Não faz sentido apanhar peixe com ovos.” Disse o Sr. Diretor Regional e percebe-se. Não é preciso ser um especialista. O bom senso diz-nos que isto poderá ser verdade.

Acontece que quase simultaneamente o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, ouvido no âmbito da Comissão Parlamentar de Economia, disse o seguinte: “Do ponto de vista científico não se justifica a necessidade de paragem por questões de sustentabilidade e a época de desova não é muito relevante quando a população da espécie já é boa.” Primeira dúvida que se me coloca.

Afinal, pesca-se na época da desova ou não se pesca na época da desova?

Se o stock é bom e, portanto, é possível pescar na época da desova, não poderá isso querer dizer que mais cedo do que tarde a fartura vai dar lugar à escassez?

É uma dúvida.

Outra dúvida: relativamente ao stock do goraz.

A União Europeia impôs-nos, à Região Autónoma dos Açores, quotas e fê-lo com base em estudos científicos, elaborados por organismos internacionais que levaram a esta decisão administrativa, digamos assim.

Simultaneamente nós ouvimos armadores açorianos na comunicação social a dizerem que estas quotas não têm sentido, porque não há falta de goraz no mar dos Açores.

Mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, em que é que ficamos: há goraz ou não há goraz?

São necessárias quotas ou não são necessárias quotas, porque não falta goraz no nosso mar?

Cada cabeça, cada sentença.

Obviamente podem as Sras. e os Srs. Deputados dizer: “Mas essa opinião dos armadores é empírica?”

Poderá ser empírica, mas é feita da experiência de quem tem a mão na massa e quando mete a mão não encontra nada ou encontra muito pouco.

Outra dúvida, tendo os Açores reconhecida capacidade científica nesta área, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aonde?

A Oradora: ... na área das pescas, eu e o Bloco de Esquerda não conseguimos perceber como é que essa capacidade não é acionada de uma vez por todas para demonstrar à comunidade europeia que os constrangimentos que nos impõem administrativamente, nomeadamente as quotas do goraz, são abusivas, porque não há escassez de goraz no nosso mar.

Por outro lado, também não deixa de ser estranho para o Bloco de Esquerda que a Comissão Parlamentar de Economia tenha solicitado (e obviamente bem) pareceres a várias entidades, tendo sido uma delas o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores que sobre esta matéria e esta área tem um conhecimento e um saber acumulado inegável, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Terá?

A Oradora: ... nacional e internacionalmente, não tenha aproveitado esta oportunidade para dar um parecer, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não precisa!

A Oradora: ... para dizer de sua justiça qual é a sua análise do estado da arte, que é como quem diz do estado dos nossos recursos piscícolas, no nosso mar, na Região Autónoma dos Açores.

Não! O DOP, pura e simplesmente, não enviou parecer nenhum. **Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Porque seria?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Perdeu o especialista!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Suscita-me também uma perplexidade neste caso.

Mais! Outra confusão.

Continuamos a misturar armadores com pescadores nesta Região, independentemente da dimensão empresarial que eles tenham e esta confusão só tem servido uma das partes, tem servido os armadores, mas nunca tem servido os pescadores. Os pescadores, não é os armadores!

Neste processo de confusão não posso deixar de chamar a atenção para o seguinte.

O Sr. Presidente da Federação das Pescas (reparem bem, Sras. e Srs. Deputados) de acordo com o relatório da Comissão de Economia acusa os pescadores da Região Autónoma dos Açores de fuga ao fisco.

Quais Messis! Quais Ronaldos! Quais Mourinhos!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem fez isso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual José Sócrates!

A Oradora: Para não ir muito mais atrás. Fuga ao fisco!

O Sr. Secretário Regional da Ciência e Tecnologia fala no mesmo relatório em fuga ao fisco não por parte dos pescadores, mas por parte dos armadores. Ou seja, vamos tirar daqui uma conclusão.

Os 36% de fuga ao fisco que são estimados oficialmente existirem na Região Autónoma dos Açores têm como grandes responsáveis, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores que ganham ou o salário mínimo regional, ou bastante menos do que isso.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é demagogia! Isso é para lá de demagogia!

A Oradora: Outra perplexidade!

Relativamente ...

Isto é o relatório!

Oh, Sr. Deputado, se não leu o relatório, eu li-o. Está aqui muito bem lido e sublinhado e aquilo que estou a dizer está lá.

Continuando.

Há uma pergunta que se impõe neste momento: é perguntar ao Governo Regional (e fá-lo-emos oportunamente) ... É uma figura de retórica, Sra. Presidente, não estou a perguntar.

Perguntaremos em breve ao Governo Regional o que é que fez, que medida é que tomou tendo conhecimento desta fuga, logo desta ilegalidade praticada na Região Autónoma dos Açores, o que é que fez no sentido de lhe dar o tratamento legal que ela suscita.

Mais!

Está nervoso, Sr. Deputado?

Deputado André Bradford (PS): As pessoas que ganham o ordenado mínimo não pagam IRS!

A Oradora: Mas isso é uma questão que o Sr. Presidente da Federação e o Sr. Secretário Regional hão de explicar.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

A Oradora: Se eu puder continuar ...

Neste momento não, mas vai poder.

Eu ainda não acabei.

Vê como o Sr. Secretário ...

Presidente: Sra. Deputada, pode e deve continuar, porque o seu tempo está a acabar, Sra. Deputada.

A Oradora: Sra. Presidente, eu acredito que esteja a acabar, mas ...

Presidente: O seu tempo está a acabar, mas naturalmente iremos dar o desconto adequado, mas peço-lhe que continue.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora já dá desconto à Sra. Deputada?!

A Oradora: Muito obrigada.

Continuando.

Uma amostra organizada pelos representantes dos pescadores (estamos a falar de uma amostra com cerca de 50 pescadores) apresenta uma média de remuneração dos pescadores de cerca de 200€ mensais.

O Governo Regional diz também no relatório que este estudo não tem credibilidade, mas o mesmo Governo Regional, através da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, assume também em Comissão que a sua Secretaria está a fazer um levantamento, um estudo e que já tem uma pequena (é a palavra usada) amostra que prova que os pescadores do chicharro, não são os armadores, ganham pelo menos o salário mínimo regional.

Tem que se perguntar afinal quem é que ganha o salário mínimo regional e afinal se as amostras valem mais uma do que outra, porque na realidade chegam a conclusões bem diferentes.

Por último, é assumido pelo Governo Regional (e bem do nosso ponto de vista!) que os contratos de trabalho na pesca não só seriam bons para os pescadores, como trariam maior transparência a este setor.

Estamos absolutamente de acordo, mas mais uma vez impõe-se uma pergunta: porque é que estes contratos de trabalho ainda não estão a ser aplicados na Região quando a lei já existe há anos, a lei que obriga à sua existência?

É outra pergunta.

Finalmente (e vou terminar, Sra. Presidente), o Bloco de Esquerda não impedir o Governo Regional, nomeadamente o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia de explicar e fundamentar as razões que lhe assistem nesta matéria, pelo que assumimos agora e aqui que no próximo plenário iremos

suscitar um debate de urgência sobre o setor das pescas, sobre os seus constrangimentos, sobre os seus problemas ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem! Vamos a isso!

A Oradora: ... e dar oportunidade ao Governo Regional, nomeadamente ao Sr. Secretário, de tirar dúvidas, porque elas existem e esclarecer equívocos, porque eles também existem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais o Grupo Parlamentar do CDS-PP pretende saudar os peticionários, em particular os representantes das entidades subscritoras desta petição, a organização de Porto de Abrigo e Sindicato Livre dos Pescadores, no exercício do seu direito consagrado no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores demonstrando com esta iniciativa preocupações com o setor que apesar de não serem novidade continuam, infelizmente, atuais.

Não nos podemos esquecer que em março do ano passado foi aprovado nesta Casa por unanimidade o Projeto de Resolução “Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca”, uma vez que se estava e passo a citar “perante um problema económico, social e ambiental de grande dimensão e profundidade que afeta o setor das pescas, cuja solução é complexa, mas que importa reconhecer e agir com urgência.”

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: No entanto, apesar da realidade das várias ilhas ser diferente a apresentação desta petição revela que o Governo Regional e as suas instituições falharam e é preciso que perante este assunto sensível e grave se deem respostas

a estes pescadores que atravessam uma situação difícil e que em muitos deles, apesar de exercerem esta atividade há muitos anos, continuam a obter rendimentos diminutos desta atividade que se quer que seja sustentável, competitiva e rentável.

É necessário que todos os pescadores tenham um rendimento justo e não é por a realidade (e esta ser a realidade de algumas ilhas) que se deve desvalorizar as dificuldades pelas quais alguns pescadores estão a atravessar neste momento.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saúdo os peticionários e os primeiros subscritores da petição, nomeadamente o Sr. João Carlos Bagnari de Castro, Presidente da Direção da Cooperativa Porto de Abrigo, e o Sr. Luís Carlos Brum, Presidente da Direção do Sindicato Livre dos Pescadores, assim como todos os pescadores açorianos e todos os intervenientes na fileira da pesca.

Falar nas pescas e no setor pesqueiro é enaltecer e reconhecer a sua importância na economia açoriana. É um tributo aos homens do mar, esta nobre e dura atividade, imprevisível e de grande conhecimento empírico, associado à tecnologia, à dedicação, ao sacrifício, à paixão e fé.

Não escondemos que existem, já existiram e irão sempre existir dificuldades neste sector, que dependem das questões ambientais que favorecem ou não períodos de maior ou menor abundância no caso das espécies pelágicas e da exploração sustentada dos recursos piscícolas.

A presente petição surge, segundo os primeiros subscritores, devido ao atual estado do setor das pescas na Região Autónoma dos Açores marcado por uma

forte crise devido à escassez dos recursos piscícolas. Entendem ser necessário realizar uma paragem que seja biológica ou não, mas devidamente financiada visando a sustentabilidade dos recursos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre defendeu e defende que a paragem do goraz, ou outras espécies, por período de defeso e/ou por paragem biológica, não se aplica, neste momento, nem em momentos anteriores, no sector pesqueiro Açoriano por três fatores.

Primeiro: o período de defeso em 2016 visou uma medida inteligente de gestão de quota e porque as medidas adotadas assim o compravam as 11 associações representativas da Federação das Pescas são contra a paragem;

Segundo fator: porque as embarcações da Região pela especificidade de licenciamento, porque utilizam mais como arte de pesca e quer pela diversidade das espécies capturadas não capturam somente goraz;

Terceiro fator: e porque caso fosse possível e necessário do ponto de vista biológico a paragem obrigaria a uma estagnação total da frota açoriana, ou cerca de 90% da frota, com implicações que se alastrariam em toda a fileira da pesca, podendo mesmo levar à falência de inúmeras empresas no setor.

Nesta matéria de paragem para o período de defeso ou por paragem biológica defendida pelos peticionários e também pelo PSD/Açores é necessário lembrar aos nossos pescadores e armadores o que foi feito relativo à sustentabilidade dos nossos recursos endógenos.

Após um esforço enorme que os nossos pescadores e armadores, associações e o Governo Regional têm feito na preservação dos recursos piscícolas, nomeadamente com a criação de áreas de reserva de pesca condicionando esta atividade, na desistência à ilha da costa na utilização da arte do palangre de fundo, ao nível dos tamanhos mínimos do pescado, nomeadamente com o tamanho mínimo do goraz e o aumento do tamanho do anzol.

Tais medidas adotadas tiveram por objetivo a sustentabilidade das espécies, aliás, como foi conseguido em novembro último em Bruxelas quando a quota do goraz estava em risco para o biénio de 2017/2018 e manteve-se as 507 toneladas fruto dessas medidas adotadas em parcerias com os pescadores, com as associações do trabalho realizado pelas comunidades científicas e pelo Governo dos Açores.

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Como poderíamos reivindicar à comunidade europeia uma paragem biológica, compensações financeiras aos nossos pescadores e armadores quando estamos a exigir e a comprovar que não existem problemas de sustentabilidade com esta espécie, aliás, como provado pela comunidade científica?

Seria passar um atestado de irresponsabilidade e incompetência aos nossos pescadores, armadores, a Associação de Pescas, à comunidade científica e ao Governo dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ao Governo!

O Orador: A consequência desta paragem de pesca, caso fosse precisa e necessária, seria nefasta para a economia Açoriana, dado a procura existente pelo nosso peixe, ao circuito comercial conquistado e consolidado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como pode o maior partido da oposição e os seus responsáveis continuar a alimentar falsas expetativas aos nossos pescadores sobre paragem biológica?

Meus senhores, sejamos realistas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sejamos, sejamos!

O Orador: Os pescadores Açorianos não querem parar de pescar, como os senhores pretendem. Os pescadores açorianos entendem e muito bem que sejam

criados mecanismos de sustentabilidade dos seus rendimentos e é nessa matéria que todos nós aqui devemos encontrar as melhores soluções ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já viu o *Diário Insular* hoje?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é nesse sentido que o Governo dos Açores trabalha diariamente.

Questiono: qual a espécie que está em colapso?

Tem sido feito pelos pescadores açorianos um trabalho consistente e evolutivo, desde os métodos de pesca ao manuseamento da estiva e a conservação de pescado potenciando este produto pela excelência da sua qualidade no mercado consolidado não só pela qualidade do peixe, pelas infraestruturas que o Governo dos Açores colocou aos dispor dos armadores, mas também pelo trabalho notável realizado na área de comercialização e pelas nossas empresas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esta forma de responder aos peticionários... !

O Orador: Todos os intervenientes do sector pesqueiro, têm obrigações, quando surgem dificuldades de capturas, quando há mais escassez de peixe não podem ser os pescadores a ficarem mais penalizados.

A distribuição dos rendimentos deve ser mais equitativa, não pode ser o pescador o que menos recebe dos proveitos totais da primeira venda até ao consumidor final.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que isto tem a ver com a petição?

O Orador: A fileira da pesca deve ser analisada pelo seu conjunto. Todos são imprescindíveis e devem contribuir para o sucesso de todos nesta atividade de extrema importância para a economia açorina.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Já lhe respondo.

Esta discussão sobre a paragem biológica da pesca e nomeadamente do goraz deixou de fazer qualquer sentido atendendo ao novo modelo de gestão trimestral da quota e às medidas adotadas no tamanho mínimo desta espécie, comprovando-se como é que é possível obter mais rendimento com uma melhor gestão pesqueira.

O total do goraz capturado de 1 de janeiro a 16 de junho de 2016 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é para comer sushi! No debate de urgência, vai comer sushi!

O Orador: ... foi de 278, 8 toneladas, correspondeu a 2,6 milhões de euros.

(Apartes inaudíveis dos Deputados)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: No mesmo período homólogo do corrente ano com menos 24% de captura (209, 8 toneladas) correspondeu a um valor superior em que o valor médio por quilo em lota teve um aumento de 27% em mais 2, 61€ comparativamente com 2016.

Das medidas já implantadas expressas no documento “Melhor pesca, mais rendimento” constata-se que é possível pescar o mesmo ou menos e vender melhor.

Se reportarmos-nos ao período de 1 de janeiro a 16 de junho de 2016 constatamos que foram capturados nos Açores um total ...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Sra. Deputada, deixe-me acabar, se faz favor.

... de 2,2 mil toneladas que correspondeu a 10,3 milhões de euros e com um preço médio por quilo de 4,62€.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está tudo bem na pesca!

O Orador: No mesmo período homologado de 2017 as capturas registadas foram de 1,8 toneladas e corresponderam a 10,4 milhões e a média de valor por quilo 5,66€. Com menos 17,9% de capturas registadas obteve-se um rendimento superior e isso é que interessa.

É esse o espírito de trabalhar sempre em parceria com o setor piscatório, defendendo os nossos pescadores e armadores e proporcionando condições para uma pesca sustentável que traga mais rendimento para toda a fileira da pesca.

O Governo dos Açores esteve atento a este problema das escassez dos pequenos pelágicos, nomeadamente do chicharro e da cavala, nos primeiros meses do ano alterando a portaria de cerco, permitindo mais dias de operações de pesca.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É necessário entender qual o impacto da fuga à lota em especial nesta espécie piscícola e a obtenção de rendimento adicional não formal.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Fuga à lota?! Que é isso?

O Orador: Também pelos mesmos motivos é necessário perceber qual o impacto da pesca lúdica na sustentabilidade dos recursos.

O Governo dos Açores ao longo dos anos tem atribuído ao setor uma série de apoios que visam diminuir os custos à produção, as melhorias das condições a bordo das embarcações, aos seguros dos tripulantes e a outros apoios dirigidos que visam dignificar a classe piscatória.

A gestão pesqueira tem de ser alicerçada no conhecimento científico e hoje em dia a defesa das pescas dos Açores só pode ser feita com argumentos científicos fortes e válidos, como aconteceu com a aceitação por parte da Comissão em 2016 da proposta regional da manutenção da quota do goraz.

É nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo dos Açores continuarão a trabalhar pela dignificação da classe piscatória, pelo setor pesqueiro e acima de tudo pela sustentabilidade dos recursos endógenos dos nossos mares.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, o PSD quer saudar os peticionários por esta iniciativa pois é de louvar a coragem e a determinação em lutar pela melhoria de vida daqueles que vivem do setor da pesca o que demonstra a preocupação evidente nestes momentos difíceis que este setor atravessa.

As cerca de 400 assinaturas desta petição têm de ser encaradas como algo que está mal no setor.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não! Está tudo bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Está tudo bem no setor!

O Orador: O conteúdo da petição é clara: faltam medidas para aumentar o rendimento dos pescadores.

Fica claro que muitos deles não conseguem atingir sequer o valor do ordenado mínimo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é o que o Sr. Secretário diz!

O Orador: Não podemos aceitar esta realidade. É completamente inaceitável e inadmissível que existam pescadores a auferir menos do que o ordenado mínimo regional, ou até menos de 150€ mensais em alguns meses como foi comprovado na última semana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No entanto, meus senhores e minhas senhoras, o Governo responde afirmando que os pescadores se socorrem do Rendimento Social de Inserção para colmatar os baixos rendimentos derivados da pesca.

Afinal já existem baixos rendimentos!

Ora, o que os pescadores querem e ambicionam é trabalhar e serem justamente compensados financeiramente, permitindo-os viver sem ter que depender do Rendimento Social de Inserção.

O que os pescadores ambicionam é depois de um dia no mar, ou noite, levando frio, chuva e vento, a regressarem com rendimento que seja justo e digno e não querem continuar a depender do Rendimento Social de Inserção para sobreviverem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mais! O recurso ao Rendimento Social de Inserção só demonstra o falhanço das políticas do Governo para o setor, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... bem como retrata o estado crítico em que o setor se encontra.

É certo que a responsabilidade desta situação não pode ser atribuída apenas e só ao Governo, pois existem outros fatores. No entanto, é da responsabilidade do Governo Regional, em primeiro lugar, reconhecer que o problema existe e, em segundo lugar, cabe ao Governo procurar responder ao problema criando medidas para resolver ou atenuar a situação.

Ora, estas preocupações dos peticionários têm que nos preocupar a todos, porque sem peixe não há pesca e sem pesca não há rendimento para os seus pescadores e familiares.

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sr. Deputado, vá apanhar minhoca! Acredite que o meu conselho é sincero!

O Orador: Assim, o PSD defende e chama a atenção para a importância de precaver o futuro e esta proteção faz-se tendo a atenção da sustentabilidade das pescas, pois não podemos hipotecar o futuro de algumas espécies como defendeu no passado o cientista Gui Meneses em declarações à *Lusa* a 3 de fevereiro de 2016 e passo a citar: “Eu acho que já estamos a atingir níveis preocupantes em algumas espécies como o goraz, congro e boca negra ...”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que disse?

O Orador: ... que são talvez as mais críticas. Ainda não atingimos situações que não tenham retorno, mas estas têm que ser revertidas de alguma forma.”

Deputado André Bradford (PS): Qual é a data disso?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Procura no site!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É do conhecimento generalizado que existem várias realidades na pesca e que é nas ilhas Terceira e especialmente em São Miguel que o setor apresenta números mais preocupantes em termos de sustentabilidade de algumas espécies e conseqüentemente a nível de rendimentos mais baixos.

Contudo, não entendemos algumas tomadas de posição que desvalorizam esta preocupação, quando alguns agentes vêm a público afirmar que “Atenção! Esta realidade acontece apenas em duas ilhas ou até mesmo numa ilha”.

Ora, mesmo que isso fosse verdade é preciso não esquecer e questionar qual o peso que estas duas ilhas representam para o setor, quantas pessoas estão empregadas no setor e que mesmo se tratasse da ilha mais pequena é obrigação de um Governo Regional zelar pelo bem estar e interesse de todos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Deste modo, representando essas ilhas mais de 60% das embarcações e mais de 60% dos empregados da pesca, a situação que se vive nas pescas tem que merecer muita preocupação por parte dos governantes e de todos os partidos políticos e aqui faço a ressalva de **todos os partidos políticos**, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque o que está em causa são pessoas.

A ideia muitas vezes transmitida pelo Governo e o partido que o suporta é de que o que está mal não tem muita relevância, pois existem aqueles que estão bem e como não é um setor no seu todo tenta-se relativizar a importância atribuída não criando medidas concretas e profundas para tentar alterar o estado de coisas.

O que precisamos é de assegurar os rendimentos dos pescadores para que deixe de haver famílias a viverem com menos de 150€ por mês.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a maior cidade dos Açores? A desgraça maior também está lá!

O Orador: Deste modo a posição do PSD foi e sempre será se houver necessidade da paragem que esta seja com compensação ou através do FEAM como as instituições europeias confirmaram que era possível, ou através do próprio orçamento da Região.

Deputado José Ávila (PS): Isso não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O PSD contesta a ideia de que estas paragens possam contribuir para mostrar a Bruxelas que temos um problema com os nossos stocks piscícolas como se as instituições europeias não tivessem conhecimento da

realidade dos stocks e que este organismo toma decisões em função de dados científicos, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... como o próprio Secretário Regional das Pescas, quando era investigador, não tivesse já estudado os problemas de desequilíbrio ecológico das espécies.

Aliás, o investimento na sustentabilidade dos recursos é o investimento central nas pescas, pois muitos outros investimentos deixarão de fazer sentido se não existirem os recursos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As más políticas do Governo socialista com as suas medidas estão a levar o barco da pesca ao fundo em que de 2010 a 2016 a pesca açoriana descarregou menos de 12 mil toneladas e perdeu em valor em euros mais de 13 milhões, à volta de 14 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouçam isto!

Deputado José Ávila (PS): Por que é que escolheu 2010?

O Orador: Os pescadores estão cada vez mais submersos em dificuldades enquanto o Governo apenas se quer manter à tona para salvar a sua imagem política.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos com a apresentação desta Petição e saudamos os seus peticionários. Consideramos que a pesca continua a ser um sector determinante para o desenvolvimento dos Açores. E efetivamente concordamos que a situação económica e social de diversas comunidades piscatórias da nossa Região é extremamente grave e que tal facto impõe a urgente tomada de medidas que venham combater estas situações de perda de rendimento, empobrecimento e dificuldades acrescidas dos pescadores açorianos e das suas famílias.

Não é possível continuar a ignorar a realidade e a adiar a implementação de respostas específicas e orientadas para fazer face a esta gravosa situação social. Por parte do Governo Regional temos assistido ao contínuo adiar da elaboração de uma estratégia de intervenção, que em primeira instância deveria apresentar um quadro real da situação abarcando as vertentes históricas e culturais. É imperiosa uma estratégia fundamentada em estudos de sustentabilidade, quer no que concerne à capacidade dos nossos recursos piscícolas, quer no que diz diretamente respeito aos investimentos necessários para garantir a modernização e reforço da capacidade das frotas.

É preciso equacionar a elaboração de um conjunto de estudos sobre os recursos piscícolas, estudos esses que não estão a ser devidamente efetuados. É necessário planear um conjunto de investimentos visando a remodelação e modernização das nossas frotas, de forma a dotar as mesmas de embarcações com capacidade para atingir ou desenvolver a atividade piscatória em zonas próximas das 200 milhas, por forma a chegar aos recursos piscatórios mais longínquos. O direcionamento de investimentos deve ser executado no sentido da aposta na valorização e formação dos profissionais da pesca, daí devendo resultar proveitos sociais e económicos que, certamente, contribuiriam para a melhoria das condições de vida das comunidades piscatórias e como gerador de novas dinâmicas económicas.

Perante este cenário de gravidade económica e social em diversas comunidades piscatórias dos Açores assoladas pela perda de rendimento, interessa conhecer quais as reais intenções e objetivos do Governo Regional nesta matéria tão sensível. Interessa particularmente saber que dados concretos dispõe o Governo Regional sobre a realidade desta situação, que tipo de análise efetua dos mesmos e que tipo de apoios sociais e outros apoios pretende disponibilizar ou estão em consideração. A par destas questões, é imprescindível conhecer que tipo de planificação e calendarização dos investimentos necessários tem o Governo Regional em mente para responder a estas prementes necessidades sociais. São questões fundamentais para as quais exigimos respostas concretas e iniciativas claramente definidas.

As soluções para os problemas desta natureza não passam pela tomada de medidas avulsas, desligadas entre si, desordenadas. Passa, isso sim, pela implementação de uma estratégia global para o sector das pescas na sua totalidade, que, num primeiro momento seja capaz de identificar as principais causas da contínua perda de rendimentos e a partir desse diagnóstico definir um conjunto alargado de medidas concretas e investimentos que permitam valorizar não só os profissionais da pesca, como reforçar e adaptar a capacidade de intervenção das frotas. Algo que o Governo Regional, por incapacidade ou por menor competência própria, não tem sido capaz de desenvolver, contribuindo assim de uma forma muito negativa e negligente para potenciar situações de pobreza e exclusão social, o que não podemos deixar de lamentar profundamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Por fim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero felicitar os subscritores desta exposição e desta petição no sentido que compreendo bem a situação que estão a viver e esta petição revela uma descrença também nas autoridades, na ação das autoridades governativas.

No fundo, estes pescadores estão naquela situação que é descrita na bíblia em relação ao milagre do lago Genesaré na Galileia em que como sabem também existia falta de peixe. Só que naquelas circunstâncias bíblicas o profeta mandou lançar as redes e o peixe apareceu.

O que acontece aqui com estes pescadores é que os profetas desta nossa terra mandaram lançar as redes por diversas vezes e o peixe não apareceu.

Por isso, evidentemente quando os profetas falham reiteradamente deixa de existir fé na eficácia desses profetas ou na capacidade que esses profetas têm de resolver o problema e é essa incapacidade e essa falta de fé na ação governativa que levou estes peticionários a elaborar e a expor ao Parlamento um conjunto de medidas, um conjunto de medidas que curiosamente quase todas elas se podem inscrever também naquilo que já foi definido por este Parlamento (nas medidas que já foram definidas por este Parlamento) em anteriores legislaturas. Se olharmos para o trabalho que foi realizado no Parlamento, que foi realizado de uma forma racional e estruturada, depois o Governo (a quem foi remetido o documento) não as aplicou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Portanto, há muito tempo que identificámos os problemas e há muito tempo que também identificámos as soluções.

O que é que falta?

O que falta é que o Governo tenha a capacidade, a coragem política, a capacidade reformista de aplicar as medidas que há muito estão definidas, que há muito já foram descritas, inclusivamente por diversas forças políticas que produziram esse documento que aqui foi votado de forma consensual.

Portanto, esta petição corresponde àquela que é a perceção, em grande parte, na quase totalidade, à perceção que nós temos, que este Parlamento também já fez em relação ao problema.

O que é que continua a faltar?

O que continua a faltar é a capacidade, a coragem política por parte do Governo para aplicar estas medidas.

Deixem-me dizer-vos o seguinte: (e quero terminar também com o milagre da Galileia, fazendo uma nova referência) qual é o grande problema?

É o mesmo, é a segunda parte do milagre.

Terminando: os senhores transformaram-se em pescadores de homens como Jesus Cristo disse a Simão que se deveria transformar em pescador de homens.

Os senhores transformaram-se em pescadores de homens.

Em relação ao peixe, essa primeira parte, os senhores não resolveram, porque é incompatível: ou são pescadores, ou conseguem de facto implementar medidas para que o setor possa florescer e se possa pescar; ou são pescadores de homens.

Os senhores são pescadores de homens.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto cinco da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 19/XI – “Eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Ilha de S. Jorge tem mais de sete dezenas de fajãs que constituem um património natural, paisagístico e cultural único no contexto da Região.

Este património confere um enorme potencial de projeção no exterior e, se bem potencializado, é, garantidamente, gerador de riqueza.

As fajãs são, indubitavelmente, um dos elementos incontornáveis da promoção turística da Região, enquanto destino Natureza.

O ex-libris das fajãs, por ser reconhecidamente um dos locais mais belos e carismáticos dos Açores, é a Fajã da Caldeira de Santo Cristo.

A Caldeira de Santo Cristo foi uma das primeiras Áreas Protegidas a serem constituídas na Região, sendo, titular de várias classificações, como Reserva da Biosfera da UNESCO, Zona RAMSAR e Rede Natura 2000.

Atendendo à importância da preservação deste património é, irremediavelmente, necessário implementar uma estratégia global com objetivos e linhas de ação concertadas, preservando o ambiente, a cultura e as tradições da Fajã da Caldeira de Santo Cristo e garantindo, assim e de modo sustentável, a qualidade de vida neste local.

Sem dúvida que o desenvolvimento da “Caldeira” só pode ser alcançado no âmbito de um Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs, pois, este património não pode servir apenas como cartão de visita da Região e da Ilha de São Jorge ou apenas como galardão ambiental.

É preciso desenvolver uma estratégia integrada para aquele local que vá desde a preservação da lagoa e das suas únicas e ímpares ameijoas, pois a verdade é que a máquina que realiza os trabalhos de manutenção na zona do passo/alpeirão está inoperacional, degradada, sendo, neste momento, uma sucata enferrujada que os turistas podem apreciar quando visitam a gruta daquela fajã...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Aliás, importa também tomar medidas de preservação da singularidade da Fajã de Santo Cristo, mantendo-a como destino único e paradisíaco, facto que, atualmente, já nem sempre é assim, porque, por vezes, já

não é o barulho do mar que nos embala... é o ruído dos passeios das motas, muitas vezes em passeios de domingo naquele local.

Não deviam estar as motos restringidas apenas para o transporte de pessoas e materiais?

Dado o aumento de turistas que visitam e pernoitam naquela fajã, já se identificou qual o esforço ambiental que se verifica naquele local?

Qual o impacte ambiental a que está sujeito aquele ecossistema, quer terrestre, marinho ou lagunar?

Qual a capacidade de carga da Fajã?

É urgente uma avaliação, uma intervenção e uma estratégia concertada, integrada e eficaz para aquele local de grande singularidade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Há muitos anos que se prometem investimentos públicos para a Fajã de Santo Cristo, nomeadamente ao nível da eletrificação da Fajã, recorrendo-se à utilização de fontes de energia renováveis e alternativas.

Porém, até ao momento, nunca se procedeu à eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, o que obriga à manutenção, praticamente, em cada habitação de um gerador individual, promotor da proliferação de ruídos e consumos de combustível que em nada abona a favor da qualidade ambiental daquele local.

O que se pretende não é descaraterizar aquele lugar único, é sim, que as habitações tenham acesso à luz elétrica de uma forma sustentável e integrada...

Uma noite na “Caldeira” é, e terá de continuar a ser, caracterizada pelos passeios de lanterna, naquela escuridão intimista e relaxante.

Os sucessivos Governos Regionais do Partido Socialista têm vindo a assumir, já desde há longo tempo, o compromisso político de proceder aos investimentos necessários conducentes à eletrificação da Fajã, estando, aliás, tal compromisso vertido em Comunicados do Conselho do Governo (por exemplo, os de 2009 e 2013, após visitas estatutárias à Ilha de São Jorge) ou mesmo inscritas verbas

em vários Planos Anuais Regionais (pelo menos nas últimas duas legislaturas), inclusive no Orçamento do ano transato (2016).

Ademais, tal compromisso foi também assumido por declarações do anterior Diretor Regional da Energia, Dr. Rosa Nunes, quando apontou, primeiro, que a eletrificação da Fajã estaria concluída em agosto de 2015, e, posteriormente, tendo tornado público que, afinal, o prazo estabelecido para o seu cumprimento seria “até ao final do ano de 2016”.

Registe-se, a propósito, que já existe (ou existia) o entendimento de que tal investimento deve ser concretizado com o recurso a energias renováveis, nomeadamente à utilização de recursos hídricos (aproveitando-se o fluxo de uma ribeira que termina o seu curso na Fajã), salvaguardando-se, desta forma, o ambiente e indo de encontro às diversas classificações de cariz ambiental já referenciadas.

Ao longo do trabalho da comissão para analisar esta iniciativa do CDS-PP percebeu-se, pelas declarações da Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, que existem várias hipóteses em cima da mesa e que a intenção do Governo agora é debater tais hipóteses com os intervenientes locais.

Porém, importa lembrar as declarações do Presidente do Município da Calheta: “já foram feitos estudos suficientes”.

O CDS, concorda!

É hora de dar finalmente o próximo passo e eletrificar aquela fajã.

É isso que os Jorgenses esperam e que já lhes custa a acreditar que venha a acontecer...

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove a seguinte Resolução de que o Governo Regional dos Açores execute, com a maior urgência:

A empreitada de eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, na ilha de São Jorge, dando cumprimento às promessas de investimento público que se têm vindo a perpetuar no tempo e concretizando uma antiga aspiração e necessidade da população que habita ou procura aquele lugar único nos Açores. Talvez aqui faça falta recordar a lei de Lavoisier: “Na Natureza, nada se cria e nada se perde... tudo se transforma”!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é chamada a lei de Lavoisier!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Exma. Sra. Presidente, Caros Deputados, Caros Membros do Governo:

Compromisso. Efetivamente a eletrificação da Caldeira de Santo Cristo é uma ambição da sua população e corresponde em concreto a um cumprimento de uma proposta eleitoral das últimas eleições legislativas regionais em outubro passado.

A Caldeira de Santo Cristo localizada na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Calheta, ilha de São Jorge, foi desde 84 classificada como reserva natural. É uma das primeiras áreas protegidas da Região Autónoma dos Açores e é detentora de várias classificações: Reserva da Biosfera, da UNESCO, Zona RAMSAR, Rede Natura 2000, o que representa, não fosse por si só, mas também por isto, um património ímpar e de valia mundial para a Região.

Neste enquadramento a primeira preocupação a considerar para a eletrificação da zona que está aqui em questão, a Caldeira de Santo Cristo, tem de assentar em critérios rigorosos de salvaguarda daquele valioso património ambiental,

minimizando os impactos, quaisquer que sejam, ao nível da sensibilidade do património ambiental, mas também cultural.

Há várias possibilidades como tive oportunidade de explicar na Comissão de Economia para procedermos a este desiderato.

O primeiro inicialmente falado através de sistemas híbridos que envolvam fontes de energias renováveis acopladas a soluções de armazenamento. Trata-se de uma solução que, para além de se substanciar num sistema isolado, em termos de gestão de energia elétrica tem também impactos em termos paisagísticos e ambientais.

Foi também analisada a possibilidade de construção de uma mini-hídrica com a utilização da água proveniente da junção de três ribeiras de pequeno caudal.

Esta solução tem o mesmo problema em termos de escalabilidade que a primeira hipótese, pois não permite com o aumento de maior necessidade de energia aumentar a produção e também tem a questão do sistema isolado, portanto, uma dificuldade de gestão acrescida.

Há uma terceira solução que neste momento está em cima da mesa que passa pelo abastecimento de energia elétrica à Fajã através da concessionária regional. Esta solução é efetivamente de todas a mais viável do ponto de vista técnico e também financeiro, para além da questão também de impacto ambiental.

Optando-se por esta terceira opção procederemos à instalação de energias renováveis, de fontes renováveis na ilha à medida que vamos fazendo este caminho de substituição de energias com origem em combustíveis fósseis por renováveis e, portanto, a longo prazo, tal como toda a Região, São Jorge beneficiará também deste aumento, deste incremento de energias renováveis.

O que está a ser analisado fruto deste trabalho que tem vindo a ser feito com a EDA, a Direção Regional de Energia, a Direção Regional do Ambiente é precisamente esta terceira hipótese.

Temos hoje e desde ontem técnicos da EDA na Caldeira a analisar os vários percursos possíveis para esta hipótese e temos agendada também para o início do mês de julho uma reunião no local com os técnicos da EDA, com a Direção Regional do Ambiente, a Direção Regional de Energia, a Câmara Municipal, de modo a que, já com as propostas que a EDA nos vai trazer daquele levantamento que está a ser feito, possamos decidir qual o melhor percurso, o que fará mais sentido, para corresponder àquilo que se pretende, que é efetiva e finalmente a eletrificação da Caldeira do Santo Cristo.

Relativamente à questão da sensibilidade desta área e da importância que ela tem e daquilo que foi referido sobre algumas questões de ordenamento, também é importante termos presente que está em decurso ao longo deste ano o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais um!

O Orador: ... e que nos vai ajudar a responder às tão frequentes perguntas: que carga é que nós conseguimos comportar, em que zonas e para que atividades. É essencial na fase em que nos encontramos.

Foi deliberado no Conselho de Governo da semana passada o início dos planos de ação dos Parques Naturais de Ilha e também os Planos de Ação das Reservas da Biosfera.

Em concreto e correspondendo àquilo que foi aprovado nesta Assembleia na discussão do Plano deste ano está aqui contemplado o Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs.

Portanto, com esses instrumentos consideramos que teremos condições para responder às preocupações e de facto àquilo que é merecido e é importante termos para as fajãs de São Jorge.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Pedroso tem agora a palavra.

Deputado António Pedroso (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD entende que a eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo se reveste de vital importância para os jorgenses e para os Açores enquanto Região com reconhecida vocação como destino de natureza. Não haja dúvida, se os Açores, enquanto destino, se querem promovidos como um todo, a Caldeira de Santo Cristo, ex-libris natural impar, tem um papel inequívoco e crucial nessa promoção.

Muitas têm sido as promessas deste Governo durante as últimas décadas para a eletrificação desta fajã, que infelizmente não passaram disso mesmo. Promessas. Meros atos de ilusionismo eleitoral puro, que depois passam ao esquecimento, para quatro anos mais tarde voltarem a ser lembrados.

Queremos acreditar que este Projeto de Resolução dará algum contributo para o acelerar deste processo que tanta falta faz aos jorgenses, em especial àqueles que têm habitações e negócios na Caldeira de Santo Cristo.

Os jorgenses já devem estar a rezar piedosamente ao Senhor Santo Cristo da Caldeira para que ele cubra a Senhora Secretária com o seu precioso manto e ela consiga, finalmente, dar à luz, (em sentido figurado) pelo menos uma lâmpada para cada casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Considerando o facto de esta fajã ser uma área protegida desde 1984, e detentora de várias classificações a nível internacional, é muito importante que exista uma grande atenção e sensibilidade ao impacte ambiental

desta obra, de forma a conservar os seus recursos naturais que a tornam única, com especial destaque para o trilho pedestre Serra do Topo – Caldeira do Santo Cristo – Fajã dos Cubres, para os seus cursos de água e para a sua fauna e flora. Só assim se poderá garantir a singularidade do local, fator diferenciador que mantém a enorme atratividade da fajã. Sabemos bem que a maioria dos nossos visitantes procura uma natureza exuberante, quase pristina, ou seja, com o mínimo de intervenção humana, sendo por isso vital que o arraial de iluminação pública que infelizmente existe noutras fajãs da ilha de São Jorge, não seja reproduzido na Fajã da Caldeira de Santo Cristo.

Segundo declarações da Senhora Secretária na sua audição na Comissão de Economia, foram abandonados os projetos de construção de uma mini-hídrica, de instalação de aerogeradores, bem como de instalação de um sistema híbrido, com energias renováveis e armazenamento, por ser, aparentemente, pouco viável do ponto de vista técnico.

Reconhecemos, neste caso, a sensibilidade e sensatez da Senhora Secretária, em contraponto com as declarações do anterior Diretor Regional da Energia, que defendeu e apregou, sem qualquer suporte técnico, a instalação na Caldeira de uma megalómana eólica basculante.

Valha-nos Santo Cristo, pois uma geringonça metálica com essa dimensão a ser instalada num paraíso natural como é esta fajã, poderia ser um grande susto para os turistas que nos visitam e que certamente não vêm em busca de tecnologia energética de ponta, como aliás também não vêm em busca de foguetões e outras “grandiosidades” tecnológicas. Não temos nada contra a tecnologia de ponta, mas haja bom senso de avaliar os locais onde se pretendem instalar essas tecnologias e os seus impactes.

Apesar do senhor presidente da Câmara Municipal da Calheta, em audição, ter referido que numa reunião em 2015 entre o município e a Direção Regional da Energia tinha ficado um prazo estipulado de 14 meses para a conclusão da

eletrificação da Caldeira, passados dois anos ainda não há datas para o início da obra. Mais um eventual ato de ilusionismo puro!!!

Assim, uma das perguntas que gostaríamos de deixar à Senhora Secretária, é, exatamente, para quando se prevê o início e conclusão da obra e quais os custos previstos para a realização da mesma?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o número de fajãs (mais de 70) e a sua diversidade ao longo da orla costeira de São Jorge marcam a identidade e a singularidade da ilha de São Jorge, sendo estas um património valioso que nos chegou aos dias de hoje após a transformação humana que importa em algumas situações manter e preservar, em outras recuperar e reabilitar, de modo a que estas possam ainda chegar melhores às gerações futuras e que possam elas usufruir deste valioso património.

A Fajã da Caldeira de Santo Cristo é o expoente máximo deste valioso património, o ex-libris da ilha e uma imagem de marca do turismo de natureza, de experiência e de vivência que pretendemos para a nossa Região, sendo fundamental para o futuro de São garantir o equilíbrio e a sustentabilidade deste território conjugando com o necessário desenvolvimento económico da ilha, nomeadamente do setor do turismo, gerando riqueza e rendimento aos jorgenses.

Como já foi aqui referido o seu valor ecológico, paisagístico, socio e cultural e as suas peculiaridades ecológicas levou a que fosse Reserva Natural Parcial em 1984, Área Ecológica Especial em 89, Parque Natural de Ilha de São Jorge com uma área de paisagem protegida em 2011, Rede Natura 2000, Sítio RAMSAR e agora, recentemente, Reserva da Biosfera.

Por outro lado, também levou que o Governo Regional dos Açores aprovasse um plano de gestão para a Caldeira de Santo Cristo e dos Cubres em abril de 2010, onde se define linhas orientadoras e medidas propiciadoras a uma execução integradora de todos os planos e instrumentos com vigência sobre estas fajãs com o propósito de manutenção da qualidade ambiental, a preservação deste património e melhorar o rendimento aos jorgenses.

É essencialmente a partir deste momento e da elaboração deste plano que se começa a pensar como retirar os geradores individuais da Caldeira de Santo Cristo que utilizam combustíveis fosseis transportados individualmente por moto quatro ou de barco para a fajã, com uma inerente poluição sonora e os seus consequentes impactes ambientais.

A este facto de ser por gerador também não permite o correto licenciamento das habitações, dos alojamentos, dos restaurantes ou de outras atividades que possam ser ali implementadas.

Começa-se a abordar esse problema pensando essencialmente em duas soluções: uma solução com várias hipóteses de energias renováveis; ou uma solução de ligação à rede normal da EDA.

Na anterior legislatura o Partido Socialista não assumiu este compromisso como compromisso eleitoral em manifesto eleitoral, porque estávamos em final de quadro comunitário, com compromissos e fundos comprometidos e ainda existia uma grande indefinição sobre o futuro quadro comunitário que agora está em vigência.

Com a implementação deste novo quadro comunitário o Sr. Diretor Regional, Rosa Nunes, reuniu com os atores locais em 2015 comprometendo-se a estudar várias soluções, nomeadamente as renováveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 2015 era da outra legislatura!

O Orador: Antes de concluir todos estes estudos e as várias possibilidades de voltar a apresentá-los no local com os parceiros locais, iniciou-se um novo processo eleitoral, passando este processo para o novo Governo Regional onde o Partido Socialista em 2016 coloca no seu manifesto eleitoral este compromisso e assumindo-o para com os jorgenses.

A posição do Governo Regional foi transmitida em Comissão. A Sra. Secretária também acabou de referir aqui.

A Direção Regional voltou a pegar no processo, voltou a colocar em cima da mesa várias hipóteses e no mês de julho irá a São Jorge voltar a discutir com os parceiros locais as várias soluções, quais as vantagens e desvantagens de cada uma delas para que depois possa haver uma decisão participada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É um estudo! Um estudo!

O Orador: Por último, referir que o Partido Socialista (e estando no seu manifesto) concorda com a eletrificação da Caldeira nos seguintes pressupostos: que essa intervenção seja segura, minuciosa sobre o território, reduzindo ao mínimo o impacto ambiental e paisagístico com um projeto bem avaliado e participado.

A iluminação tem de ter limitações para potências a contratar, de forma a não desvirtuar aquele espaço e aquele território, nomeadamente tem que se garantir que não haja iluminação pública.

Uma vez que a eletrificação da Caldeira é um desejo dos atores locais, uma necessidade para a iluminação de geradores individuais, um compromisso eleitoral do Partido Socialista e não do CDS e do PSD, o Partido Socialista concretizará mais este compromisso para com os jorgenses, garantindo o futuro

da sua ilha e assim, estando este Projeto de Resolução alinhado com estes objetivos e com este compromisso do Partido Socialista, será aprovado pelos deputados do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A proposta não é sua, é do CDS!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-nos uma posição unânime de não só todos os Srs. e Sras. Deputados, como dos Membros do Governo, e permitam-me também concluir que será também uma posição unânime de todos os açorianos e açorianas que têm tido sempre um sentido muito especial, muito responsável acerca da preservação do seu património natural e cultural e que tendo isso em conta e por essa mesma razão é que a Caldeira de Santo Cristo foi uma das primeiras áreas protegidas constituídas pelo nosso regime autonómico. Não bastando isso, esse estatuto foi reservado também, aliás, como já foi referido aqui amplamente nesta Assembleia, foi reforçado através do estatuto atribuído a esta Caldeira de Santo Cristo como Reserva da Biosfera da UNESCO, Zona RAMSAR, como pertença da Rede Natura 2000. Assim como também, convém recordar, faz parte do Parque Natural da Ilha de São Jorge.

Trata-se de facto de um lugar isolado e essa é a condição que torna a Caldeira de Santo Cristo tão mágica, sem deixar, no entanto, de ser um local de residência e também um local procurado por quem nos visita.

Ora, para atender a todas as preocupações, a todas as reservas, a tudo aquilo que preocupa cada açoriano e açoriana quanto à preservação do seu meio ambiente natural e cultural há que considerar sempre o impacto ambiental de qualquer alteração à paisagem, há que considerar o número de pessoas que vivem na Caldeira, há que considerar também (e claro) o número de pessoas que visitam

a Caldeira e há que considerar, sem sombra de dúvida, as consequências para o ecossistema resultantes de toda e qualquer interferência humana.

Julgamos que a eletrificação da fajã da forma como é pretendida no Projeto de Resolução que está em apreciação, assim como também da forma como já foi explicada pelo Governo Regional, das várias alternativas (reconhecemos que há uma preocupação por parte também do Governo Regional em assegurar que a haver eletrificação da Caldeira de Santo Cristo que se considere o impacto ambiental que isso terá), reconhecemos que há a preocupação em acautelar limites e condições para minimizar qualquer impacto e que qualquer obra que tenha isso em consideração será sempre preferível à manutenção de geradores individuais, esses sim têm causado um impacto muito mais significativo e danoso.

Porquê?

Porque a eletrificação da fajã da Caldeira de Santo Cristo não pode, nem deve ser vista como um incentivo à atividade e interferência humana descontrolada e desenfreada com um certo prejuízo para a Região e para os jorgenses.

Tendo em conta que essas particularidades que devem ser atendidas estarão salvaguardadas, votaremos então favoravelmente a proposta aqui apreciada.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora que falamos da Fajã da Caldeira de Santo Cristo apetecia-me falar de um novo milagre, mas não vou falar. Vou pedir apenas coisas razoáveis, coisas que os homens podem fazer, coisas que os governos devem fazer. Os homens e as mulheres!

A questão fundamental nesta matéria, em que como já vimos reúne o consenso das diversas bancadas parlamentares e também do Governo Regional, tem haver mais uma vez com a falta de eficácia do Governo na execução destas políticas, porque há muito que nós lemos nos relatórios as diversas tentativas, os diversos estudos que são feitos no sentido de concretizar a eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo. A verdade é que ano após ano, legislatura após legislatura, o projeto não se concretiza.

Vejam bem o estado em que estamos: no último Plano e Orçamento (se bem me lembro) foi aprovada uma proposta por parte do mesmo partido que aqui apresentou esta iniciativa, o CDS-PP, no sentido de dar início, um início concreto, de concretizar este plano.

Debatendo agora este assunto, alguns meses depois da aprovação dessa verba, constatamos que o Governo Regional continua a não ter nada de concreto para dizer a esta câmara e isso, na minha perspetiva, é que demonstra a falta da eficácia do Governo em concretizar.

Mais do que isso! Não só não concretiza, como o Governo também não avança com um prazo, com uma calendarização efetiva em relação a esta matéria. Era o mínimo, porque evidentemente cada vez que apresento uma proposta neste Parlamento tenho já a preocupação de tentar verificar se ela tem condições também para se concretizar na legislatura seguinte, porque a questão aqui é esta ... Por exemplo, o museu do Corvo. A obra ainda decorre. Já começou na outra legislatura.

Podia dar aqui dezenas e dezenas de exemplos de projetos que aqui foram aprovados neste Parlamento e depois não são concretizados.

Penso que neste momento o que se exige ao Governo no âmbito deste debate, uma vez que concorda, uma vez que considera que o projeto é um projeto viável, que é um projeto relevante, é que o Governo assuma aqui um compromisso concreto em relação à calendarização da sua execução. Falta isto

no debate, porque evidentemente até tendo em conta a aprovação no Plano e Orçamento de uma verba para iniciar o processo e alguns meses depois o Governo continua a não ter nada de concreto para dizer isso é que é bastante preocupante.

Portanto, a questão que coloco ao Governo, no âmbito desta matéria, é se se compromete com uma calendarização efetiva para a concretização da eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar passar sem dizer ao Sr. Deputado André Rodrigues, primeiro: que esta é uma proposta do CDS-PP; segundo, no Orçamento não existia verba para a eletrificação da Caldeira de Santo Cristo e se existe foi por proposta de alteração do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim, sim!

A Oradora: É pena é que tem que estar aqui o CDS a lembrar o que são os vossos compromissos.

Para além disso, quero dizer que a conversa e a justificação por isto não ter sido cumprido conforme as declarações e tornado público pelo Sr. Diretor Regional da Energia, na altura, não pode ser o facto de termos começado uma nova legislatura, porque se não vamos estar mal a pensar que todos os processos que ficaram pendentes e que não foram solucionados, vamos ter que começar da estaca zero.

Portanto, acho que isso não é justificação para o facto de ainda nunca se ter avançado com a eletrificação.

Outra coisa e outro reparo que não posso deixar de fazer que é, quando na sua intervenção menciona “estamos a começar a pensar”.

Não podemos estar a começar a pensar quando a portaria que aprova o plano de gestão das Fajãs da caldeira de Santo Cristo e dos Cubres é de 30 de abril de 2010. Portanto, não podemos estar a começar a pensar.

Podemos ter aqui um leque de atividades que foram mencionadas no Plano e que ainda nunca foram cumpridas, portanto não podemos estar aqui agora a dizer que uma portaria que é aprovada em 2010, temos que esperar sete anos para começar a pensar. Acho que isso não poderá ser justificação para a falta de cumprimento de algo que já é tão esperado, como o senhor sabe, por parte dos jorgenses daquela fajã.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é uma temática importante para os jorgenses e mais especificamente na Caldeira de Santo Cristo.

De qualquer maneira, vamos votar favoravelmente este projeto e o que achamos importante para que fique esclarecido no debate e para que os jorgenses possam saber, é a resposta do Governo Regional para quando é que a eletrificação vai ser realmente feita.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Estamos todos de acordo quanto à responsabilidade que temos todos de preservar este fantástico legado ambiental e cultural que temos.

Também estamos de acordo, seguramente, que importa satisfazer neste contexto necessidades básicas da população, e neste caso em concreto, a eletrificação de habitações.

Relativamente a isso não resta qualquer dúvida.

Sobre o aspeto em particular que foi levantado sobre o arraial de iluminação pública que pode existir noutros lados, era bom também deixar claro que aquilo que nós pretendemos é garantir bem estar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Secretária!

A Oradora: ... e garantir condições de satisfação de quem vive no local sem interferir com iluminação pública que consideramos que não será necessária neste caso e que não deve ser colocada.

Portanto, o nosso objetivo é assegurar condições de bem estar, interferindo ao mínimo com a envolvência que nós temos aqui entre mãos.

Relativamente a questões concretas o que vos posso assegurar é que esta obra vai ser feita e vai ser feita em breve.

Pedem-me timings, é verdade! É importante termos aqui datas!

O que vos posso dizer é que após a reunião que vai ter lugar no início de julho, onde ficará definido qual o percurso que será seguido para levar a eletricidade até à fajã, aí sim, conseguiremos comprometer com timings, data de início de obra e data de fim. Antes disso, seria prematuro, é tentador, confesso que sim, mas seria prematuro e não teria uma base válida e sustentada.

Portanto, é para fazer, estamos a trabalhar para isso, vamos fazê-lo, no próximo mês conseguiremos partilhar convosco os timings concretos desse trabalho.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária:

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

Deputado António Pedroso (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A 13 de junho de 2006 foi celebrado um protocolo entre o fundo Regional de Apoio às atividades económicas e a Eletricidade dos Açores, S.A. para a eletrificação das Fajãs de S. João, da Caldeira de Santo Cristo da Saramagueira e dos Cubres, na ilha de S. Jorge, no valor global de 1 600 000 euros, a suportar através dos orçamentos da Secretaria Regional da Economia e do Fundo Regional de Coesão.

A Senhora Secretária certamente terá conhecimento deste protocolo.

Considerando que o objeto do protocolo foi cumprido e que todas as fajãs mencionadas foram eletrificadas, havendo no âmbito do mesmo a inclusão da Caldeira de Santo Cristo, gostaríamos de saber da totalidade do montante do protocolo (um milhão e seiscentos mil euros) qual a parcela destinado a esta fajã e qual a componente da eletrificação a que se destinou?

Na recente audição ao Presidente do Conselho de Administração da EDA, Dr. Duarte Ponte, na comissão de Economia, foi-nos informado que o valor estimado para a obra de eletrificação da Caldeira de Santo Cristo, é de 1.500 000 euros, com ligação à rede de distribuição da ilha de S. Jorge.

Se realmente esse for o valor efetivo da obra, temos a dizer que é lamentável que em 2006, aquando da realização deste protocolo, não se tivesse contemplado esta opção, os Açores tinham poupado dinheiro e os Jorgenses já estariam bem servidos. Veja-se que em 2011, segundo informações da própria EDA, a eletrificação da Caldeira de Santo Cristo, com a mesma opção, implicava somente um dispêndio adicional, em relação ao valor constante no protocolo atrás referido, de 432.454,11€. Questionamos a que se deve a discrepância de valores? Como é que a obra de eletrificação da Caldeira de Santo Cristo, com ligação à rede de distribuição da ilha de S. Jorge, passou de 432.454,11€ para 1.500 000 euros? Estamos a falar de um aumento de mais de 300%.

Esta obra não poderá ser feita a qualquer custo ambiental e por essa razão, os custos financeiros serão certamente mais elevados. No entanto, os jorgenses merecem, os Açores merecem que esta obra seja realizada a curto prazo. Quem lá reside permanentemente ou temporariamente e quem nos visita merece ter melhores condições no local.

Estamos confiantes que a Senhora Secretária terá uma gestação normal deste processo e será muito feliz ao “dar à luz” na Caldeira de Santo Cristo, já que os seus antecessores não tiveram essa felicidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de Resolução.

Pedi para inscrever-se, Sr. Deputado André Rodrigues?

Tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma vez que também fui interpelado diretamente pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, começar por dizer que quando eu me referi “começar a pensar”, estava exatamente a falar em abril de 2010, quando se aprovou o plano de gestão, portanto, não é começar a pensar agora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então levou muito tempo a começar a pensar!

O Orador: Quando a Sra. Deputada também quis justificar que o Projeto de Resolução era seu, referiu que o compromisso era eleitoral, era do PS e estaremos cá para cumprir com os jorgenses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ok!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Afinal ainda haviam inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Exma. Sra. Presidente, Caríssimos Deputados, Caríssimos Membros do Governo:

Em concreto Sr. Deputado António Pedroso, tomo como elogio essa esperança na minha capacidade de levar a bom porto este projeto ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um desafio!

A Oradora: ... assim o farei e espero, não demorando muito tempo, a falar sobre as questões concretas de uma eletrificação já concretizada.

Relativamente às questões que colocou sobre os orçamentos e uma vez que a opção é estudarmos à luz da tecnologia que existe hoje das opções que estão em cima da mesa, o custo efetivo que terá um percurso ou outro, não fará muito sentido estarmos a fazer comparações com pressupostos que não são os mesmos que temos hoje.

Naturalmente que a questão ambiental e de preservação cultural para nós é muito importante, a questão financeira também o é, portanto, não descuraremos e não aceitaremos orçamentos que não sejam para nós entendidos como adequados àquilo que se pretende fazer, naturalmente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço novamente a pergunta que não nos foi respondida: para quando prevê a eletrificação da Caladeira? Para quando?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ela já disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):**

Exma. Sra. Presidente, Caríssimos Deputados, Caríssimos Membros do Governo:

Estão neste momento em S. Jorge técnicos da EDA a estudar os percursos que serão levados a cabo para este projeto.

No início de julho teremos em S. Jorge, uma reunião entre técnicos da DREN, da DRA, Câmara Municipal e Eda, para todos em conjunto decidirmos qual a melhor solução para o local.

Portanto, nesta fase seria irresponsável da minha parte, apesar de tentador, como há bocado disse, dar um prazo para concretização da obra.

Pode acreditar que é uma prioridade nossa, não deixaremos que o tempo passe sem tomarmos decisões e concretizarmos este projeto que para nós é bastante importante.

Dar-lhe uma data neste contexto seria, sem ter bases para tal.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para repetir a pergunta que a Sra. Secretária certamente se esqueceu de me responder, em relação ao protocolo em que uma parcela (aquele protocolo que eu mencionei de um milhão e seiscentos mil euros, que foi celebrado em 2006) incluía a Caldeira do Santo Cristo, a que componente a eletrificação se destinou, ou se não foi utilizado?

Não sei se a Sra. Secretária estará em condições de poder responder neste momento a essa questão.

Voltaria a perguntar, porque na realidade a situação é praticamente idêntica, neste momento, há que era em 2006, se este aumento de 300% se justifica e qual será a razão para um aumento tão grande, praticamente, de há dois anos para cá?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Exma. Sra. Presidente, Caríssimos Deputados, Caríssimos Membros do Governo:

Relativamente a essa verba que estava destinada para as eletrificações a indicação que temos é que ela depois não foi suficiente para concluir a última eletrificação, a última fajã, neste caso a Fajã de Santo Cristo.

De acordo com a informação eu tenho, a verba disponível na altura não era suficiente para o orçamento que existia.

Portanto, sabemos que não foi feita nenhuma ação de eletrificação da Fajã, portanto nenhuma verba terá sido afeta.

Posso adiantar que aquando da realização do sistema de distribuição de águas na fajã, ficou já previsto que as tubagens e as caixas de distribuição estavam aptas a receber a energia elétrica, o que significa que desta forma não será

necessário estar a fazer nos arruamentos da fajã, mais intervenções podendo utilizar esta infraestrutura que está disponível.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Acho que já não há mais inscrições.

Então vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto seis da nossa Agenda: **Petição n.º 8/XI – “Fim dos abates nos canis municipais dos Açores para 2018 e a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais”**.

Esta Petição foi apresentada por Pedro Miguel Vicente Neves, na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentação do Relatório tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, relator da Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. membros do Governo:

RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 8/XI

Fim dos Abates nos Canis Municipais dos Açores para 2018 e a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia procedeu à análise e emissão de parecer sobre a Petição “Fim dos Abates nos Canis Municipais dos Açores para 2018 e a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais”.

1.º CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 26 de abril de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Fim dos Abates nos Canis Municipais dos Açores para 2018 e a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais”, sendo o Sr. Pedro Miguel Vicente Neves o primeiro subscritor.

A presente petição pretende antecipar de 2022 para 2018, o prazo para o fim dos abates nos canis municipais dos Açores, bem como a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais.

2.º CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3.º CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise tem por objeto “determinar o fim do abate de animais nos canis reduzindo a moratória existente do ano de 2022 para o ano de 2018” e “aprovar medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais”, através da alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A.

Os peticionários alegam que a “dignidade dos animais não humanos, designadamente do seu direito à vida constitui um facto incontestável e tem vindo a ser reconhecida de forma transversal nas sociedades humanas”.

Face ao exposto, os peticionários consideram que:

- Os custos para o município de esterilizar um animal são bastante inferiores aos custos de o abater e incinerar.
- A proteção animal pode ser alcançada através da criminalização de maus-tratos e da determinação do fim do seu abate a nível municipal e da exigência de garantir condições condignas nos centros de recolha oficial.
- O período de implementação de seis anos, na Região Autónoma dos Açores, é demasiado dilatado;
- Pelo que se impõe a definição de um prazo mais razoável e consentâneo, designadamente, o ano de 2018.
- Durante este período, devem ser tomadas todas as medidas preparatórias para se evitar o abate de mais animais e a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais (CROA), com as dimensões e modernização adequada.

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder à audição do primeiro subscritor, Sr. Pedro Miguel Vicente Neves e solicitar pareceres, por escrito, a diversas entidades.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 26 de maio de 2017, procedeu à audição do primeiro subscritor da petição, Sr. Pedro Miguel Vicente Neves, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel.

O Peticionário começou por afirmar que o prazo existente na moratória era demasiado longo, motivo pelo qual propõe a redução de 2022 para o ano de 2018, em complemento com a criação de uma rede de recolha oficial de animais. Acrescentou que tem consciência que há municípios que têm dado maior prioridade à criação das infraestruturas dos centros de recolha, mas que o partido PAN – Pessoas-Animais-Natureza tem recebido muitas denúncias,

principalmente de turistas oriundos da Holanda, Alemanha e Inglaterra, que se recusam a voltar aos Açores.

O deputado Luís Rendeiro indicou que existem cerca de cinco CROA nos Açores e perguntou se o peticionário sabia qual o custo subjacente à execução financeira do diploma original e da alteração proposta, uma vez que se trata de um investimento avultado, bem como qual é o período de tempo de permanência, máximo e recomendável, num centro de recolha oficial de animais.

O peticionário respondeu que apenas conhece os valores relativos ao centro de recolha de Ponta Delgada, que crê ser o único oficial, e que sabe que a eutanásia (custo estimado de 120,00 euros por animal) é mais cara do que a esterilização e adoção. Reconhece ainda que nem todas as ilhas têm capacidade para ter um CROA, mas pode existir uma ligação e colaboração interilhas. Além disso, afirmou que não sabe o tempo máximo de permanência num CROA, por não ser a pessoa mais indicada para tal, e que o aumento do investimento nas infraestruturas e na antecipação do prazo de 2022 para 2018 pode trazer bons resultados a nível turístico.

Posteriormente, a deputada Mónica Rocha perguntou se não estará em causa o bem estar animal, se as infraestruturas dos canis municipais não tiverem a capacidade adequada para suportar o aumento de animais, devido ao fim dos abates. Perguntou ainda se o peticionário tem conhecimento do esforço que algumas autarquias têm feito na resolução destes problemas.

Em resposta, o peticionário afirmou que conhece quase todos os canis dos Açores e que o canil de São Jorge, nas Velas, é o pior dos Açores, mas que isso

é uma questão de prioridades que devem ser tidas em conta pelas autarquias. A falta de capacidade nos canis municipais resulta da falta de estratégia e de não terem colocado a expansão das infraestruturas como uma prioridade, o que pode ser colmatado com a existência de canis intermunicipais, cujo custo é mais reduzido e aceitável. Ainda assim, reconhece que há já algum trabalho feito por algumas autarquias, mas há outras que simplesmente nada têm feito.

De seguida, a deputada Catarina Cabeceiras afirmou que o cenário é diferente de ilha para ilha, sendo a realidade de um meio urbano diferente da de um meio rural, referindo ainda que existem realidades em que o abandono dos animais continua a ser bastante elevado, verificando-se, frequentemente, prejuízos avultados em outros animais, como por exemplo em bezerros e ovelhas causados por cães vadios, motivo pelo qual é necessária uma maior sensibilização. Afirmou ainda que as condições do canil de Velas já foram, substancialmente, melhoradas, nos últimos 3 anos, apesar de ainda existirem melhorias a fazer, e que hoje os animais têm condições como nunca tiveram antes, conforme podem confirmar os dois deputados eleitos por São Jorge. Assim, perguntou se o peticionário conhece o esforço que cada município tem realizado por forma a cumprir com o que já está legislado; qual o número médio de animais nos centros de recolha; e se encurtar o prazo não poderá ser prejudicial, devido ao eventual aumento do número de animais abandonados nos canis, podendo estes não ter as condições para manter tal número de animais.

O peticionário concordou com a necessidade de haver uma maior sensibilização dos cidadãos, mas tem de existir também a responsabilização destes, sempre que pratiquem infrações. De qualquer forma, entende que nada foi feito por

muitas autarquias e que não sabe o número médio de animais, por centros de recolha.

A terminar, o deputado Carlos Silva questionou se não deveríamos dar prioridade à colocação de chip e registo dos animais, e só depois de ultrapassar esta etapa, passar para a discussão sobre o prazo para o fim de abate de animais, de forma a responsabilizar os cidadãos.

O peticionário reconheceu que é fundamental haver o registo dos animais, o que não está a ser cumprido, que um dos maiores problemas reside nos “criadores de quintal” e que a melhor solução passará pelo conjunto entre esterilização, registo, responsabilização e rede de CROA. Acrescentou que vê um enorme potencial nos Açores devido à nossa insularidade, na resolução deste problema, pois estamos “fechados geograficamente”.

Os pareceres solicitados e recebidos pela Comissão Permanente, à data de aprovação deste relatório, são anexos do mesmo.

4th. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas e dos pareceres recebidos, a Comissão deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP e com a abstenção do BE, pronunciar-se da seguinte forma:

1. Os peticionários têm como principal missão garantir a antecipação do prazo estipulado para o fim do abate de animais nos canis municipais, de 2022 para o ano 2018, bem como a aprovação de medidas que permitam criar uma

rede de centros de recolha oficial de animais (CROA), através da alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A.

2. Os peticionários consideram ainda que os custos de esterilização de um animal são inferiores aos custos de abate e incineração, pelo que deve ser criada uma rede de centros de recolha oficial de animais, com as infraestruturas adequadas a esta nova realidade e exigência.
3. Consideram ser necessário haver uma maior sensibilização, mas, também, uma maior responsabilização dos cidadãos, através da criminalização dos maus tratos e do abandono, pelo que sugerem que se proceda à esterilização, registo, responsabilização e criação de uma rede de Centros de Recolha Oficial de Animais.
4. É de realçar ainda que a adaptação e redimensionamento dos centros de recolha oficial de animais implica um elevado investimento por parte das autarquias, de forma a alojar todos os animais errantes e a garantir o cumprimento das normas de bem estar animal.
5. Acresce que a antecipação do prazo para o fim dos abates, de 2022 para 2018, é demasiado intransigente e de difícil execução, enquanto não se ajustar e redimensionar os centros de recolha oficial para o cumprimento da legislação em vigor.
6. De realçar que a Petição, por ser subscrita por mais de 300 subscritores, reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;
7. Deve ser dado conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição.

A Representação Parlamentar do PPM apreciou favoravelmente o presente Relatório.

Ponta Delgada, 13 de junho de 2017

O Relator, Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente, Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero em primeiro lugar saudar os peticionários, obviamente apresentam aquela que é a sua posição sobre este tema.

Eu devo dizer que da parte da Representação Parlamentar do PPM, olhamos para este assunto com um grande sentido de responsabilidade.

O legislador deve agir acautelando todos os interesses, todos os objetivos que devem nortear a nossa atividade legislativa e eu nesse sentido aprovei, votei favoravelmente aqui a solução que aponta para a proibição do abate de animais, a partir de 2022, sendo que até lá as Câmaras Municipais e o Governo Regional devem criar as condições para que esta medida se possa aplicar.

Digo isto com sentido de responsabilidade porque, por exemplo, lendo aqui algumas notícias dos últimos dois anos: “Ataques de cães vadios já provocaram no Faial desde maio de 2015, a morte de cerca de 40 animais”; “Ataques de cães nos Arrifes provocaram a morte de vitelos, nas últimas duas semanas mais de 50 vitelos foram mortos”, etc., etc., etc., ou seja, tem várias notícias deste tipo.

Portanto, quando preparamos legislação neste sentido, temos que ter a consciência que já foram criadas as condições para que essa legislação possa ser aplicada, por isso eu preocupei-me em perguntar ao Governo como é que as coisas estão a ser desenvolvidas e tenho aqui um primeiro requerimento sobre

esta matéria, em que pergunto ao Governo: “A implementação prática das medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”.

E tenho oportunidade de fazer logo a 22/07/2016 ... a 22/07/2016 pergunto ao Governo Regional como é que este processo está a ser implementado.

O Governo diz que está a acompanhar. Evasivas deste género, não tinha nada para apresentar.

Entretanto, o que eu faço a seguir é perguntar ao Governo, num novo requerimento, faço-lhe uma pergunta muito mais objetiva e pergunto-lhe assim: “Cópias dos programas de esterilização elaborados pelas 19 Câmaras Municipais”.

Qual é a resposta do Governo? Está a ser feito, e tal, tal ... mas cópias desses programas já foram solicitados aos respetivos municípios.

Mas a resposta não foi dada e as cópias não foram dadas, o que significa que o Governo Regional diz que está a acompanhar e nem sequer tem as cópias! Então como é que sabem que eles existem, se não tem as cópias em relação aos programas de esterilização? Como é que sabe que está a ser tudo feito no devido tempo se não tem as cópias para dar ao Parlamento?

Mas há mais, em relação à cópia dos relatórios referentes às ações de fiscalização. Peço cópias das ações de fiscalização ao Governo Regional.

O que é que o Governo responde?

Estamos a acompanhar, mas em relação às cópias das ações de fiscalização? Nada! Absolutamente nada! Ou seja, o Governo também não tem cópias das ações de fiscalização.

Deputado André Bradford (PS): Isto é uma petição!

O Orador: Ou seja, o que é que eu acho? Eu acho que nós temos aqui um compromisso da parte de diversos Grupos Parlamentares ...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: O PS está muito incomodado porque eu respeito os peticionários, eu estou a responder aos peticionários.

Portanto, para mim a iniciativa dos peticionários é tão importante como a do BE que vai ser discutida a seguir.

Os senhores queriam, que da parte do PPM, este assunto só fosse discutido a sério a seguir. Não! Mas eu achei que é para dar resposta aos peticionários que este assunto deveria ser levantado já neste âmbito, no âmbito da discussão da petição.

Portanto, a conclusão é a seguinte: o Governo Regional, não está a fazer absolutamente nada para que o abate dos animais, ...

Deputado André Bradford (PS): Não será porque o Governo não pode falar nas petições?!

O Orador: ... ou seja, que a medida que prevê o fim dos abates dos animais, a partir de 2022 possa ser executada em tempo útil.

Deputado André Bradford (PS): Ainda é para 2022!

O Orador: Portanto, o que é que vai acontecer se continuamos neste ritmo?

Com a ineficácia absoluta do Governo Regional, em 2022 o que vai acontecer é o seguinte: bom, não temos condições para aplicar a medida! Não temos condições, portanto, não foi possível às Câmaras Municipais e o Governo Regional fez tudo, no âmbito da sua tentativa de fiscalização. Portanto, em 2022 o que vai acontecer é que o Governo Regional e as Câmaras Municipais, vão dizer: “Bom, não foi possível, não vamos aplicar! Não vamos aplicar a legislação”, a continuar neste ritmo!

Deputado André Bradford (PS): Faltam cinco anos!

O Orador: Por isso é que eu considero o seguinte: Primeiro ponto, e termino: assumi um compromisso e vou levá-lo até ao fim em

relação ao facto de criarmos as condições para que em 2022 a legislação se possa aplicar, de facto. Ponto número um.

Ponto número dois: o Governo Regional, até ao momento, nada fez para que esta legislação possa ser aplicada efetivamente em 2022. Esta é a segunda questão que considero muito relevante.

Portanto, é necessário, eu considero que é justo, que é um avanço civilizacional, mas não pode ser feito - como tive oportunidade de ler aqui nas primeiras notícias, que fiz referência - sem estarem criadas as condições. Cabe ao Governo fiscalizar!

O que é que o Governo está a fazer? Nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, sras. e srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar, como é hábito, por saudar os peticionários naquele que é o seu direito e a sua oportunidade de forma democrática também trazerem as suas questões a esta Assembleia e frisar que esta petição versa uma temática cada vez mais importante e cada vez mais debatida nas sociedades, sobretudo nas ocidentais, que tem a ver com a questão, também ela civilizacional, de como se tratam os animais de companhia e neste caso os animais errantes.

Esta petição versa o mesmo tema, contante do diploma que vamos discutir a seguir, que é um diploma do BE, coincidem nalgumas das questões, e tem a ver com a questão também, e não só, da proibição dos abates dos animais errantes.

Quando o diploma original foi discutido nesta Casa, o PSD absteve-se, tendo em conta a preocupação que estava presente no texto do diploma original, mas também assumindo que seria naquele espaço temporal, e estávamos a falar de 2022, difícil ter uma rede de centros oficiais de recolha na Região.

Era difícil na altura e ainda hoje é difícil que em 2022 esteja concretizada essa rede e viu-se isso pelos testemunhos, pelas audições que a Comissão de Economia realizou, quer do Sr. Secretário Regional da Agricultura, quer do Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, porque de facto isto implica um custo logístico e uma construção de infraestruturas bastante significativa.

De facto, há aqui um conjunto de problemas que na altura não foram equacionados e agora continuam a ter que ser melhor debatidos.

Por formação profissional, a minha principal preocupação, ainda antes do bem estar e do cuidado animal, é a saúde pública e a segurança das populações.

Por isso é que o controlo das populações de animais errantes é uma preocupação, ainda antes da questão do bem estar animal, tem a ver com as questões de saúde pública e de segurança das populações e por vezes é necessário proceder à redução de populações de animais errantes e a Região ainda não tem meios, nem condições para abdicar da ferramenta última, que é o abate, como medida de redução das populações, ora porque elas são muitas vezes excessivas, em alguns casos, ora porque há animais que pura e simplesmente não são adotáveis e muitas vezes nem se deve a questões de agressividade ou da doença, devem-se a questões comportamentais: animais que não se adaptam a viver num quintal ou numa família, animais que não se adaptam a crianças, animais que têm comportamentos de fuga, de caça, desenvolvem comportamentos que são intrínsecos à condição animal. Portanto, nem todos os animais são adotáveis e algumas tentativas de adoção falham por questões comportamentais dos animais.

Por outro lado, também não é possível, nem é viável, nem vai ao encontro do bem estar animal, a detenção em canil, ou em gatil, ou em centro de recolha desses animais para todo o sempre.

Portanto, isso também não vai ao encontro do bem estar animal e daquilo que se quer que seja o cuidado que se tem com os animais nos países ocidentais e ditos civilizados.

Portanto, as dúvidas que o PSD tinha na altura da discussão do diploma original, mantêm-se quanto à capacidade que a Região tem neste momento e que poderá desenvolver até 2022 e defendemos que a deverá desenvolver e que a deverá aprofundar e que tem havido esforço por parte de alguns municípios em ir ao encontro dessas preocupações, mas parece-nos que uma das preocupações desta petição é a mesma da resolução da proposta de alteração do BE, mas não quero antecipar esse debate, porque será feito a seguir com a antecipação da data de proibição dos abates, parece-me uma antecipação de um problema para o qual a Região ainda não está preparada para responder.

Quanto ao texto e ao teor desta Petição.

O PSD não vai acompanhar algumas das questões levantadas por estes peticionários, porque de facto, para já, há aqui uma inverdade e a inverdade é que os custos de esterilização, de adoção e de detenção em centro oficial de recolha, não são inferiores aos custos de eutanásia dos animais, não adotados. Não são! Portanto, isto não é verdadeiro!

Os custos de anestesia, de cirurgia, de alojamento, de alimentação de um animal de chipagem num centro oficial de recolha, que é aquilo que nós queremos que seja feito para reduzir a reprodução e a multiplicação do número desses animais, não é um custo inferior ao custo da eutanásia, mas é uma opção que a Assembleia fez quando legislou e é uma opção que os municípios regionais estão a seguir, indo ao encontro daquilo que é uma preocupação crescente das populações.

Portanto, é uma opção consciente, mas é uma opção que tem um custo orçamental superior ao custo da eutanásia, portanto, do abate desses animais, portanto, é falso que o objetivo dos peticionários poupe dinheiro, não é!

Depois, há aqui outra questão que é muito complicada naquilo que propõem, que tem a ver com o n.º 5 do art.º 9.º, que diz que se “no prazo de 120 dias o animal em causa não for adotado e se se mostrar apto a viver na rua poderá ser devolvido a liberdade no seu local de origem ou de captura”.

Bom, eu penso que o Deputado Paulo Estêvão já mencionou aqui alguns dos problemas.

O que é que é um animal apto a viver na rua?

É aquele que é capaz de encontrar o seu próprio alimento?

É aquele que vai aos caixotes do lixo das pessoas, ou que vai desenvolver comportamentos de matilha, de predação, de invasão de galinheiros, de viteiros, do que quer que seja, é esse o animal que está apto a viver na rua?

É um animal que está apto a encontrar o seu próprio abrigo?

Um animal que está apto a viver na rua é aquele que é capaz de cuidar da eliminação dos seus próprios dejetos?

Portanto, eu julgo que há aqui um conjunto de questões que não são realistas e têm que ser debatidas com seriedade e tomadas como não realistas.

Nós devemos ir ao encontro do melhor possível, dentro de um realismo e de um rigor que a todos nós compete quando legislamos e quando abordamos os temas nesta Casa. Não devemos ir atrás de algumas utopias, que também são democráticas, mas que também devemos ter a coragem de lhes dizer: Não! Isto não está pensado, isto não está estruturado e isto não tem nada a ver com a realidade!

Portanto, por tudo aquilo que aqui foi dito e pelo texto da própria petição, o PSD não acompanha aquilo que são as questões levantadas pelos peticionários.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, saudar os peticionários, em particular o Sr. Pedro Miguel Vicente Neves, enquanto primeiro subscritor desta petição, naquele que é o seu direito numa aproximação dos eleitores aos representantes eleitos e sem dúvida que esta temática, é uma temática importante, que é importante acompanhar e nos preocupar sendo, no entanto, que há vários fatores que temos de pensar e analisar, uma vez que sabemos que à partida a realidade no meio será bastante diferente da realidade urbana. É verdade que já se deram alguns passos importantes, mas sendo certo que ainda existe um longo caminho a percorrer.

Sem dúvida, que tão ou mais importante que as medidas encontradas para solucionar este problema, é que estas sejam exequíveis, pois só assim é que conseguimos alcançar os resultados que se pretendem, que é um controlo condigno, eficiente e humanitário das populações destes animais errantes.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para já queria saudar os peticionários desta petição.

Em relação à temática do fim dos abates nos canis municipais, temos que lembrar que recentemente foi publicada no Diário da República a Lei n.º 27, de 2006, de 23 de agosto, que criou uma rede de recolha de animais errantes e proibiu o seu abate como forma de controlo, salvo por motivos de saúde, ou de

comportamento, publicação que surgiu pouco tempo depois da aprovação de um Projeto de Resolução do PCP, pedindo ao Governo celeridade neste processo.

Passamos a citar uma notícia publicada no “Avante”, órgão central do PCP, na sua edição de 8 de junho de 2017: “Proteção de animais errantes” - “Foi recentemente publicada em Diário da República, pouco tempo depois da aprovação na Assembleia da República de um Projeto de Resolução do PCP, pedindo ao Governo celeridade no processo, a portaria que regulamenta a lei que criou uma rede de recolha de animais errantes e proibiu o seu abate como forma de controlo, salvo por motivos de saúde ou de comportamento.

Esta lei foi aprovada por unanimidade em junho de 2016, a Lei n.º 27 de 2016, na sequência de um Projeto de Lei do PCP que propunha a criação dessa rede de centro de recolha oficial de animais e a menorização dos serviços municipais de veterinária.”

Ora muito bem, se esta lei foi aprovada, nós achamos que é uma lei que, em nosso entender, deve ser aplicada ao todo regional, podendo ser sujeita a adaptação à Região, se necessário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

No exercício daquilo que é um direito, mas também um dever cívico na procura e defesa dos interesses de uma sociedade que se quer mais proativa, dialogante e participativa, o Grupo Parlamentar do PS saúda os mais de 300 peticionários, na pessoa do seu primeiro subscritor, o Sr. Pedro Miguel Vicente Neves.

A presente petição visa antecipar de 2022, para 2018, o prazo de fim de abate dos animais errantes, bem como a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais.

O argumento base enfatiza a dignidade dos animais, designadamente o seu direito à vida, constituir um facto incontestável, como tem vindo a ser reconhecido de forma transversal nas sociedades desenvolvidas.

Portugal e Açores mostraram-se à altura do desafio e legislaram sobre o mesmo. A 22 de dezembro de 2016 aprovou-se por unanimidade o reconhecimento do Estatuto Jurídico dos Animais, iniciativa que levou à publicação da Lei n.º 8/2017, de 3 de março.

Anteriormente, a 8 de julho, foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, que estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores.

Estes são passos dados conscientes e consistentes, mas não isolados ou únicos, na caminhada a fazer para um cenário livre de atrocidades e flagelos no mundo dos animais de companhia ou errantes.

Todavia, estamos cientes que ainda há muito a fazer, mas também afirmamos que por este e muitos outros factos que o PS sempre se mostrou, ao longo do tempo, firme na defesa e apoio de medidas e estratégias que veiculassem a mudança de paradigma com relação às problemáticas do abono, dos maus tratos, da sobrepopulação e por fim, mas nunca menos importantes, das questões de segurança pública.

Em suma, falar de seres vivos é falar de responsabilidade, é falar de sobreviver e conviver com outro, respeitando o seu espaço e os seus direitos e nós, enquanto seres racionais, não podemos descurar ou desdramatizar o nosso papel na potenciação ou resolução deste mal que se pretende ver erradicado.

Nunca é demais referir que a mudança faz-se a partir de exemplos e de atos que nos definem enquanto sociedade humanitária ou não.

Assim, o tempo é este e o PS assumiu e assume a responsabilidade de tudo fazer para passar a mensagem de que há que sensibilizar e fiscalizar a necessidade de mudança, sabendo que a dor de um animal não pode nunca ser

abafada pelo egoísmo e sensatez, descuido, leviandade ou capricho de alguém, que se acha dono e por isso mesmo pode ditar o futuro de um animal, a sua fome ou os maus tratos, a sua infelicidade ou a solidão do abandono.

Assim, o tom só pode ser um, o de reprovação total e inequívoca.

Por fim, dar uma palavra de estímulo e respeito pelo trabalho fundamental das associações, instituições ou grupos organizados e todos os seus voluntários que direta ou indiretamente, muito contribuem para a melhoria das condições de vida destes nossos amigos indefesos.

A todos o nosso muito bem haja.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: O BE saúda os mais de 1 800 peticionários e peticionárias, na pessoa do primeiro subscritor, o Dr. Pedro Miguel Vicente Neves.

Estes mais de 1 800 cidadãos e cidadãs dirigiram-se a este Parlamento para reivindicar o fim dos abates nos canis municipais dos Açores e fazê-lo já a partir de 2018 e reivindicar também a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais.

Quem se dirigiu a esta Casa com estas reivindicações pretende, acima de tudo, pensamos nós da leitura que fazemos do conteúdo da petição, determinar o fim do abate de animais nos canis, reduzindo a atual moratória existente no DLR em vigor, do ano de 2022 para o ano de 2018.

De acordo com estes peticionários e peticionárias os fatores principais que justificam e fundamentam a justeza da sua pretensão, são, por exemplo, e vou apenas elencar alguns daqueles que são invocados pelos peticionários e peticionárias, um deles o facto da organização mundial de saúde e da ordem dos

médicos veterinários reconhecerem as políticas públicas de abate compulsivo como resposta à sobrepopulação de animais de companhia não serem a solução para este problema da sobrepopulação.

A própria DGAV (Direção Geral de Alimentação e Veterinária), outro fator para esta reivindicação, considera e defende a esterilização como um meio eficaz de controlo da população.

Outro facto, os custos para o município ou para os municípios, qualquer que ele seja, de esterilizar um animal, são sim bastante inferiores aos custos de o abater e incinerar. São! Os peticionários e peticionárias têm razão!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é, não! Da minha profissão sei eu!

A Oradora: Outro facto, esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deu já um passo significativo nesta matéria, exatamente com a entrada em vigor do DLR que já aqui foi invocado e foi aprovado no ano de 2016 e de acordo com estes peticionários compete-nos agora, compete também a esta Casa, dar um passo mais à frente e a seguir àquele que já demos.

Isto porquê? Porque os peticionários acham, consideram, que um período de implementação de uma medida de seis anos, que é a moratória dada pelo DLR em vigor, 2016 a 2022, é demasiado e não se justifica.

Por outro lado, consideram que também por isso, se deve antecipar a entrada em vigor de alguns dos artigos, nomeadamente do terceiro e o quarto do DLR agora em ação, que se deve antecipar essa sua entrada em vigor, de 2020 para 2018.

Para que tal aconteça - e aliás isto vem no seguimento de algumas das intervenções já qui feitas no debate desta petição - consideram os peticionários e peticionárias que é essencial ou que são essenciais duas mediadas:

Uma, aprovar medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais;

Segunda, o Governo Regional em colaboração com as autarquias locais, tem de aprovar e promover medidas para a criação de uma rede de centros de recolha

oficial de animais, que deve responder às necessidades de construção e modernização destas estruturas, com vista à sua melhoria global, dando prioridade às instalações e aos meios mais degradados, obsoletos ou insuficientes.

E, de acordo com estas duas medidas que os peticionários e peticionárias consideram importantes e essenciais e o BE segue-os nesta avaliação, a verdade é que nada foi feito ao longo de um ano.

Passou um ano, Sras. e Srs. Deputados, e nada foi feito no sentido de alcançar o desiderato que aqui foi aprovado, não pelo BE, como terei ocasião de recordar à câmara quando for a discussão do nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional, mas por outros partidos, por outros Grupos Parlamentares que têm que reconhecer que até ao momento aquilo que aprovaram não foi executado de maneira nenhuma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: Por todas estas razões, o BE subscreve na íntegra as preocupações, os objetivos e as pretensões dos 1 800 subscritores desta petição.

Muito obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Na íntegra!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Terminámos assim o ponto seis.

Vamos avançar com a nossa Agenda.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

Deputado João Corvelo (PCP): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Corvelo (PCP): Era para solicitar os 15 minutos de intervalo regimental.

Presidente: É regimental e também considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 44 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Estabelece a oferta alternativa de bebida vegetal, no âmbito do programa de leite escolar, promovendo alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março – n.º 530/XIII/2.^a (PEV) – n.º 86/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 27;

Assunto: Estabelece a promoção de fruta e outros produtos alimentares saudáveis nos bufetes/bares escolares, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março – n.º 531/XIII/2.^a (PEV) – n.º 87/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 27;

Assunto: Desincentiva a venda de alimentos com excesso de açúcar, gordura e sal nas máquinas de venda automática em escolas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março – n.º 532/XIII/2.^a (PEV) – n.º 88/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 27;

Assunto: Estabelece medidas de proteção aos carvalhos e a outras espécies autóctones da flora portuguesa – n.º 537/XIII/2.^a (PEV) – n.º 89/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 27.

2 - Propostas de Lei:

Assunto: Altera a Lei Eleitoral da Assembleia da República e a Lei Eleitoral do Presidente da República – n.º 77/XIII/2.^a (GOV) - n.º 79/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 06- 12;

Assunto: Altera o Código do Imposto Único de Circulação, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico – n.º 80/XIII/2.^a (GOV) - n.º 82/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06- 12;

Assunto: Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial – n.º 82/XIII/2.^a (ALRAM) - n.º 83/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06- 12.

3 - Projetos de Resolução:

Assunto: Pela valorização do ensino da história da emigração portuguesa n.º 876/XIII/2.^a – n.º 80/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017- 06 - 12;

Assunto: Pela criação de um Museu Nacional da Emigração n.º 877/XIII/2.^a – n.º 81/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017- 06 - 12;

Assunto: Recomenda ao Governo que promova a melhoria da instrução de processos nos Açores para posterior aprovação da DGRAM n.º 879/XIII/2.^a (PS) – n.º 84/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017- 06 - 20;

Assunto: Recomenda ao Governo que promova a valorização da Extensão da Plataforma Continental - n.º 907/XIII/2.^a (PS) – n.º 85/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 06 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017- 06 – 27.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, adaptando-a às alterações dos Regulamentos (CE) n.ºs 338/97 e 865/2006 – MA - (Reg. DL 197/2017) – 35/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 06 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 23;

Assunto: Unifica o Regime da Gestão de Resíduos – MA - (Reg. DL 228/2017) – 36/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 06 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 23;

Assunto: Regulamenta a atualização extraordinária das pensões – MTSSS - (Reg. DL 250/2017) – 37/XI-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 06 – 14

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 04.

5 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de inspeção técnica](#)

[de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques – n.º 10/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 05 – 22

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 26;

Assunto: [Promove a igualdade de género na atribuição de prémios em competições desportivas – n.º 11/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 26;

Assunto: [Aprova o Programa Gerações – n.º 12/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 06 – 14

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 – 04.

6 – Propostas de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Aprova o novo Regime Jurídico da Gestão dos Recursos Cinegéticos e do Exercício da Caça na Região Autónoma dos Açores – n.º 6/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 25

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 29;

Assunto: [Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores – n.º 7/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 07 – 19.

7 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da Graciosa na "Linha Lilás" da Atlânticoline – n.º 36/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 05 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 06 – 19.

8 - Proposta de Resolução:

Assunto: [1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017 – n.º 3/XI](#)

Proveniência: Mesa da ALRAA

Data de Entrada: 2017 – 06 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

9 – Petição:

Assunto: Pela Justiça, Igualdade e Dignidade no Trabalho nos Hospitais EPE da Região Autónoma dos Açores - n.º 10/XI

Proveniência: José Herculano Vultão Rocha

Data de Entrada: 2017 – 05 – 19

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 08 - 16

10 – Requerimentos:

Assunto: [Inspeção Regional do Trabalho](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 228/XI;

Assunto: [Cartas de condução](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 22

Referência: 54.07.09 – N.º 229/XI;

Assunto: [Proliferação do número de atestados e baixas médicas nas unidades orgânicas do sistema educativo regional](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 22

Referência: 54.07.00 – N.º 230/XI;

Assunto: [Recuperação da “Casa da Grená”](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 22

Referência: 54.07.02 – N.º 231/XI;

Assunto: [Recolocar a 2.ª fase da Variante à cidade da Horta nas prioridades dos investimentos regionais](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Referência: 54.03.07 – N.º 232/XI;

Assunto: [Relatórios trimestrais de execução orçamental, relativos às empresas do setor público empresarial - 2016](#)

Autores: António Vasco Viveiros, António Pedroso, Luís Garcia e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 233/XI;

Assunto: [Proteção e recuperação do Forte de São Caetano do Pópulo](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24

Referência: 54.07.02 – N.º 234/XI;

Assunto: [Listagem de número de crianças, pré-adolescentes e jovens intervencionados com metilfenidato](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 235/XI;

Assunto: [Transporte escolar das crianças da Fajã Grande, na ilha das Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 236/XI;

Assunto: [Custos de utilização de Gruas, Rampas e equipamentos de apoio aos Pescadores](#)

Autores: Marco Costa, Jaime Vieira, Jorge Jorge, Luís Garcia, António Pedroso, João Costa, Mónica Seidi, Paulo Parece e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 26

Referência: 54.03.00 – N.º 237/XI;

Assunto: [Medidas previstas no âmbito do auxílio e integração social dos sem-abrigo](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 238/XI;

Assunto: [Acompanhamento permanente de intérpretes de língua gestual, no ensino pré-escolar](#)

Autores: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 239/XI;

Assunto: [Indisponibilidade de areia para uso da construção civil e obras públicas na ilha das Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 31

Referência: 54.04.08 – N.º 240/XI;

Assunto: [Trilhos turísticos em mau estado afetam empresários](#)

Autores: Bruno Belo e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 05 – 31

Referência: 54.03.08 – N.º 241/XI;

Assunto: [Dados sobre pessoas com deficiência](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 01

Referência: 54.07.00 – N.º 242/XI;

Assunto: [Trilhos turísticos em mau estado prejudicam Turismo](#)

Autores: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.03.05 – N.º 243/XI;

Assunto: [Fábrica COFACO Pico](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.04.06 – N.º 244/XI;

Assunto: [Gado sem transporte](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 245/XI;

Assunto: [Indefinição e demora na atribuição de apoios compromete atividades do Clube Naval da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 246/XI;

Assunto: [Hospital Privado São Lucas e Hospital Internacional dos Açores](#)

Autores: Zuraida Soares e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 247/XI;

Assunto: [Irregularidades no funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge](#)

Autores: António Pedroso e Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 09

Referência: 54.03.05 – N.º 248/XI;

Assunto: [Torre de controlo do Aeródromo da Graciosa](#)

Autores: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.03.04 – N.º 249/XI;

Assunto: [Futuro dos apoios regulamentados para a Paisagem da Cultura da Vinha da ilha do Pico – Produção em Curraletas](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.03.06 – N.º 250/XI;

Assunto: [Situação da SATA](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 13

Referência: 54.04.00 – N.º 251/XI;

Assunto: [Centro de Interpretação de aves da ilha do Corvo 2](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 252/XI;

Assunto: [Casas de banho mistas no edifício do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 13

Referência: 54.07.02 – N.º 253/XI;

Assunto: [O investimento estrangeiro nos Açores](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 14

Referência: 54.07.00 – N.º 254/XI;

Assunto: [Sistema de acondicionamento dos subprodutos em contentores refrigerados, da Casa de Matança da ilha do Corvo](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 255/XI;

Assunto: [Juntas médicas nas Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.04.08 – N.º 256/XI.

11 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Comissão de Acompanhamento relativamente à monitorização da Implementação do PREIT](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 19

Referência: 54.03.03 – N.º 118/XI;

Assunto: [Adesão ao sistema de empréstimo de manuais escolares](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 192/XI;

Assunto: [Funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos da ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 23

Referência: 54.06.05 – N.º 193/XI;

Assunto: [Financiamento às Juntas de Freguesia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24

Referência: 54.01.00 – N.º 105/XI;

Assunto: [Inspeção Regional do Trabalho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 25

Referência: 54.06.00 – N.º 228/XI;

Assunto: [Recuperação da “Casa da Grená”](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 25

Referência: 54.07.02 – N.º 231/XI;

Assunto: [Desleixo e negligência na Estrada Leste do Corvo – Lugar do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 176/XI;

Assunto: [Substituição do guindaste do Porto da freguesia da Prainha do Norte, na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 30

Referência: 54.06.06 – N.º 216/XI;

Assunto: [Violação de dados pessoais dos açorianos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 31

Referência: 54.01.00 – N.º 141/XI;

Assunto: [Contrato-programa entre a Região Autónoma dos Açores e a Diocese de Angra](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 31

Referência: 54.01.03 – N.º 147/XI;

Assunto: [Instalação do Centro de Adictologia do Hospital de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 05 – 31

Referência: 54.06.03 – N.º 214/XI;

Assunto: [Abertura de um serviço de Fisioterapia na USICORVO](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 160/XI;

Assunto: [Campanha de promoção dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 173/XI;

Assunto: [Encerramento do Trilho da Vigia de São Pedro – São Miguel/PR1SMI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.07.02 – N.º 182/XI;

Assunto: [Doente oncológica sem acompanhamento especializado no Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.01.07 – N.º 185/XI;

Assunto: [Coelhos bravos nas Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.04.08 – N.º 211/XI;

Assunto: [Protocolo de Gestão e Utilização do Polidesportivo do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 219/XI;

Assunto: [Rastreios e exames na área oncológica no Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 174/XI;

Assunto: [Número de almoços disponibilizados durante os períodos de férias e interrupções letivas, desde 2014](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 188/XI;

Assunto: [Iniciativas planeadas pelo Governo no sentido de enriquecer o Roteiro Cultural Manuel Carlos Jorge do Nascimento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08

Referência: 54.07.00 – N.º 215/XI;

Assunto: [Hotel Serviflor na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 09

Referência: 54.04.08 – N.º 217/XI;

Assunto: [Fábrica da COFACO da Madalena, do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 09

Referência: 54.06.06 – N.º 226/XI;

Assunto: [Deposição de entulho na orla costeira da vila da Calheta, São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.06.05 – N.º 168/XI;

Assunto: [Procedimentos concursais para admissão de pessoal à Administração Pública](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 210/XI;

Assunto: [Estudo que evidencie as vantagens competitivas de uma estratégia comercial que associe a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo com a classificação Reserva da Biosfera atribuída pela UNESCO a estas ilhas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.07.00 – N.º 11/XI;

Assunto: [Encargos globais do Gabinete de apoio à Comunicação Social e Crescimento dos encargos globais de apoio à Comunicação Social](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.07.00 – N.ºs 163/XI e 166/XI;

Assunto: [Deslocação de doentes e seus acompanhantes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.01.00 – N.º 186/XI;

Assunto: [Cartas de condução](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12

Referência: 54.07.09 – N.º 229/XI;

Assunto: [Projeto de instalação de uma base de lançamento de Satélites na ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.04.01 – N.º 145/XI;

Assunto: [Cumprimento de normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 156/XI;

Assunto: [Campanha de desratização na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 157/XI;

Assunto: [Centro de Processamento de Resíduos do Corvo – Funcionamento e equipamento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 158/XI;

Assunto: [Interrupção da prestação de cuidados de saúde no âmbito da medicina dentária na USICORVO](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 161/XI;

Assunto: [Reabilitação do edifício onde funcionam a Associação Agrícola do Corvo e o Núcleo dos Serviços de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.07.09 – N.º 172/XI;

Assunto: [Serviço de urgência da Unidade de Saúde da ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.04.05 – N.º 175/XI;

Assunto: [Atrasos nas ligações asseguradas pela SATA entre Lisboa e a ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16

Referência: 54.01.03 – N.º 227/XI;

Assunto: [Pessoal Docente e não Docente](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 48/XI;

Assunto: [Manutenção dos Percursos Pedestres na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.06.08 – N.º 146/XI;

Assunto: [Mobilidade elétrica nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.07.00 – N.º 181/XI;

Assunto: [Falta de informação em relação aos trilhos pedestres das ilhas do Faial, Pico e Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19

Referência: 54.07.00 – N.º 183/XI;

Assunto: [Divulgação do Roteiro Cultural referente a Manuel Carlos Jorge do Nascimento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 06 – 19
Referência: 54.07.09 – N.º 189/XI;

Assunto: [Listagem de Pessoal não Docente](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 06 – 19
Referência: 54.06.00 – N.º 194/XI;

Assunto: [Fábrica COFACO Pico](#)
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 06 – 19
Referência: 54.04.06 – N.º 244/XI.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Agradecimento pelo envio de Votos de Pesar pelo falecimento de José Pracana

Proveniência: Maria Natália Vieira Pracana
Data de Entrada: 2017 – 05 – 18;

Assunto: Agradecimento pelo envio dos Votos de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Augusto Cabral

Proveniência: Diocese de Angra
Data de Entrada: 2017 – 05 – 18;

Assunto: Agradecimento pelo envio de um Voto de Pesar pelo falecimento de Ezequiel de Melo Moreira da Silva

Proveniência: Ezequiel Motta Moreira da Silva (filho) e Maria Margarida da Motta Moniz (esposa)

Data de Entrada: 2017 – 05 –23;

Assunto: Ofício ref.^a 68 solicitando a inscrição na agenda da próxima reunião plenária, de perguntas orais exclusivamente referentes ao requerimento n.º 147/XI – “Contrato-programa entre a Região Autónoma dos Açores e a Diocese de Angra”, não respondido no prazo legal pelo Governo Regional

Proveniência: Deputado Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 05 –23;

Assunto: Envio de Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PS e aprovado por unanimidade, pelo estudo sobre a ampliação do Aeroporto da Horta

Proveniência: Fernando Manuel Machado Menezes, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2017 – 05 –26;

Assunto: Envio de Votos de Saudação apresentados pelo Grupo Municipal do PS e pelo Grupo Municipal da CDU, aprovados por unanimidade, relativos ao 43.º Aniversário do 25 de Abril e celebração do 1.ª de Maio.

Proveniência: Fernando Manuel Machado Menezes, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2017 – 05 –26;

Assunto: Recomendação do CPC, de 4 de maio de 2017, sobre Permeabilidade da Lei a riscos de fraude, corrupção e infrações conexas

Proveniência: Vítor Caldeira, Presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção

Data de Entrada: 2017 – 05 –29;

Assunto: Agradecimento pelo envio de um Voto de Pesar pelo falecimento do Mons. Augusto Cabral

Proveniência: Cón. Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes, Vigário Geral da Cúria Diocesana

Data de Entrada: 2017 – 05 –30;

Assunto: Ofício a informar a pretensão de provocar, por meio de uma interpelação ao Governo Regional, a abertura de um debate sobre “Crescimento Económico e Criação de Emprego”.

Proveniência: André Bradford, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2017 – 06 – 07;

Assunto: Agradecimento pela distinção e reconhecimento, agraciado com a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico

Proveniência: O agraciado, Masatoshi Ohi

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08;

Assunto: Correio eletrónico indicando o trabalho mais recente do Conselho de Finanças Públicas – Relatório n.º 5/2017 sobre a Análise da Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações em 2016

Proveniência: Cláudia Henriques, Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08;

Assunto: Ofício a solicitar a inscrição na agenda da reunião plenária a realizar entre 20 a 23 de junho, de perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ref.ª 81, de 09/06/2017

Proveniência: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 –09;

Assunto: Carta de agradecimento dirigida a Sua Excelência a Presidente da ALRAA, pelo envio de um Voto de Pesar de Francisco Luís Tavares

Proveniência: A neta, M. Manuela Tavares S. da Rosa S. Albergaria

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12;

Assunto: Remessa de relatório aprovado – Relatório n.º 02/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 16-423VIC3) – “Gabinete do Secretário Regional da Saúde”

Proveniência: O Subdiretor-Geral do Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores, Fernando Flôr de Lima

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12;

Assunto: Agradecimento pelo envio de um Voto de Congratulação pelos 50 anos de serviço hospitaleiro em Estabelecimentos de Saúde em S. Miguel e na Terceira

Proveniência: A Superiora Provincial das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, Maria do Sameiro Magalhães Martins

Data de Entrada: 2017 – 06 –13;

Assunto: Ofício a solicitar a inscrição na agenda da reunião plenária a realizar entre 20 a 23 de junho, de perguntas com resposta escrita transformadas em

perguntas orais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 182.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Ref.ª 84, de 13/06/2017

Proveniência: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 06 – 13.

13 - Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de junho de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 496/XIII/2.ª \(BE\) - Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social do trabalho por turnos e noturno – n.º 74/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 18;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 508/XIII/2.ª \(PCP\) - Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos – n.º 75/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 18;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que – Regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística sobre acidentes de trabalho – MTSSS \(Reg. DL 101/2017\) – n.º 32/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 05 – 25;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que –Estabelece o regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos, com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana, fixando o processo de avaliação da qualidade e de remediação do solo, bem como a responsabilização pela sua contaminação, assente nos princípios do poluidor-pagador e da responsabilidade – MA \(Reg. DL 213/2016\) – n.º 34/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 01;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 513/XIII/2.ª \(PCP\), que altera a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo \(Primeira alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio\) – n.º 77/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 515/XIII/2.ª \(PS\), que prevê a obrigatoriedade de consulta prévia aos municípios nos procedimentos administrativos relativos à prospeção e pesquisa, exploração experimental e exploração de hidrocarbonetos – n.º 78/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 824/XIII/2.ª \(PSD\) – Plataforma Continental – n.º 76/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 05 – 22;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 761/XIII/2.^a \(PS\) – Recomenda ao Governo que crie a dispensa parcial do pagamento de contribuições para a segurança social dos produtores de leite de vaca cru - - n.º 69/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 05 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que – Altera o Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde – MS \(Reg. DL 112/2017\) - n.º 31/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 05 – 29;

Assunto: [Apreciação da Petição - Pagamentos devidos a título de compensação por direitos de autor - n.º 5/XI](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 05 – 30;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 22/XI \(BE\) – “Contabilização de Tempo dos Docentes que Desempenham Funções na Valência de CATL”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 06 – 13;

Assunto: [No âmbito da apreciação da Petição n.º 7/XI – “Contagem de Tempo de Serviço dos Docentes que Desempenham Funções em Valência de Centros de Atividades de Tempos Livres \(CATL\)”](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 06 – 13;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de junho de 2017 – A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XI \(BE\) - Primeira alteração ao DLR n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na RAA, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 18;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 73/XIII/2.ª \(GOV\) – Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva \(UE\) 2015/2376 e a Diretiva \(UE\) 2016/881 – n.º 62-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 71/XIII/2.ª \(GOV\) – Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e transpõe o Capítulo III da Diretiva \(UE\) n.º 2015/849 – n.º 63-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 66/XIII/2.ª \(GOV\) – Cria o Banco Nacional de Terras e o Fundo de Mobilização de Terras – n.º 70/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 500/XIII/2.ª \(BE\) – Cria o Banco Público de Terras Agrícolas – n.º 73/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que Estabelece os Requisitos aplicáveis à conceção, fabrico e colocação no mercado de ascensores e de componentes de segurança para ascensores, transpondo a Diretiva n.º 2014/33/UE – ME - Reg. DL 143/2017 – n.º 26/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que Cria o Registo Nacional de Variedade de Fruteiras e estabelece o regime aplicável aos materiais de propagação de fruteiras, de fruteiras destinadas à produção de frutos e de plantação de espécies hortícolas, transpondo as Diretivas de Execução n.ºs 2014/96/UE, 2014/98/UE, da Comissão – MAFDR – Reg. DL 75/2017 – n.º 28/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 24;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 72/XIII/2.ª \(GOV\) –Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo a Diretiva \(UE\) n.º 2015/849 e executando o Regulamento \(UE\) n.º 2015/847 – n.º 61/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 05 – 29;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 4/XI – Ampliação da Placa de Estacionamento destinada à aviação civil \(Placa C\) adjacente à aerogare das Lajes](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 02;

Assunto: [Audição do Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas “Para prestar esclarecimentos sobre os investimentos realizados e a realizar no Porto da Horta”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 19/XI “Eletrificação da Fajã de Santo Cristo](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 08;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, transpondo a Diretiva n.º 2014/94/EU – ME – \(Reg. DL 144/2017\) – n.º 27/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 09;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, alargando à Regulação o Setor do Gás de Petróleo Liquefeito – ME – \(Reg. DL 102/2017\) – n.º 33/XI-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 757/XIII/2.^a \(PCP\) - Recomenda ao Governo o apoio à produção leiteira nacional, o combate à especulação da grande distribuição e a concertação de posições para reposição de um regime de regulação – n.º 68/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 12;

Assunto: [No âmbito da apreciação da Petição n.º 8/XI – “Fim dos abates nos Canis Municipais dos Açores para 2018 e a aprovação de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 14;

Assunto: [No âmbito da apreciação da Petição n.º 9/XI – “Situação da Pesca”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 06 – 16.

14 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 17, 18, 19 e 20.
Vão estar presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 21, 22 e 23.

A redatora, Ana Machado

P’la redatora, Noélia Escobar